

NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 27 de maio a 2 de junho de 1960

Nº 65

Diretor — Mário Alves

Redator-Chefe — Orlando Bomfim Jr.

Gerente — Guttemberg Cavalcanti

Drew Pearson Revela: EMBAIXADA AMERICANA A SERVIÇO DE JÂNIO



**Presidente de Cuba
no Rio de Janeiro:
dia 1º**

A FESTA nacional do povo cubano foi comemorada no dia 20 de maio com uma recepção na Embaixada de Cuba, à qual compareceram numerosos representantes do corpo diplomático, autoridades, intelectuais, líderes sindicais e estudantes, jacobinistas e membros da colônia cubana radicada no Rio de Janeiro. A reunião constituiu não apenas um acontecimento social, mas uma cálida demonstração de simpatia pela causa do povo cubano em luta por sua emancipação. Na foto, a sra. García Bárzana, embaixatriz de Cuba, em palestra com o reitor da Universidade do Brasil, prof. Pedro Calmon. O povo brasileiro terá oportunidade de manifestar sua solidariedade ao povo irmão de Cuba durante a próxima visita do Presidente Osvaldo Dorticos ao nosso país, nos primeiros dias de junho. Na página 7 do primeiro caderno divulgamos o programa oficial das homenagens ao Presidente cubano.

**Encontro
(êxito)
de Lott com
intelectuais**

**Reportagem
na 3ª página**

**Dia 31:
Protesto contra
a carestia**

OS trabalhadores cariocas não se conformam com o retardamento na votação, pelo parlamento, de projetos de lei de seu interesse. Estão cansados de promessas. Têm sido anunciados, pelo próprio governo, prazos para a última dessas leis, mas os prazos se esgotam sem que as promessas sejam cumpridas. Estão nesse caso a lei de previdência social, a que regulamenta o direito de greve e a classificação do funcionalismo. Por outro lado, não são tomadas medidas concretas contra a carestia da vida, que está ameaçada de um agravamento ainda maior com a falta de prorrogação da lei do inquilinato. A Comissão Provisória de Organização Sindical (CPOS) resolveu, diante dessa situação, protestar em praça pública, no próximo dia 31, contra o descaso do governo pelas reivindicações dos trabalhadores. Serão realizadas comícios em diversos pontos da cidade (Reportagem na 2ª página)



**Você pode
estudar
em Moscou**

ENORME tem sido a repercussão da reportagem que publicamos sobre a Universidade de Amizade dos Povos. Dezenas de cartas chegaram à nossa redação, de todos os pontos do país, pedindo informações e esclarecimentos. E grande é o número de jovens, alguns vindos dos Estados, que nos procuram. A fim de atender aos pedidos feitos, escrevemos à Universidade solicitando maiores detalhes. Hoje, na sétima página do 2.º caderno, publicamos trechos do discurso pronunciado por Khrushchov na Universidade Nacional de Indonésia, no qual foi anunciada a resolução do governo soviético de criar a Universidade dos Povos. E também respondemos a diversas perguntas de interessados que nos escreveram.

**Mundo acusa:
Eisenhower no
banco dos réus**

OS atos de agressão dos Estados Unidos contra a União Soviética e a responsabilidade de Eisenhower pelo fracasso da Conferência de Cúpula vêm sendo motivo de crítica aguda por parte da própria opinião pública norte-americana. Personalidades científicas e religiosas, jornais, líderes políticos e o próprio Partido Democrata juntaram-se com amplos setores da população dos Estados Unidos e da opinião pública mundial na condenação aos círculos militaristas e reacionários encabeçados por Eisenhower, Herter e os generais do Pentágono. Um exemplo da posição de inúmeros jornais dos EUA é a charge acima, publicada pelo «Daily News» de Chicago sob o título «Alvo irresistível». Leia reportagem na 8ª página do 1.º caderno.

**Prossegue debate
sobre a política
dos comunistas**

O DEBATE sobre as Teses e o Projeto de Estatutos prossegue com a publicação (no 2.º caderno) de artigos de Pedro Pomar, Jurandir Guimarães, Nery Reis, Jacob Gorender, Maurício Grabois, Orlando Piotto, Leticia de Campos Dantas, Silvestre Pereira Rosa, Washington Almeida, e de I. R. Vasques.

Na página 4 do 2.º caderno o leitor encontrará também a relação dos artigos enviados à comissão, além das normas de participação no debate.

**Ministro da Fazenda
Financia Jânio Quadros**

(Ler reportagem na 1ª página do 2º caderno)

Os Comunistas e a Conferência de Paris

LUIZ CARLOS PRESTES

Luiz Carlos Prestes distribuiu à imprensa carioca a nota que a seguir divulgamos, na qual é manifestada a opinião dos comunistas brasileiros sobre o fracasso da conferência de cúpula.

DIANTE da inominável agressão à União Soviética por um avião militar dos Estados Unidos e em face do insucesso da «conferência de cúpula» entre as grandes potências, os comunistas brasileiros, que sempre estiveram entre os mais ativos defensores da causa da coexistência pacífica, consideram-se no dever de externar publicamente seu ponto de vista sobre os referidos acontecimentos, que vieram agravar a tensão internacional.

CRACAS aos ingentes esforços do governo soviético, à crescente pressão dos povos e à manifesta vontade de paz do povo norte-americano, foi o governo dos Estados Unidos compelido a concordar com algumas medidas tendentes ao alívio da tensão internacional, assinando a declaração de Camp David, quando da visita de Nikita Khrushchov aos Estados Unidos, e dando seu beneplácito à realização da «conferência de cúpula», proposta desde 1957 pelo governo soviético.

OS círculos imperialistas não desistem, porém, de suas intenções guerreiras e, ao mesmo tempo que participam de entendimentos favoráveis à paz e prometem aceitar a coexistência pacífica, continuam a corrida armamentista e realizam atos de provocação, com o objetivo de agravar a tensão internacional e criar novos focos de guerra. Com essa política hipócrita e dubia, de falar em paz e preparar a guerra, pensam os círculos mais reacionários do imperialismo, sobretudo dos Estados Unidos, enganar as grandes massas e diminuir a vigilância de todos os que lutam no mundo inteiro em defesa da paz.

ESTA política foi agora completamente desmascarada com a derrubada do U-2, que realizou um vôo de espionagem sobre o território da União Soviética 15 dias antes da data marcada para o início da conferência entre os chefes de governo das quatro grandes potências. Com semelhante provocação — ato agressivo, flagrante desrespeito aos mais elementares preceitos do Direito Internacional — pretendiam os círculos dirigentes dos Estados Unidos legalizar a espionagem, consagrar sua política de duas caras e, principalmente, fazer malograr a «conferência de cúpula», já que o

governo da União Soviética não podia deixar de exigir explicações por tão insolita atitude nem permitir, com sua conivência, que os povos sejam enganados e mistificados pelos provocadores de guerra. Como qualquer país soberano — e no caso trata-se de uma grande potência, que sempre soube defender sua soberania — exigiu a União Soviética que o governo dos Estados Unidos manifestasse publicamente sua desaprovação ao ato agressivo e punisse os culpados.

A única tentativa do governo dos Estados Unidos no sentido de legalizar as medidas de provocação guerreira, mediante a justificação pública da invasão das fronteiras soviéticas e, finalmente, a recusa obstinada do Presidente Eisenhower em condenar esses atos agressivos e punir os responsáveis pela sua execução, tornaram impraticável a realização da conferência de Paris. Assim, os fatos demonstram, inequivocamente, que a culpa pelo novo agravamento da tensão internacional só pode ser atribuída aos círculos imperialistas dos Estados Unidos.

AS agências noticiosas a serviço dos monopólios estrangeiros e a imprensa reacionária procuram responsabilizar o governo da União Soviética pelo fracasso da «conferência de cúpula». É evidente, porém, que nas circunstâncias então criadas o encontro de Paris não poderia dar frutos em benefício da paz e do entendimento entre as nações. Aceitar a realização daquele encontro, sem que o governo dos Estados Unidos houvesse condenado publicamente as violações do território soviético e tomado medidas para punição dos culpados, seria alimentar ilusões sobre os propósitos dos círculos imperialistas norte-americanos e consagrar seus atos de provocação guerreira. A atitude enérgica assumida pelo governo soviético serve à causa da paz, porque desmascara os agressores e possibilita o seu isolamento em escala mundial e dentro do seu próprio país.

OS acontecimentos de Paris não significam, como tem sido afirmado por alguns órgãos reacionários, o malogro da política de coexistência pacífica que vem sendo realizada com firmeza e tenacidade pelo governo soviético. Precisamente os esforços efetuados pela URSS no sentido do alívio da tensão internacional tornaram possível, neste momento, pôr a nu diante da opinião pública mundial a política oposta, seguida pelos círculos agressivos dos Estados Unidos. O contraste entre as demonstrações sinceras da vontade de paz dos

(Conclui na 2ª página)

CONTRA A CARESTIA, SINDICATOS APELAM

Faça Tudo no Dia 31 Mas Não Compre Nada

Os operários das fábricas, os comerciários, bancários, funcionários públicos, estudantes e donas-de-casa do Estado de Guanabara já se encontram em plena campanha de esclarecimento de cada vizinho, para que também ele não compre nada no próximo dia 31, Dia de Protesto Contra a Carestia, promovido pela CPOSEG (Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Estado de Guanabara). Os operários e todo o povo carioca, protestarão contra a alta de custo da vida abstendo-se de fazer qualquer compra nos estabelecimentos comerciais.

Ação dos sindicatos

A maioria dos Sindicatos já se encontra em plena campanha de esclarecimento do seu quadro social e do povo, conclamando-os a não realizarem compras no dia 31. Os bancários saem diariamente às ruas, munidos de mesas e cartazes de propaganda, impulsionando a sua campanha por aumento de salário e pelo contrato coletivo, unindo-se ao movimento pela realização do Dia de Protesto.

Assembléias específicas para tratar do assunto já foram realizadas nos sindicatos dos têxteis, marinhairos, corristas urbanos, eletricitistas e bancários. No dia 26 reunem-se os marceneiros, e a 27 reunir-se-ão os metalúrgicos e trabalhadores em produtos químicos. Outras entidades estão com assembléias marcadas, obedecendo as instruções da CPOSEG, para discutir os seguintes pontos: 1) preparação do Dia de Protesto; 2) eleição dos seus delegados ao Ple-

nário da CPOSEG; 3) discussão e resolução sobre o documento das 3 Conferências, dado a publicidade no dia 1 de maio. As categorias que se encontram em luta por aumento de salário estão incluindo em seus ordens-do-dia mais esse assunto de interesse do seu quadro social.

Novas adesões

Reunidos na noite do dia 25, na sede do Sindicato dos Bancários, para dar os últimos retoques no plano de propaganda do Dia de Protesto, a Comissão Executiva da CPOSEG recebeu inúmeras adesões de novas entidades sindicais, estudantis e do funcionalismo federal e municipal. Todas essas entidades entrarão magistralmente na campanha de propaganda do Dia de Protesto, percorrendo os bairros, as portas de fábricas e de colégios, conclamando todo o povo a que compre em qualquer dia mas... que não compre nada no dia 31 de maio.



A Comissão Executiva da CPOSEG (foto) reúne-se para dar os últimos retoques na preparação do Dia de Protesto Contra a Carestia, enquanto Centenas de líderes sindicais permanecem em plena atividade, conclamando os operários, funcionários, estudantes e donas-de-casa a que não comprem nada no dia 31 do corrente, numa manifestação de protesto contra a alta do custo da vida.

Cposeg comanda o dia de protesto

DE 1 A 10 DE JULHO A REUNIÃO NACIONAL DA CATEGORIA

Estivadores Marcam Encontro no Pôrto de Santos: Congresso

Representantes dos estivadores de todo o país estarão reunidos em Santos, de 1 a 10 de julho próximo, no seu III Congresso Sindical Nacional. O conclave, precedido de 5 Congressos Regionais, aprovará uma carta geral de reivindicações, unificando todos os trabalhadores da categoria numa luta comum, encabeçada por duas questões principais: 1) campanha pelo reajustamento geral dos salários e das taxas; 2) luta pela aprovação do projeto 850-55, em discussão na Câmara dos Deputados. Este projeto elimina a atividade parasitária dos intermediários nos serviços de estiva.

A Carta de Reivindicações dos Estivadores permitirá, pela primeira vez na história da corporação, o desencadeamento de uma campanha nacional visando a solução dos problemas específicos que existem em todos os portos marítimos e fluviais do país, bem como a dos problemas gerais, que atingem a todos os estivadores de uma só vez. Os 5 Congressos Regionais, realizados em Recife, com a participação dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas; em Parnaíba, com a participação de Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas; em Salvador, com a participação da Bahia, Sergipe; e da Guanabara, com a participação do Estado do Rio, Espírito Santo e São Paulo, revelaram, em grandes debates, os mais palpitantes assuntos que preocupam os estivadores.

Campanha salarial

A campanha pelo reajustamento salarial será baseada, segundo declarou a reportagem de NR o líder Oswaldo Pacheco, presidente da Federação Nacional dos Estivadores, no aumento correspondente à elevação do custo da vida no período de outubro de 1959 a maio do corrente, acrescido do déficit de 22%, resultante do último acordo. Além disso, os estivadores lutarão pelo reajustamento e pela equiparação das taxas em todos os portos nacionais. Nesse particular, os Congressos Regionais revelaram que, em geral, as taxas pagas nos portos fluviais são 50% mais baixas que as pagas nos portos marítimos. Esse fato significa uma irregularidade gritante, uma vez que, à beira-mar ou à beira-rio, o trabalhador despende a mesma energia para transportar um saco de arroz ou uma carga de cimento, não se justificando a disparidade de taxas.

Previdência social

Os assuntos relacionados com a previdência, assistência social e seguro do trabalho vêm constituindo ponto comum nas discussões até agora mantidas pelos estivadores. Nesse sentido, os estivadores lutarão pela Lei Orgânica da Previdência Social, com a inclusão do monopólio do seguro de acidentes. Se essa emenda não passar, eles reivindicarão, para os seus sindicatos, o direito de promover o seguro de acidente. A sua experiência, nesse ramo, é muito

boa. A Caixa de Acidentes que existia em Santos, sob a direção do Sindicato, e que foi dissolvida contra a opinião dos trabalhadores, cumpria plenamente com as suas finalidades. Os estivadores não concordam, por outro lado, que o IAPTEC continue contratando particulares, como vem ocorrendo no Estado de Guanabara, para prestar assistência médica aos acidentados, pagando caro, em troca de um serviço deficiente, que poderá ser feito, com maior vantagem, através do sindicato, cujo único objetivo é zelar pelos interesses dos seus associados.

Os estivadores lutarão para que o IAPTEC cumpra com a sua função assistencial, atendendo os trabalhadores do interior do país, que estão completamente abandonados. No Pôrto fluvial do São Francisco, situado em Neópolis, Sergipe, não existe nem um posto médico do Instituto. O mesmo ocorre em Tutóia. Em S. Luís do Maranhão, os médicos e as ambulâncias não atendem durante a noite e nem aos domingos, ficando os trabalhadores, em caso de acidente, à míngua de recursos e de socorros médicos. As cotas de previdência, entretanto, são descontadas religiosamente.

Para melhorar os serviços de assistência aos sócios e às suas famílias os estivadores lutarão para que seja destinada aos Sindicatos uma taxa extra de 5%, acima dos salários e taxas de serviço, para que possam desempenhar melhor essa atividade, o que não é possível apenas com as mensalidades dos sócios.

A luta pela aplicação da lei 3.953 de 27-7-59, que dispõe sobre o reajustamento automático das aposentadorias e pensões concedidas pelos Institutos, também constará da Carta de Reivindicações, que deverá ser aprovada no próximo III Congresso.

Insalubridade

Tudo o trabalho do estiva é insalubre. Essa é a conclusão geral dos estivadores de todo o país, que incluirão em sua plataforma de luta, ao que tudo indica, a campanha pelo recebimento da taxa de insalubridade, sobre todos os serviços prestados. Não é difícil compreender a justiça da pretensão

dos estivadores que já recebem, com a operação de certas cargas, a referida taxa. O certo é que os elementos prejudiciais à saúde não cessam, ao mesmo tempo que cessa o trabalho com as cargas ditas insalubres. Os estivadores citam, por exemplo, o caso de cimento. Enquanto empilham essa carga nos porões dos navios, recebem a taxa de insalubridade. Cessada a partida do cimento, e passando os mesmos estivadores, a empilhar sobre o cimento, no mesmo porão, uma carga de tecido, supunhamos, a taxa de insalubridade já não lhes é mais paga apesar do ambiente continuar insalubre em virtude da poeira. O mesmo fato ocorre com outros produtos, cujas emanções prejudiciais à saúde continuam dominando o ambiente viciado dos porões dos navios.

Uma diretoria que luta

Essas e inúmeras outras reivindicações dos estivadores vêm sendo formuladas pela primeira vez, em todos os portos marítimos e fluviais do país, nos 58 sindicatos da categoria, graças, em grande parte, ao trabalho decidido que vem sendo desempenhado pela atual diretoria da Federação Nacional dos Estivadores. Essa diretoria, empossada em dezembro do ano passado, é constituída dos líderes Oswaldo Pacheco, presidente; Eufrasio Nunes Galvão, secretário; Miguel Freire da Silva, tesoureiro; José Lopes da Silva, Euclides Rodrigues de Moraes e José da Silva Pinto, suplentes da diretoria; Laércio Carneiro da Silva, José dos Santos Bernardes, Heliogabalo Pinto Coelho, do conselho fiscal; e Praxedato José da Cruz, Alberico Souza e Silva e Estanislau Eloi Cardoso, suplentes do conselho.

Os 58 sindicatos de estivadores e mais as associações de Parintins e Pindaremirim estão unidos em torno da sua Federação, trabalhando pelo êxito no seu III Congresso, lutando pelas suas reivindicações específicas, ao mesmo tempo que se juntam aos trabalhadores de todas as demais categorias profissionais, na luta comum pelas liberdades sindicais e democráticas, e pela emancipação econômica, social e política das massas trabalhadoras.



Dos navios para o Congresso

Muitos estivadores continuarão dando duro nos porões dos navios, acompanhando de longe a atividade dos seus representantes que se reunirão em Santos, de 1 a 10 de julho próximo, para discutir os problemas da corporação e elaborar a sua Carta Geral de Reivindicações.

Nota Sindical O Encontro de São Paulo

Líderes sindicais gaúchos, mineiros, cariocas e fluminenses já devem estar de bagagem pronta, rumando para a capital bandeirante, onde participam, em boa hora, de um encontro organizado pelo Conselho Sindical do Estado de São Paulo. Essa reunião, que se realizará nos dias 28 e 29, no Sindicato dos Metalúrgicos, constitui uma peça importante para o êxito do III Congresso Sindical Nacional, que acaba de ser convocado.

A importância do encontro de São Paulo pode ser medida pela onda de boatos veiculada através da imprensa confusionalista e de alguns dirigentes sindicais interessados em frear o processo crescente de coordenação das lutas reivindicatórias do movimento sindical nacional. Com esse propósito, atribuiu-se à reunião de São Paulo, um sentido divisionista e de luta aberta contra a CNTI, CNITT e CNIC. A própria atuação destas três entidades, assinando e divulgando o manifesto espúrio encomendado pela ORIT e pela CIOSEL, e profetizando a convocação do Congresso Sindical Nacional, deu motivo a essas explorações. É preciso ficar claro, entretanto, que a justa repulsa dos trabalhadores às ações condenáveis das três Confederações não tem outro sentido senão o de zelar pela unidade do movimento sindical.

A verdade é que a reunião de São Paulo não pretende dividir. Ao contrário, o seu objetivo é unir e impulsionar a luta pelas reivindicações gerais das massas trabalhadoras, entre as quais se encontra a revisão imediata dos atuais níveis de salário-mínimo, a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, da regulamentação do Direito de Greve, do Plano de Classificação do Funcionalismo, etc. Essas reivindicações só serão vitoriosas se em seu favor se desencadear uma grande campanha de massas.

A reunião de São Paulo tem esse objetivo: estudar os meios para o lançamento de uma campanha de âmbito nacional, visando a aprovação dos referidos projetos antes da instalação do III Congresso Sindical Nacional. Os dirigentes sindicais de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que lideraram recentemente, grandes ações de massa contra a carestia e pela aprovação dos projetos de lei reivindicados pelos trabalhadores, poderão dar uma grande contribuição ao encontro, levando para lá as suas experiências, a fim de que sejam aproveitadas em escala nacional, visando a mudar o curso dos acontecimentos, pondo um fim às manobras profetizadas do Senado e da Câmara, que parecem querer aposentar, por tempo de ensaio, os projetos de Lei Orgânica da Previdência e do Direito de Greve, que estão sendo discutidos há mais de 10 anos, sofrendo mutilações, em prejuízo dos interesses das massas trabalhadoras.

Baseados nas resoluções da III Conferência os dirigentes sindicais deverão elaborar em São Paulo um esquema de lutas que permita se chegar ao Congresso Sindical Nacional com uma série de reivindicações atendidas. A eleição das delegações e a discussão das teses ao próximo conclave deverão se processar, portanto, num ambiente de luta, de luta enérgica por melhores salários, contra a carestia e pela aprovação das leis de interesse dos operários, do funcionalismo e dos estudantes, leis que o sr. João Goulart prometeu conseguir há muito tempo, e que continua prometendo.

Nilson Azevedo

Os Comunistas e a Conferência de Paris

(Conclusão da 1ª página)

dirigentes soviéticos e as manobras belicistas do imperialismo norte-americano aparece mais uma vez, com toda a clareza, diante dos povos.

DE OUTRO lado, o insucesso da conferência de cúpula comprova que o caminho da paz não é caminho idílico, e que os imperialistas norte-americanos não renunciam a seus propósitos guerreiros. Os progressos técnico-militares do campo socialista, a ação das forças amantes da paz e as contradições do próprio campo imperialista podem obrigar os círculos governantes dos Estados Unidos não apenas a participarem de negociações que visem ao relaxamento da tensão internacional, mas também a cessarem seus atos de provocação guerrreira. Em vista da atual correlação de forças, cada vez mais favorável ao socialismo, à paz e à democracia, os imperialistas já foram compelidos a entrar em entendimentos e aceitar, em palavras, a coexistência pacífica. A partir de agora, poderão ser obrigados a respeitar os próprios compromissos por eles assinados. Entretanto, é necessário ter em conta que o imperialismo não modificará sua natureza agressiva. É indispensável, por isso, a permanente vigilância e a mobilização de todas as forças que lutam pela paz, a fim de isolar cada vez mais os círculos agressivos, desfazer suas manobras guerreiras e assegurar a coexistência pacífica.

DIANTE das tentativas imperialistas no sentido de agravar a situação internacional, acentua-se ainda mais a necessidade de lutarmos pela anulação dos acordos guerreiros que comprometem o Brasil com o dispositivo agressivo do E.E.U.U., tais como o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, o Tratado do Rio de Janeiro e o ajuste sobre Fernando de Noronha. O povo brasileiro não quer ser envolvido nas aventuras militares do imperialismo norte-americano e há de empenhar-se com redobrado vigor na luta pela paz e pela emancipação nacional.

Defende Teu Direito

S. F. S. (Rio de Janeiro)

a) — a aposentadoria ordinária é obtida pelo concurso de dois elementos: — 60 anos de idade e 30 anos de serviço.
b) — Trabalha o consulente 56 horas por semana, porque vigia noturno, não folga aos domingos e feriados embora recebendo, em dinheiro, o repouso semanal.

A jornada de trabalho do vigia, segundo o art. 62, letra c), da Consolidação das Leis do Trabalho é de 10 horas diárias. É verdade que a Constituição Federal (art. 157, V), estabelece que a duração da jornada de trabalho será de 8 horas, sem traçar qualquer restrição. Os Tribunais do Trabalho, entretanto, em decisões reiteradas, têm decidido que a jornada de trabalho do vigia é de 10 horas, não sendo devidas como extraordinárias e sim como normais (sem o acréscimo de 20%); as duas horas que ultrapassam a jornada normal de oito horas.

O consulente poderá reclamar o adicional noturno (20% sobre oito horas) e uma hora extraordinária decorrente da redução da hora noturna em 7 minutos e 30 segundos (art. 73 § 1.º da Consolidação).

c) — Os domingos, quando trabalhados sem a respectiva folga semanal, devem ser remunerados em dobro. Também os feriados porque dias de repouso obrigatório, devem ser pagos em dobro, quando, ao empregado, não é dada a folga correspondente.

d) — O consulente foi despedido com 11 meses de casa mediante Aviso Prévio de oito dias. A seguir, após 40 dias, foi readmitido.

Os 11 meses de serviço, inicialmente prestados, devem ser somados, para contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos da lei. É o que diz o art. 453 da Consolidação. Não importa o recebimento do Aviso Prévio, pois o período anterior só não se incorpora ao tempo de casa quando o empregado é despedido com justa causa, ou com o recebimento das indenizações legais.

J. O. S. (Rio Grande — R.G.S.)

O repouso semanal remunerado só é devido quando o empregado trabalha toda a semana cumprindo integralmente o seu horário de trabalho, como quer o art. 6.º da Lei 605 de 5.1.1949.

Falta ou chegar atrasado ao serviço, constantemente, constitui falta (desídia) sendo o empregado passível de qualquer penalidade, a critério do empregador. (advertência, suspensão ou mesmo a dispensa).

Se o consulente chegou atrasado pela primeira vez ou, se tal aconteceu excepcionalmente, poderá reclamar contra a punição, com possibilidades de êxito. Como a consulta é omnia quanto ao particular, impossível opinar mais precisamente.

Everaldo Martins

Panorama do Janismo

Mais do que uma prova de desonestidade profissional, é um claro exemplo de mistificação política a maneira como a imprensa janista — «O Globo», «Correio da Manhã», a «Tribuna da Imprensa» — comentou o discurso pronunciado por Luis Carlos Prestes num recente comício pró-candidatura Lott.

Segundo esses jornais, Prestes teria dito que, na presente campanha eleitoral, os comunistas se «aproveitam» da máquina dos partidos governamentais — o PSD e o PTB — e apóiam a candidatura Lott porque com a sua vitória «daremos mais um passo».

A verdade é que nenhuma outra força política fluiu com mais clareza do que o Partido Comunista a sua posição em face do problema sucessório, particularmente em relação à candidatura Lott. Não existe qualquer manobra inconfessável nessa posição, nem ela está a serviço de objetivos que não tenham sido expostos com toda nitidez pelos comunistas.

Não visando objetivos exclusivistas nem se propondo aventuras, estranhas à sua linha política, os comunistas se preocupam não em «aproveitar» oportunidades, mas em unir o maior número possível de forças para assegurar a vitória da candidatura nacionalista, não ocultando ao mesmo tempo as divergências que tenham com os aliados e com o próprio candidato.

As mistificações da imprensa entreguista, cada vez mais desacreditadas, em relação aos comunistas, visa:

— lançar a intriga entre as forças da coalizão lottista para, dêse modo, debilitar a unidade nacionalista e democrática que irá derrotar em outubro a candidatura apoiada pela Embaixada dos Estados Unidos;

— dificultar a participação dos comunistas na atual campanha eleitoral, minando assim a base popular da candidatura do marechal Teixeira Lott, que vem sendo precisamente o seu grande sustentáculo, tanto em face de Jânio como da sabotagem das cúpulas partidárias;

— confundir a opinião pública em relação à política dos comunistas, tentando criar condições para que se desencadeiem novas ondas de anticomunismo, apesar da desmoralização a que já foi arrastado esse expediente.

Novas intrigas e provocações dêse tipo surgirão, inevitavelmente. Aliás, o próprio marechal Lott tem nesse terreno uma vasta experiência: dezenas de vezes foi intrigado e calculado pelos mesmos jornais que intrigam e caluniam Prestes e os comunistas.

A melhor maneira de desmascará-las e reduzi-las a nada é, além da denúncia de cada uma dessas mistificações, a luta com um vigor cada dia maior para unir as mais diversas forças em torno da candidatura nacionalista de Lott, consolidar essa unidade, transformá-la em ação prática em todo o país, e garantir assim a derrota do entreguismo e da reação nas eleições de 3 de outubro.

Almir Matos

ESPANTOSA REVELAÇÃO DO JORNALISTA DREW PEARSON:

Eisenhower Não Foi ao Catete Para Não Prejudicar Jânio

Eisenhower recusou-se a ser recebido no Palácio do Catete, pelo presidente da República, só para não criar dificuldades à campanha eleitoral de Jânio Quadros, que não poderia comparecer à recepção enquanto Lott como ministro da guerra estaria presente ao ato — eis a espantosa revelação feita pelo conhecido jornalista norte-americano Drew Pearson, em sua coluna «Carrocel do Mundo», publicada na página 22 da edição desta semana da revista «O Cruzeiro».

Pearson, que é um dos colunistas mais bem informados da imprensa ianque acerca dos segredos diplomáticos dos EUA, conta toda a história da recepção que não houve, explicando que isso não resultou de problemas de segurança, como se procurou fazer crer, mas da interferência do embaixador John Moors Cabot, preocupado em ajudar Jânio Quadros.

Informa Drew Pearson: «Depois que a Casa Branca anunciou o programa da visita de Eisenhower, Cabot enviou uma mensagem secreta ao Departamento de Estado, dizendo:

1. Os comunistas brasileiros e os nacionalistas antinorte-americanos estão apoiando, também, a candidatura Lott.

2. Não haveria outra oportunidade para Eisenhower encontrar-se com Jânio Quadros, o formidável rival de Lott.»

Em face disso, a recepção no Catete foi cancelada, embora cometesse assim Eisenhower uma grosseira descortesia contra o chefe do governo brasileiro.

Preferimos, porém, reproduzir textualmente os tópicos de «Carrocel do Mundo» que se referem a essa infame intromissão da Embaixada Americana e do Departamento de Estado na campanha sucessória brasileira, abertamente a favor de Jânio Quadros:

«Como a imprensa deixou entender, a decisão do Presidente Eisenhower de cancelar sua projetada visita formal ao Presidente Kubitschek no Palácio do Catete, nada tem que ver com razões de segurança. A verdade é que Ike tomou essa decisão depois de receber um telegrama urgente de John Moors Cabot. Kubitschek cortêsmente aceitou o motivo alegado, porém não lhe agradou muito a modificação. Tinha planejado convidar o Marechal Henrique Teixeira Lott para assistir à entrevista.

«Deixou Cabot preocupado o fato de ser Lott conhecido como candidato do Governo nas próximas eleições presidenciais. Uma fotografia publicada na imprensa que mostrasse Eisenhower e Lott, um ao lado do outro, faria ruidosa propaganda a favor de Lott.»

JÂNIO E LOTT

«A primeira razão é a forte independência de Quadros. Este, fiel à linha política que adotou há nove anos, período para o qual surgiu da obscuridade para ganhar estatura presidencial, aceita o apoio dos partidos políticos organizados, mas insiste ainda em fazer sua campanha sem compromissos. Lott, por outro lado, está ligado a compromissos, inclusive de caráter ultra-

nacionalista, que visam a eliminar o capital estrangeiro das «atividades básicas da produção».

«De sorte que Cabot observou que qualquer agravo a Quadros poderia eliminar a possibilidade de manter as relações tradicionais boas com o Brasil, durante os cinco próximos anos. O Departamento de Estado compreendeu a situação. Como não havia nenhum motivo diplomático aceitável para pedir a Kubitschek que não tivesse Lott ao

seu lado durante a entrevista com Eisenhower, o embaixador recebeu instruções para cancelá-la».

Eis aí a espantosa revelação de Drew Pearson, que vem confirmar tudo quanto os patriotas brasileiros têm dito em relação a Jânio Quadros, agente e candidato dos monopólios norte-americanos. Agora é a própria Embaixada Americana que se define: Jânio Quadros é o candidato do Departamento de Estado.

do Departamento de Estado. Agora reatando o mais alto prestígio e serve eficazmente ao homem que uma vez o despediu

VISITA DE IKE AO CATETE

Como a imprensa deixou entender, a decisão do Presidente Eisenhower de cancelar sua projetada visita formal ao Presidente Kubitschek no Palácio do Catete, nada tem que ver com razões de segurança. A verdade é que Ike tomou esta decisão depois de receber um telegrama urgente de John Moors Cabot. Kubitschek cortêsmente aceitou o motivo alegado, porém não lhe agradou muito a modificação. Tinha planejado convidar o Marechal Henrique Teixeira Lott para assistir à entrevista.

Deixou Cabot preocupado o fato de ser Lott conhecido como candidato do Governo nas próximas eleições presidenciais. Uma fotografia publicada na imprensa que mostrasse Eisenhower e Lott, um ao lado do outro, faria ruidosa propaganda a favor de Lott. Depois que a Casa Branca anunciou o programa da visita de Eisenhower, Cabot enviou uma mensagem secreta ao Departamento de Estado, dizendo:

1. Os comunistas brasileiros e os nacionalistas antinorte-americanos estão apoiando, também, a candidatura Lott.

2. Não haveria outra oportunidade para Eisenhower encontrar-se com Jânio Quadros, o formidável rival de Lott.

JÂNIO E LOTT

A primeira razão é a forte independência de Quadros. Este, fiel à linha política que adotou há nove anos, período durante o qual surgiu da obscuridade para ganhar estatura presidencial, aceita o apoio dos partidos políticos organizados, mas insiste ainda em fazer sua campanha sem compromissos. Lott, por outro lado, está ligado a compromissos, inclusive de caráter ultranacionalista, que visam a eliminar o capital estrangeiro das «atividades básicas da produção».

De sorte que Cabot observou que qualquer agravo a Quadros poderia eliminar a possibilidade de manter as relações tradicionais boas com o Brasil, durante os cinco próximos anos. O Departamento de Estado compreendeu a situação. Como não havia nenhum motivo diplomático aceitável para pedir a Kubitschek que não tivesse Lott ao seu lado durante a entrevista com Eisenhower, o embaixador recebeu instruções para cancelá-la.

O Circo Janista

Espectáculo melancólico, o de domingo no Aeroporto do Galeão. Uma meia dúzia de udenistas (nenhum de maior destaque) esperava durante horas o avião que devia trazer da Europa o sr. Milton Campos, indigitado candidato da UDN à vice-presidência. Era a terceira data marcada para a chegada do senador mineiro. Mas ainda desta vez, a pobre recepção não seria realizada: chegou o avião, mas não chegou o candidato. E a meia dúzia de udenistas, tristes e decepcionados, voltava de mãos abanando. Mais tarde recebiam o aviso: talvez no fim da semana chegasse o senador...

Enquanto isso, continua a luta Ferrari x Milton. O jesuíta ex-líder do PTB não há meio de se desencarnar. Corre como um louco de um extremo a outro do país fazendo a própria propaganda e se proclamando o «verdadeiro candidato de Jânio». Só não teve ainda coragem de comparecer pessoalmente aos comícios do candidato de Rockefeller, apesar de este insistir em dizer que com a renúncia de Leandro cessaram por completo os seus compromissos com a UDN em matéria de vice. Mas se Ferrari não vai aos palanques de Jânio para êle manda os seus propagandistas, dentre os quais vem se destacando o sr. Juares Távora — «patriota» que defendia abertamente a entrega do petróleo à «Standard Oil» e se prestou ao ridículo papel de candidato do Clube da Lanterna em 1955.

Tão chocante tem sido a exaltação de Ferrari feita por Juares nos comícios de Jânio que a UDN se viu obrigada a apelar para uma de suas «fórmulas altas»: protestar contra o «abuso» do general Távora, embora este seja «agente do peito», mais lanterneiro do que muitos udenistas. A resposta do PDC foi imediata: o homem (imaginem...) é mesmo Ferrari, queira ou não queira a UDN.

O mais curioso porém é que não se sabe, até o momento, se o sr. Milton Campos aceitará mesmo o autêntico presente de greço que é a candidatura à vice. Não se conhece nenhuma declaração tachativa sua, até agora, ucitantado a prebenda.



Edna Lott em Sergipe

D. Edna Lott tem se projetado, nos últimos meses, como ardorosa e lúcida combatente nacionalista, que procura levar a todo o país as idéias patrióticas em que se enqua-

dram a candidatura do Marechal Lott, seu pai. Durante sua permanência naquela cidade, pronunciou conferências e manteve conversações com líderes sindicais e estudantes. Na foto, D. Edna é vista

quando em sua passagem pela capital de Sergipe, em companhia do Prefeito de Aracaju, Sr. Conrado Macedo, e do sr. Joaquim Ribeiro, conhecido industrial sergipano.

Os Estados Com a Palavra na Campanha Lott-Jango

Com as sucessivas reuniões realizadas esta semana no Rio, pelo Comitê Interpartidário pró-Lott-Jango, foram adiantadas diversas providências que poderão resultar numa efetiva integração dos partidos situacionistas na campanha eleitoral dos candidatos nacionalistas. Reconhecendo que as cúpulas nacionais daqueles partidos não foram até agora capazes de influir na ativação da propaganda de seus candidatos, as providências adotadas levam a uma descentralização da campanha, dando mais iniciativa e responsabilidade aos diretórios estaduais e municipais.

das reuniões — criar nove «comitês centrais regionais» da campanha, composto cada um de representantes dos diversos partidos, na esfera estadual e municipal, e cada um destinado a orientar, ativar e colher fundos para a campanha, nas diversas regiões em que será dividido o país especialmente para este fim. Subordinados a estes comitês estaduais serão criados 80 comitês interpartidários locais (municipais ou — nas grandes cidades — de bairro) com os mesmos objetivos.

Já estão sendo convidados diversos grupos de deputados, senadores e outros dirigentes dos partidos que apóiam Lott e Jango, para seguirem imediatamente e simultaneamente para os Estados, a fim de dar corpo àquelas decisões do «Comitê Central Interpartidário».

Fora de Rumo

Paulo Motta Lima

Na ONU, Gromyko denunciou o voto do U-2 como ato de agressão, sem nenhum precedente em tempo de paz. Com efeito, a espionagem está ligada a toda uma série de processos desleais. O Cavalito Tróia ficou como exemplo de perfídia. Só passados muitos séculos surgiria no Pentágono uma filosofia ocidental e cristã, tentando resgatar, enquadrando-a num código de moral. A espionagem é coisa velha. Napoleão aperfeiçoou-a. No caso do U-2 há no entanto uma novidade: o emprego do reconhecimento a voo forçado em plena paz. Os estrategistas dos Estados Unidos são os autores da inovação. Aos inovadores, as batatas.

Quanto aos diplomatas do Departamento de Estado, nesse episódio, nada trouxeram de novo com contribuição às normas de convicção dos povos. Copiaram tão somente a traição nipônica de Pearl Harbor. Perpetraram a agressão durante entendimentos entre governantes. Eisenhower chegou a Paris

como homem de duas caras: uma de falso amante da paz, outra de fomentador de uma agressão premeditada; às vésperas de uma conferência de paz.

Tudo isso levou Stevenson a observar que a Casa Branca «subestimava a ansia de paz da humanidade». Membros do Conselho de Segurança da ONU estão condenando o torpe «ataque da Conferência de Cúpula» e sustentando que nenhuma país tem o direito de soberano o território de outro sem autorização. Chocou-se no Congresso americano democratas e republicanos.

Tudo isso é muito claro mas não faltou quem observasse que em Paris Kruhshchov fazia exigências excessivas. Ora, em Paris, ninguém mudou de posição. Em Janeiro do ano passado, no XXI Congresso do P.C. da U.R.S.S., Kruhshchov reiterou apelo aos outros três grandes, no sentido da Conferência de Cúpula. Lembrou os esforços já fei-

tos a esse respeito, observando: «No entanto, sempre temos esbarrado em recusas diretas, ou em resistências camufladas».

Agora, em Paris, as resistências não tiveram camuflagem. A aventura do U-2 e a tentativa de Eisenhower de justificar o direito de espionagem em plena paz basearam-se numa escandalosa política de força, na política da guelra, na tendência ao apelo a recursos desesperados, na política das fórmulas que criam apas. Antes de embarcar para a França Eisenhower ameaçava o prosseguimento aos vãos de espionagem, que tornavam impossível qualquer entendimento lastreado no respeito mútuo. Argamassada em barro e outros materiais, surgia a verdadeira face belicista de Eisenhower, comparável às de Adenauer. Sig. Man Reu ou de outros famosos modelos. Só não a viram os cegos que não quiseram vê-la. Tudo isso já é muito claro e ainda vai tornar-se mais claro.

Os bancários repelem a nota das Confederações

A propósito do manifesto lançado pela CNTI, CNIT e CNTC, no dia 11 de maio, no qual afirmam a sua submissão às diretrizes da CIOB e da ORIT, a CONTEC, (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito), divulgou uma declaração repulindo as insinuações do referido movimento, afirmando que a entidade...

Telegrafistas querem aumento

As entidades sindicais que congregam os trabalhadores em empresas telegráficas, radiotelegráficas e radiotelefônicas continuam empenhadas na campanha pela obtenção de um aumento salarial na base de 60% sobre os níveis atuais, com um mínimo de 5.500 cruzeiros. Os trabalhadores reivindicam ainda a Gratificação-Férias e concessão de licença remunerada aos dirigentes sindicais, como ocorre com o pessoal do Grupo Light.

Mestres de obras: um ano

A Associação dos Mestres de Obras e Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro comemorou o seu primeiro ano de fundação inaugurando a sua Cooperativa. A solenidade realizou-se no último dia 25, na sede da Associação, rua Acre, 55, sala 807.

Concurso da Rádio Moscou

A Rádio Central de Moscou está transmitindo diariamente para o Brasil, uma emissão diurna de 13,30 às 14 horas, hora do Rio de Janeiro, pelo comprimento de onda de 16 metros, nas frequências de 17,78 megacíclos a 17,88 megacíclos.

Como anteriormente, a emissão principal da Rádio de Moscou para o Brasil continua sendo das 19 às 21 horas, hora do Rio de Janeiro.

Podereis ouvi-la diariamente no comprimento de onda de 16 metros, nas frequências de 17,82 megacíclos a 17,88 megacíclos.

Em 19 metros, nas frequências de 15,10 megacíclos a 15,44 megacíclos.

E, em 25 metros, nas frequências de 11,79 megacíclos a 12,02 megacíclos.

CONCURSO

Todas as quartas-feiras, às 20,30 horas, é transmitido um programa especial (Rádio Universidade), com interessante concurso e distribuição de prêmios.

JULIÃO RESPONDE A ARTHUR RIOS:

Reforma Agrária se Faz é na Prática

Recife (Do correspondente) — Estêve recentemente nesta capital, onde pronunciou uma conferência a convite do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, o professor José Arthur Rios. Na ocasião, o professor Rios, que também é o diretor, no Brasil, do grupo Economie et humanisme, presidido pelo padre Lebrat, concedeu uma entrevista ao «Jornal do Comércio» sobre a reforma agrária no Brasil. Na entrevista, o líder católico expendeu opiniões sobre o movimento das ligas camponesas e sobre o seu líder, o deputado Francisco Julião. «O deputado — disse o sr. Arthur Rios — me parece ser de boa vontade, mas de inspiração confusa, com mais interesse no problema local do que no nacional». Além disso, o professor Rios não foi além de generalidades sobre a reforma agrária, para a qual preconiza um modelo próprio, brasileiro. Qual é esse modelo, quais devem ser ao menos suas linhas gerais, sobre isso nada diz e o mais que avança é aconselhar os demais governadores a seguirem o exemplo do governador Carvalho Pinto. (Sobre esse exemplo, leia-se o que publicou este jornal no seu número 62).

Responde Julião

A propósito das declarações do professor José Arthur Rios procuramos ouvir o deputado Francisco Julião. Declarou-nos, inicialmente, que não teve oportunidade de ouvir a conferência do professor Rios. Entretanto, levando em conta o alto título de diretor no Brasil do movimento denominado «Economie et Humanisme», considera o deputado Julião, que o conferencista tem a responsabilidade não apenas de abrir o debate sobre questão de tamanha magnitude e delicadeza, como é a da terra, entre nós, bem assim a de indicar a solução, o caminho, a saída, para que não fiquemos, apenas, na conferência, na aula, no encontro marcado, nos programas de rádio e de televisão.

Finalidade das ligas Camponesas

Depois de afirmar que o problema da terra no Brasil é uma realidade gritante, o deputado Francisco Julião corrigiu uma opinião apressada do sr. Rios, segundo a qual a finalidade das ligas camponesas limitaria-se a efetuar uma divisão das terras.

— O professor Rios, como muita gente honrada e culta, cheia das mais claras intenções, julga que a finalidade das ligas camponesas é, apenas, fazer barulho para forçar a divisão de algumas terras dominadas por latifundiários absenteeistas. Não. Bem sabemos que não basta dar a terra ao camponês. Sabemos mais que isso pode ser precário para o camponês e nocivo para a terra.

A grande, a nobre, a alta e bela finalidade das Ligas é congregar as massas camponesas para romper o silêncio de chumbo que sobre elas peso e que lhes vem sendo imposto sem dó nem piedade, através dos séculos, pela força e pela crueldade do latifúndio.

Como congregar os Camponeses?

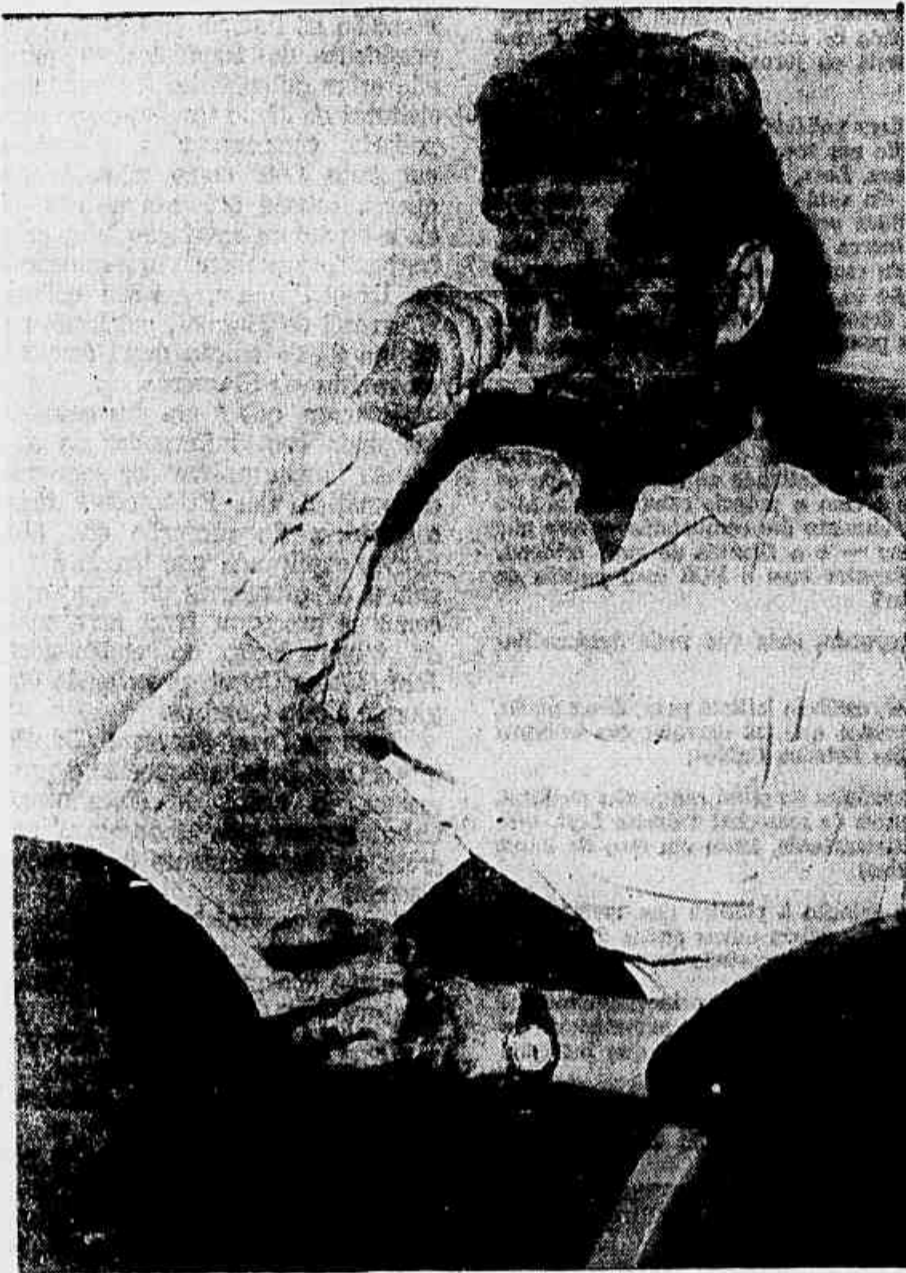
A seguir, o deputado Francisco Julião expõe as reivindicações por que batem as ligas camponesas, em sua atividade visando a agrupar os camponeses:

— Começamos por notar que, embora vigorando desde 1º de maio de 1943 o salário mínimo, também para o campo, ainda hoje não é pago ao assalariado agrícola, com as raríssimas e honrosas exceções. A legislação trabalhista é um conto de fadas para o camponês. A sindicalização rural é um mito. No entanto, não há partido político que não traga em seu programa a decisão de lutar pela extensão ao camponato das leis trabalhistas já aplicadas, com as falhas e omissões conhecidas, aos trabalhadores das cidades. Líderes políticos ou deputados, em pronunciamentos incisivos e até violentos, batem-se pela adoção das leis trabalhistas no campo muitos deles sendo, no íntimo, absolutamente contrários a uma medida de tão alta significação, porque não podem ignorar o tipo de relações de trabalho pré-capitalistas, feudais, semifeudais e escravistas existentes nos campos do Brasil. Quase todos que assim falam, sabem que usam a linguagem surrada da demagogia eleitoral e oportunista.

— Pois bem. Nós, como homem de esquerda, em luta por uma sociedade em que desapareça para sempre a exploração do homem pelo homem, não tivemos a audácia de erguer a nossa voz para dizer que se pode entender e aplicar ao assalariado agrícola brasileiro a legislação do trabalho, com o seu repouso semanal remunerado, sua indenização por tempo de serviço, suas horas extraordinárias, seu aviso prévio, sua assistência médica, hospitalar e outros direitos da nossa ainda precária assistência social, sua estabilidade e sua aposentadoria. Não transpomos os limites do salário mínimo. Por quê? Porque nem de metalhadora em punho é possível obter dos senhores de terras, enfundados, batucados e primários, os meios e a compreensão para a aplicação de todas essas conquistas da gloriosa e secular luta dos explorados contra os exploradores. A legislação trabalhista foi feita para ser adotada onde as relações de produção tenham forma capitalista. Não é isso o que acontece nos campos do Brasil. E se assim é, como é, entendemos que a gigantesca luta a ser travada por todos nós é liquidar quanto antes o feudalismo em nossa pátria.

Objetivos imediatos

Enumerando os objetivos imediatos da luta das ligas camponesas, diz o deputado Julião:



Reforma agrária só vale na prática

— Começamos a luta pela abolição de todos os resquícios escravistas que ainda predominam nos campos do Brasil, em todas as suas latitudes, como o regime da meia, da terça, do cambão, do pulo-da-vara, do vale, da quadra, da sujeição, do engano-de-lápis, do barracão, do capanga, etc., que duram pelos séculos em fora, degradando o camponês, enquanto nós outros fazemos conferências eruditas e escrevemos lindas teses sobre reforma agrária...

Proseguindo, o deputado Julião discorreu longamente sobre a significação do caso do engenho da Galiléia, o que representa como conquista da luta dos camponeses pela terra e concluiu:

— Perdoe-nos o professor Rios o convite insistente: deixe a cátedra e venha agir. Cã, nós o esperamos com pétalas singelas que d. Margarida, a companheira leal do velho Zé, da «Galiléia», atira aos punhados sobre a cabeça dos

Francisco Julião (foto), respondendo ao professor Arthur Rios, afirma que a reforma agrária é uma questão essencialmente prática e que apenas palavras bonitas não mudam em nada a situação.

que chegam à porta de sua casa humilde onde nasceram as ligas, para dizer que a terra será libertada a fim de que o homem seja livre sobre a Terra. O mais é conversa fiada, é bate-papo erudito, é fogo de artifício, visando transferir para o Vale do Meirim — a nova Terra da Promissão — o povo escravo, quando a sua solução pode e deve ser dada ao Egito das sete pragas — a imagem cruel do latifúndio — sem o êxodo nem o milagre do mar Vermelho de que falam as Escrituras. Com a economia e o humanismo, contra a economia e o humanismo e apesar da economia e do humanismo, a reforma agrária é tão inevitável em nossa pátria como o advento do socialismo. O povo hebreu teve em Moisés o seu guia genial. O povo brasileiro tem no Nacionalismo o seu Moisés. E o Nacionalismo é o grande passo para o socialismo.



Bancários em Bossa Nova

Os bancários cariocas ganharam às ruas numa campanha de autêntica bossa nova, esclarecendo os seus colegas e obtendo adesão à luta pelo Contrato Coletivo de Trabalho, que lhes assegurará um salário mínimo de 9 mil cruzeiros e salário profissional, a escala mé-

vel de salários, a extinção do trabalho aos sábados e a estabilidade aos dois anos de serviço. Incorporados no movimento intersindical do Estado da Guanabara, os bancários aproveitaram o microfone da campanha salarial e con-

clamam o povo a participar do Dia de Protesto Contra a Carestia, abstenendo-se de fazer qualquer compra no dia 31 do corrente. Na foto, Irio Lima, um dos mais ativos líderes sindicais, quando falava ontem aos bancários na rua da Alfândega.

Morreu Antenor Vieira

Vítima de um derrame cerebral, faleceu no dia 13 de maio último, nesta cidade, aos 62 anos de idade, o Impresor Antenor Vieira, natural de Pelotas, e radicado há muito tempo no Rio, onde dedicou grande parte da sua vida ao movimento comunista.

Festa campestre em Caxias

Está programada uma grande festa campestre para o próximo dia 29, das 8 às 17 horas, na aprazível Fazenda São Bento, em Caxias. Patada de uma grande piscina, crianças e adultos encontram em São Bento, horas de alegria e prazer. Um grande baile e um monumental show animados por artistas profissionais darão maior alegria aos excursionistas que encontrarão, em Caxias, ônibus das linhas Saracuruna-Campos Eliseos, Parada Angélica, Plabetá, Boa Sorte, Belfort Roxo (via lote 15), Raiz da Serra, por Cr\$ 5,00, e Mantiqueira, por Cr\$ 7,00. Todos ao lado da Praça 23 de Outubro. Os convites para essa grande festa podem ser encontrados na Gerência de NOVOS RUMOS.

Servidores de Nilópolis

A UNSP, através da sua seção de Nova Iguaçu e Nilópolis, encontra-se empenhada na luta pela obtenção de uma melhoria salarial para os servidores municipais de Nilópolis, que continuam com vencimentos inferiores ao salário mínimo regional, que é de 5.700 cruzeiros.

Inaugurada a rua Júlio Cajazeiras

Os trabalhadores fluminenses, reunidos em sua I Convenção Sindical, em Volta Redonda, participaram da solenidade de inauguração da Rua Júlio Lopes Cajazeiras numa homenagem póstuma à memória do jovem alfaiate e dirigente sindical covadamente assassinado em 1952, quando se empenhava na campanha em favor da paz entre os povos.

1º de Maio nacionalista em Nilópolis

O Movimento Nacionalista Lott-Jango promoveu, no dia 1º de maio, em Nilópolis, uma conferência do estudante Dimar Souza e um comício, na praça principal da cidade, com a presença do prefeito Pedro Lentejano, líderes sindicais e estudantis.

O Movimento Nacionalista Lott-Jango informa que os «comandos nacionalistas» começaram a atuar na Zona Sul, promovendo comícios-relâmpago e sabatinas em torno dos temas que constituem a plataforma nacionalista e democrática do marechal Teixeira Lott. Os pedidos para a presença dos «comandos nacionalistas» devem ser feitos ao Comitê do Estado da Guanabara, na Av. Presidente Vargas n. 754.

Otacílio Acrécio de Melo

Faleceu no dia 26 de abril do corrente, no bairro da Liberdade, em Salvador, o velho militante comunista Otacílio Acrécio de Melo. O seu sepultamento foi acompanhado por centenas de pessoas.

Carta do Sertão

Juzáero de meu padin, mês de maio, vinte e seis. Cumpade Mané Nastaço tô t'iscrevendo outa vez.

Aqui pelas nossas banda já num tem mais U.D.N.ê. Todo mundo vai votá na chapa gacônã: P.S.D. e P.T. B.

Foi Generá Texeira Lote quem garantiu Juscelino. Se num fosse seu talento aquele gorpe firino tinha dado pru Brasil um deferente distinto.

Mas esse grande sordado, minêro, honesto e valente: A frente de nosso izerço Ispurçô o presidente e deu posse a J.K. o Governo Federá inleito pur nossa gente.

Bastô isso, meu cumpade, por povo do Ciará ficá caído de vez pelo brabo Marechá.

Essa sumana passada nós fiquemos assustado Um prâneta deferente dexô o povo assombrado.

Porém, o doutô Tinôcc véi para praça dizê qui aquilo num era Lua. a gente ficô na rua intê desaparecé.

Seu Nastaço, os maiorá percisam pensá miô. Se rebentá u'a guerra a coisa vai sé piô. Num vai ficá um vivente imboxa da luz do Sô.

Na outa guerra eu briguel, mas, agora quero a paz. Quem fizé guerra qui briguel pra pruveitá o qui faz. Quem teve lá na frontêra vendo aquela bagacêra pede a Deus pra num hi mais.

Talvez num haja mais guerra O qui se diz é buato Recado de teu cumpade: José da Costa Biato.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Bonfim Jr.
Secretário — Fragmon Borges

REDATORES
Almir Matos, Rui Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.

MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257, 1º andar, S/1712 — Tel: 42-7844
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905

Endereço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS

Anual Cr\$ 250,00
Semestral > 130,00
Trimestral > 70,00

Aérea anual, mais Cr\$ 100,00; semestral, Cr\$ 50,00; trimestral, Cr\$ 30,00.

Número avulso Cr\$ 3,00
Número atrasado > 8,00

Notas Sobre Livros

É sempre grato a um comentarista de livros vir a público para louvar uma boa iniciativa editorial, como é o caso das publicações programadas pela Editora Problemas Contemporâneos. A Editora é nova, e surge modestamente no mercado de livros, mas sua atividade é orientada por propósitos culturais de alto nível.

Seu primeiro lançamento, ainda quente dos prelos do onde acaba de sair, intitula-se *Problemas de Atualidade*. O título é meio vago, sem atrativo publicitário, e vem capeando uma pequena brochura de 64 páginas, mas aqui podemos repetir o ditado: tamanho não é documento. O fato é que aparece por aí muito calhamço espesso, 500, 600 páginas, cuja leitura leva a uma única e justa conclusão — puro desperdício de papel, tempo perdido pelo leitor.

Neste voluminho *Problemas de Atualidade* a coisa é outra — cada página é uma palpitação de idéias e pensamentos fecundos. Não chega a ser um livro, no sentido unitário do termo; é antes uma coletânea de trabalhos distintos, firmados por autores diferentes, mas versando matérias de suma importância — questões filosóficas e políticas de candente atualidade. Eis o seu sumário: M. Kammari — «A Dialética Materialista, Ciência Filosófica»; N. Kristofurian — «O Que Distingue a Dialética da Sofística e da Eclética?»; «Declaração Programática e Plataforma Política Imediata» do P. C. do Uruguai.

São trabalhos traduzidos, que a nova Editora coloca ao alcance mais fácil dos leitores brasileiros, principalmente daqueles mais vivamente interessados no estudo e debate dos problemas teóricos e práticos do socialismo contemporâneo.

Cadernos semelhantes deverão seguir-se a este que estou noticiando, com os títulos seguintes: *Sobre a Dialética — Os Materialistas e a História da Sociedade — Sobre o Humanismo Socialista*. Dado o critério a que obedece a Editora, só nos cabe esperar que se confirme a expectativa que tais títulos nos sugerem.

Desiquemos o título de outro volume a sair: *Notas Sobre o Movimento Operário Brasileiro*. Trata-se de assunto nacional do maior interesse e não é demais supor que autores e temas brasileiros sejam freqüentemente incluídos nos programas da nova Editora.

Para a coleção de cadernos, anuncia-se para breve um romance brasileiro: *Fábrica da Pedra* — de Pedro Mota Lima. É a história, em termos de romance, da famosa fábrica nacional de linhas, que a concorrência imperialista destruiu brutalmente, há cerca de meio século atrás.

Fazendo a revisão de uma reedição mexicana de *O Capital*, de Karl Marx, o professor Luis Washington Vita escreveu o seguinte, na *Revista Brasileira de Filosofia* (São Paulo, 1.º trimestre de 1960):

«A publicação de uma nova edição de *O Capital*, de Marx, é sempre oportuno pretexto para novas reflexões sobre o sentido desse famoso livro, inúmeras vezes definitivamente refutado e que, no entanto, resiste a essas refutações, pois chega a ser dramática a necessidade de ser sempre refutado de novo. O morto, como no verso de Corneille, se comporta tão bem que parece vivo. Aqui nos permitimos uma pequena retificação, mais conforme aliás com o verso de Corneille: o «morto» em questão está mesmo vivo, mais vivo que nunca, vivo de fato e não apenas de aparência.

A nota do professor L. W. V. está redigida com inteligência e sem preconceitos doutrinários, buscando compreender o sentido do livro de Marx e a razão de sua permanência — «que sobrenada no mar das refutações, permanecendo (...) sempre atual enquanto caducam suas críticas».

Astrojildo Pereira

Um Apêlo

Não sei se vocês leram o apêlo lançado ao mundo pela «Conferência de opinião pública soviética pró-desarmamento». Creio mesmo que este nosso NOVOS RUMOS deve tê-lo publicado na íntegra. Mas dele falei hoje. Sei bem o dever de um cronista; sei que podemos falar do mês e quando é mau louvar as flores, os namorados, as mães (que têm seu dia neste mês) os trabalhadores que têm o seu primeiro dia, enfim, sei que um cronista pode se queixar do amor, da infelicidade, das dores de dentes, atacar o governo (raras são as que não atacam pelo prazer de atacar apenas) etc. Mas sei também que um cronista não pode deixar de aparecer ao lado dos homens em geral, dos povos, para dizer de assuntos internacionais.

Por isso nestes dias de chuva e frio, com muitos querendo ser governo, neste momento de corrida para os cargos no novo e querido Estado da Guanabara, olhos acesos pela sucessão presidencial, esse apêlo da URSS, cal em mim como uma bênção. Dizem os soviéticos entre outras coisas: «O desarmamento não é um sonho; é a única saída razoável para a perigosa situação existente». E mais: «A lei do Soviet Supremo da URSS sobre a nova redução das forças armadas soviéticas em 1.200.000 homens, é um exemplo prático das medidas que podem facilitar consideravelmente a conclusão de um convênio sobre o desarmamento geral e absoluto. A opinião pública soviética exorta as potências ocidentais a seguir esse exemplo». Ainda mais adiante: «Para dar uma solução urgente e justa para o desarmamento, é necessário que todas as forças pacíficas, todas as pessoas de boa vontade encontrem uma linguagem comum e se estendam as mãos para realizar ações conjuntas».

Encontrar uma linguagem comum, estender as mãos, tudo isso que esse apêlo faz ressoar no mundo, encontra, nos Estados Unidos e em outros países, linguagem de ódio e de carnificina, mãos prontas para ferir e estrangular.

Gostaria de falar em assuntos românticos, de escrever sobre coisas banais, tantos e tantos os acontecimentos sem importância mas que se revestem de importância enorme para certo público: o casamento de Margaret ou melhor o golpe do baú de Tony Armstrong, a morte de All Kan que depois de morto foi considerado anjo e flor, enfim, milhares de assuntos. Mas como pode um cronista que se preza falar beleza ou bobagem quando o mundo está tão cheio de ódio? Leiam o apêlo soviético, meditem e me digam se não devemos gritar todos:

Falemos a mesma língua, estendamos as mãos, unamos nossos esforços pela paz. Abaixo as armas!

Enéida

Tópicos Típicos

O Cordeiro não escreveu nada para o último suplemento literário do «Diário de Notícias». Mas ele é tão necessário a esta coluna quanto o reumatismo à Academia Brasileira de Letras. Pensávamos que a desleitura fosse consequência de seus excessos com Santa Catarina de Sena. Não era. Era remorso.

Escondido na página 2 do 1.º caderno do DN, o «papinha» do Centro Dom Vital confessa sua responsabilidade no passamento do industrial Guilherme Guinle.

«Nosso segundo encontro foi mais íntimo. Amigos comuns, que num desvario do destino imaginavam que eu pudesse levar algum consolo à alma do velho doente, organizaram uma conspiração de afetos. E o velho não resistiu».

Theófilo de Andrade, aspirante a subliterato e cronista internacional de «O Cruzeiro», pontifica do alto do seu cachimbo, sobre a «incapacidade histórica dos alemães para a democracia». Mas o que há de fato, é a incapacidade biológica de Theófilo para a inteligência.

E o Sebastião de França continua... Por falar em suplemento literário do «Diário de Notícias», o Gullar anda circulando muito em Copacabana. A rua Barata Ribeiro está cheia de experiências neoneocretas. Mande tapar os buracos, governador Sette Câmara.

Antônio Olinto, de «O Globo», no ato de demover um livreiro de Belo Horizonte de suas negativas constantes, vem anunciando diariamente, há cerca de um mês, uma tarde de autógrafos que ele e Zora Seljan pretendem. «Self-promotion» que, no caso, pode ser inequivocamente traduzida por «promocção em família». Solidários com o valente livreiro, fazemos votos do que continue resistindo.

Colhemos em «No Mundo das Artes», coluna assinada por Notícias, por José Ricardo, mais esse exemplo do «paraíso americano»: «Por haver uma negra no elenco (o soprano Leontyne Price) onze emissoras de televisão do sul norte-americano se recusaram a retransmitir a versão eletrônica da ópera Don Giovanni, apesar do compromisso contratual com a TV-NBC».

Como já se está tornando hábito formar biblioteca através de veladas divulgações de endereços, o nosso para remessa de livros é «Viaduto Dona Sônia, quinto degrau, lado esquerdo do quem sobe».

Pedro Severino

A MAIS-VALIA ENTRA NA UNIVERSIDADE

Da reunião de alguns jovens, liderados por estudantes de arquitetura, formou-se um novo grupo de teatro — novo por ser mais um novo pela concepção que o anima.

Sentindo que o teatro pode e deve tirar do processo social material para suas criações, os jovens procuram investigar a realidade brasileira em todos os seus aspectos e encontrar os meios de exprimi-la em linguagem teatral. Para isso, além da encenação de uma peça inteiramente original, realizam um programa de estudos (como um laboratório de interpretação), conferências, seminários, concursos de cartazes.

Como primeira experiência, prepararam atualmente a peça de Oduvaldo Viana Filho — *A mais-valia vai acabar, seu Edgar*.

No programa de conferências, já foram realizadas «Formação de um grupo jovem», «Teatro político» e «Cultura e desenvolvimento — a posição do teatro», proferidas, respectivamente, por Barbara Heliodora, Paulo Francis e Roland Corbuser. A 1.ª de junho, os jovens discutirão em mesa-redonda o tema «Realidade brasileira — teatro».

Ainda sem uma diretoria perfeitamente delineada, o grupo pretende tirar da experiência dessas passagens iniciais sua orientação futura. Assim, realizam aos domingos seminários de dramaturgia, onde discutem os resultados obtidos e as novas idéias trazidas pelos componentes do grupo e demais pessoas participantes dos debates. Aliás, excelente característica do Teatro Jovem é seu interesse em ouvir a todos que têm sugestões, assim como difundir ao máximo as suas pesquisas.

O grupo

O Teatro Jovem nasceu da reunião de elementos que sentiam necessidade de criar um teatro com raízes na realidade brasileira. A concretização da idéia foi possível graças ao apoio do Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Arquitetura, que desejava despertar a atenção dos universitários para o teatro. Firmado o convênio ficou acertada a temporada para junho.

A Mais-valia

A peça, surgida dos debates de um seminário de Economia Política no Teatro de Arena de S. Paulo, é uma comédia cheia de «humour», em que o autor de Chapetubua Futebol Clube focaliza instantâneos da sociedade capitalista, procurando a solução para algumas situações.

Dezesseis jovens formam o elenco. O departamento de cenografia e figurinos está sob a responsabilidade de quatro alunos da FNA e a música é da turma da «bossa nova».

A direção

Francisco de Assis, do Arena de S. Paulo, é o diretor da *Mais-Valia*. Integrado desde 1957 no grupo paulista, onde tem trabalhado como ator, Francisco de Assis participou do Seminário de Dramaturgia, foi assistente de direção do *Plantão 21*

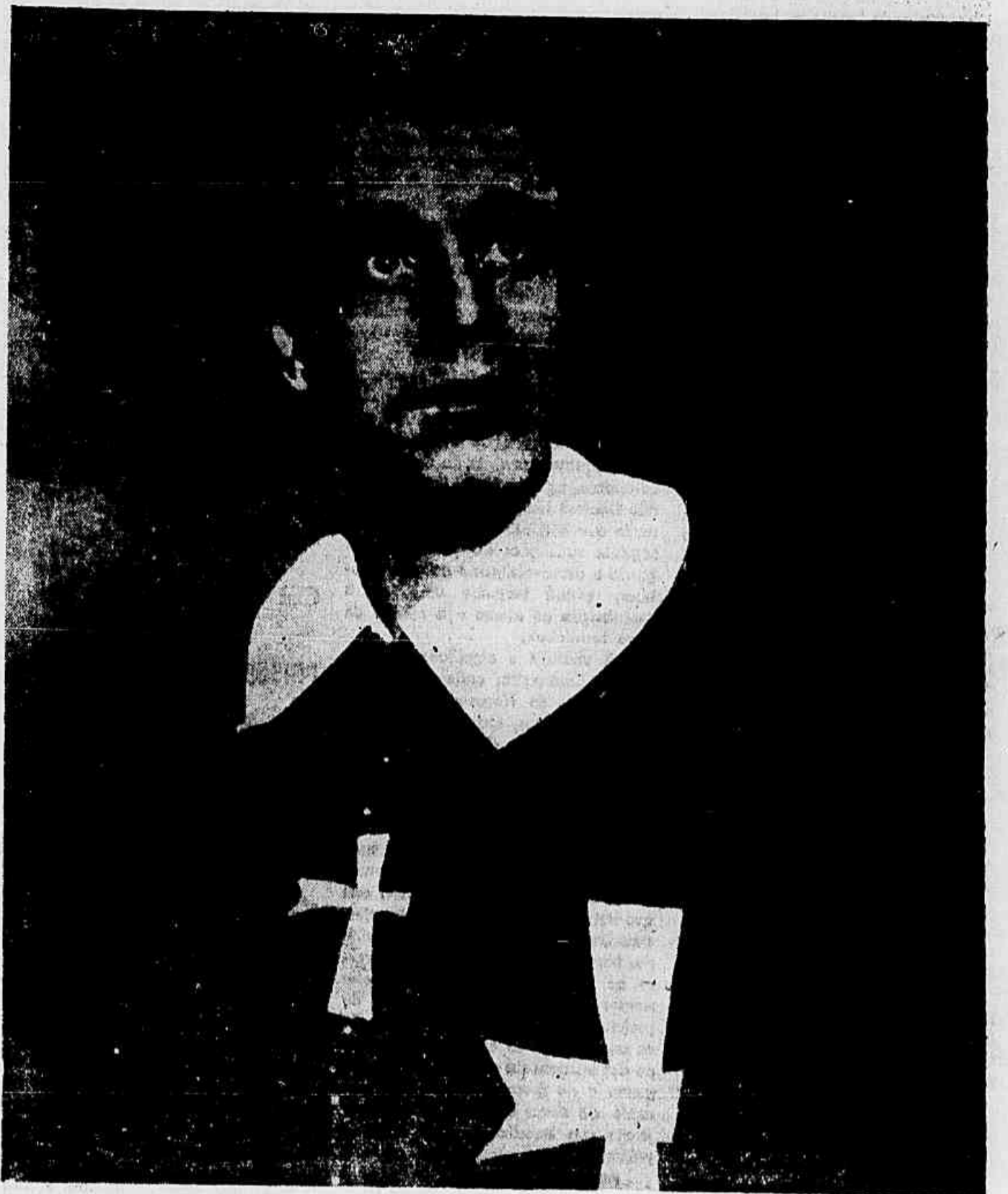
e intérprete e diretor de espetáculos de televisão.

Com a palavra o diretor:

«Enfrento a *Mais-valia* com a bagagem de toda minha experiência teatral, muito ajudado pela pesquisa de Augusto Boal. A teoria e a informação do trabalho têm a influência de Erweg Piscator, autor anterior a Brecht, cujas idéias sobre teatro político têm inspirado

tantos teatrólogos. Como a obra de Viana aborda um tema virgem na dramaturgia brasileira e talvez na mundial, é difícil para a direção determinar qual a melhor maneira de solucionar os problemas de sua montagem. A direção, os atores e os cenógrafos têm que completar a peça, usando artifícios conhecidos e criando novos. Aqui a idéia condiciona a forma.

Não quisemos tomar mais tempo do ensaio, pois a estréia da peça está prevista para 16 de junho. Saímos do «laboratório» da Praia Vermelha «torcendo» para que os esforços desse punhado de jovens sejam recompensados pelo aplauso e a compreensão da juventude, dos trabalhadores (vai ser encenada em sindicatos), dos intelectuais e do povo, a que pertence legitimamente.



ALEXANDRE MOISSI

Grandes homenagens em Tirana marcaram, em abril, a passagem do 25.º aniversário da morte de Alexandre Moissi, o grande trágico cuja vida, após a libertação da Albânia, vem sendo glorificada como a de um dos mais ilustres filhos do país.

De uma família de emigrados albaneses, Moissi nasceu em Trieste e teve a vida intensamente atribulada por dificuldades financeiras, o que não o permitiu, como era de seu desejo, fixar-se na Albânia.

A grande força de vontade de Moissi levou-o à posição de ator principal do Grande Teatro de Berlim, dirigido por Max Reinhardt. Adquirindo renome internacional, fez vibrar as platéias de cidades como Paris, Moscou, Londres, Nova York, Viena e Istambul.

Dotado de profundo espírito humanista, através de sua arte trabalhou pelo progresso dos povos, tomou sempre posições antifascistas e contra a guerra, e adotou as

idéias mais progressistas de sua época.

Em ensaio biográfico, Stephan Zweig assim referiu-se à sua arte: «Enão, ele principia a falar. E conta, ele explica, e sua voz é uma carícia. Trabalha o pensamento em oitavas que solem e decem percorrendo toda a gama ressonante de sua garganta. Ouvia-o de olhos fechados para, depois, abri-los, ficar olhando na visão do seu corpo em movimento, necessário e dos movimentos que se realizam as palavras».

K R I T E R I O N

M.C.F.

«KRITERION» a notável revista da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, completou a sua meia centena com o tomo recém-publicado, correspondente ao segundo semestre de 1959.

Não sendo uma publicação especializada ou dedicada exclusivamente a um campo do conhecimento, não se estranhará que os números 49 e 50, englobados no tomo que acaba de sair, contenha artigos que tratam de assuntos muito diferentes entre si, desde o geoturístico, versado em «Geografia turística e recreativa das regiões calcárias», de Elzio Dolabela, e o econômico de que trata Messias Pereira Donato, em «O pensamento econômico na Idade Média», aos científicos ou linguísticos, como o «Pequeno Dicionário etimológico das famílias botânicas», de Lair Rémusat René, e o «Vocabulário indo-europeu e seu desenvolvimento semântico», de R. C. Romanelli, e desde os literários, como «A poesia e a prosa na Estética de Hegel», de Leonidas Hegenberg; «Literatura e Fé», do Padre Nicolau von Goelz; «Notas acerca do romance», de Eduardo Friere; «Mulheres artistas» de Eugênio Miller Brajnikov, aos priológicos ou filosóficos, como «O complexo de Bruto», de João Camilo de Oliveira Torres; «A esfera do Ser: o Absoluto e o Relativo», de A. Pinto de Carvalho; «Prolegômenos», de Artur Versiani Veloso; «Bergson e a duração real», de Silvio Barata Viana

Com essa lista dos principais trabalhos do tomo 49 - 50, vol. XII, de «KRITERION», estaria completo o seu sumário, se lhe adicionássemos as notas crítico-bibliográficas, aliás, numerosas, e algumas notícias de fatos relevantes.

Note-se que essas páginas de crítica bibliográfica estão assinadas, em maioria, por professores de Universidade, entre os quais, como ocorre habitualmente, aparecem os nomes dos professores Artur Versiani Veloso, A. Pinto de Carvalho e Eduardo Friere.

Com essas notas, diversas e, por vezes, extensas, úteis para os que gostam de acompanhar o movimento bibliográfico, predomina a matéria filosófica, ora, notavelmente através das penas dos dois primeiros, e o tema de resistência daquela publicação periódica, indubitavelmente uma das mais importantes revistas brasileiras.

Acontece, porém, que essa preeminência, essa maior freqüência dos assuntos filosóficos nas páginas da revista belo-horizontina sofre de uma certa unilateralidade, sendo de um certo exclusivismo, facilmente e plausivelmente, mas nem por isso menos lamentável.

Com efeito, buscando os números já publicados de «KRITERION» não encontramos um só artigo, um só trabalho, uma só nota que destoa da uniformidade idealista que a recheia, informa e monumentaliza.

Uma publicação, como a de que

se trata, sendo órgão de um estabelecimento de ensino oficial, não pertence a nenhum partido político, a nenhuma igreja, não é necessariamente obediente aos interesses de uma classe nem aos ditames de uma escola filosófica ou de um credo religioso.

Por isso cremos que uma revista de tipo de «KRITERION» deveria ser antes um campo em que se pudessem debater os grandes temas culturais de nosso tempo, de modo a melhor instruir ou esclarecer os seus leitores, ou se reunir principalmente nos meios universitários e de ensino e em favor dos intelectuais do país; parece que já é tempo de lhes imprimir uma orientação mais liberal.

No entanto, a *Flóres* meteorológica, desde os temas da atualidade, inspirou muitos dos melhores escritos da história cultural da humanidade, sempre inserida das páginas de «KRITERION».

Não cremos que uma consciência objetiva dos filósofos brasileiros que se filiam à escola materialista pudessem fazer mal aos estudantes de nossas Universidades, não, menos aqueles leitores da revista que não têm a sua leitura a seu espírito bem-querido. Nem seria preciso recordar que a luz da materialismo consistente ensinado por Marx e Engels, obra de um gênio dos homens de nossa época edificaram uma nova civilização, mais avançada do que a que vigora nos outros dois terços de nosso planeta.

Atualidade de Lenin

O atual momento da revista PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO (vol. 1960) é em sua maior parte dedicado a Vladimir Ilitch Lenin, para o aniversário de nascimento do fundador do marxismo-leninismo. O tema da atualidade de Lenin — em que se aborda a extraordinária atualidade dos principais aspectos da doutrina leninista, vários artigos de homenagem à obra do fundador do PCUS e da União Soviética, Jacques Duplaix, Ernest Gellner, N. Pogodin, N. Alexandrov, Palme Dutt e outros destacados marxistas, escrevem sobre Lenin. Este faz do presente número de PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO uma fonte preciosa de conhecimentos sobre a doutrina leninista, participando em relação ao marxismo-leninismo.

Outros artigos, antes trabalhos publicados em outros números, tais como o de O. B. Kuznetsov, As lutas sociais e revolucionárias da China, E. G. Denisov, Sobre a coexistência pacífica entre um espaço de vista socialista e Luigi Longo — «A atual renovação ideológica da URSS e a atual situação».

Procure de 1.ª a 3.ª bancas e livrarias o número 4 (1960) de

Problemas da Paz e do Socialismo

Dinheiros Públicos Para a Escola Pública

MOACIR LONGO

O golpe dado pela Câmara Federal no desenvolvimento do ensino público, com a aprovação do projeto de «Diretrizes e Bases da Educação Nacional», vem sendo respondida a altura pela consciência democrática do País, através das organizações estudantis, professorado brasileiro, intelectualidade e movimento sindical. A passagem do projeto na Câmara, sem discussão e numa sonolenta sessão noturna da Câmara, não surtiu o efeito esperado pelos cozeiros da escola pública. Isto porque, na manhã seguinte, todas as forças interessadas na melhoria do nível de educação do nosso povo, se levantaram, protestando contra a proposta estranguladora do ensino popular e democrático. De norte a sul do País, começaram a surgir os pronunciamentos das entidades estudantis, das organizações sindicais, das associações representativas do professorado de todos os níveis, denunciando a maré medievista, representada pelo projeto aprovado a «toque de caixa».

Em São Paulo, os primeiros a se levantarem foram os estudantes universitários e secundários, logo apoiados pelos seus mestres, e, em seguida, pelos sindicatos operários, que em reuniões conjuntas, organizaram uma comissão coordenadora encarregada de desenvolver uma ampla campanha de combate aos aspectos mais retrógrados do projeto de lei e de esclarecimento da opinião pública, denominada «Comissão Paulista de Defesa da Escola Pública». Esta comissão realizou um grande trabalho de mobilização do povo, através de comícios em praça pública, pinturas por toda a cidade, conferências e atos públicos, mesas redondas na TV e Rádio, culminando com a organização vitoriosa e ampla, «Convenção Paulista em Defesa da Escola Pública», realizada a 5 de Maio na Biblioteca Municipal. Seus resultados servem de roteiro para o desenvolvimento da campanha em escala mais ampla. Ao mesmo tempo, o aprofundado estudo de problema feito pelos estudantes e professores, sintetizado na declaração de princípios aprovada, poderão servir para «abrir os olhos» dos Senadores, no sentido de repararem o erro cometido pelos seus colegas deputados.

Os debates levados a efeito durante as sessões plenárias das quais participaram profundos conhecedores dos problemas da educação, como os senhores professores Almeida Júnior, Florestan Fernandes, Paulo Duarte, João Villa-Lobos e outras personalidades, vieram demonstrar a nocividade do projeto 2-222-6-57, para o desenvolvimento da educação para todo o povo, em função do combate ao analfabetismo e do próprio desenvolvimento industrial e agrícola do Brasil. Demonstraram também, a inconstitucionalidade da propositura, que representa um grande retrocesso em relação ao que já foi concedido no Brasil no terreno da educação, desde a proclamação da primeira Constituição republicana.

Para se ter uma idéia do que foi o libelo a que foi exposto o projeto, passaremos a transcrever alguns tópicos de um dos trabalhos apresentados na Convenção. O estudo realizado pela União Estadual dos Estudantes afirma em seu preâmbulo: «Já foi dito que os adversários da escola pública QUEREM A LIBERDADE DA ESCOLA, PORQUE NÃO A QUEREM NA ESCOLA, achamos que este conceito exprime bem o designio que orientou a elaboração de muitos dos artigos do Projeto de Diretrizes e Bases».

Discordando dessa concepção re-

trógrada, o parecer da UEE acentua: «Duas são as condições básicas que a escola democrática não pode deixar de atender: a) gratuidade do ensino; b) ampla e total liberdade de consciência. Sendo assim a efetiva democratização do ensino em nosso País, só pode ser conquistada de uma maneira: pelo fortalecimento e expansão da escola pública». E mais adiante acrescenta: «A inadequação do sistema educacional ao sistema econômico da produção, é um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento pleno da industrialização. Tais obstáculos, precisam ser urgentemente removidos. São eles: 1) elevadíssimo índice de analfabetismo; 2) parca e deficiente instrução técnica e científica».

Como é vê, os acadêmicos estruturam seus pontos de vista em duas questões fundamentais da atualidade brasileira: ensino sem discriminação, baseado na liberdade de consciência, e ensino baseado nas exigências colocadas pelo desenvolvimento independente da economia nacional. O mesmo pode ser dito em relação à «declaração de princípios» aprovada na Convenção. Entretanto, os elaboradores do projeto não levaram isso em conta. É por esta razão que o relatório da UEE chega à seguinte conclusão: «O projeto ameaçando o desenvolvimento da escola pública, estará trazendo uma trágica contribuição ao atraso e a miséria do povo brasileiro».

A unidade e amplitude observadas na Convenção, onde notou-se a participação de forças das mais diferentes tendências, inclusive comunistas, todas as correntes do movimento estudantil, do movimento sindical, secretário da educação de Município, Sr. José Miraglia, setores da UDN, representada pelo Sr. Julio Mesquita Filho, Diretor de «O Estado de S. Paulo», demonstrou as imensas possibilidades de estender a luta ao âmbito nacional e fazer com que novas forças ingressem na batalha, aumentando as probabilidades de vitória, bem como a necessidade de levar-se ao isolamento, todos aqueles elementos obscurantistas, defensores do projeto de lei tal como está, que são os mesmos que se encontram no campo dos inimigos da democracia, do progresso e do desenvolvimento independente da nossa economia. Não é por acaso que investidas contra a escola pública foram desencadeadas, na França, Argentina, Uruguai, Bélgica, Chile e outros Países. Pode ser também «mera coincidência», o aproveitamento de grande número de emendas do Sr. Carlos Lacerda para o projeto aprovado. Isso tudo nos mostra que por trás do golpe contra o ensino público, encontram-se os piores inimigos do povo brasileiro, que precisam ser denunciados e isolados.

A campanha em desenvolvimento, pode e deve ganhar maior intensidade e se transformar em um autêntico «plebiscito nacional» — como disse o Professor Paulo Duarte em uma reunião da comissão de planejamento do movimento, e com isso, fazer sentir aos senadores que a quase unanimidade do povo exige modificações tais na lei, que fiquem preservadas as conquistas já alcançadas escritas na Constituição Federal e que as mesmas sejam ampliadas, no sentido de satisfazer a atual realidade econômica, política e social do Brasil. Que o lema sob o qual se realizou a I Convenção Paulista em Defesa da Escola Pública» de: «dinheiros públicos para o ensino público», se transforme numa voz de toda a nação, tão alta que os senadores sejam obrigados a ouvi-la.



Esperaram em vão

Os camponeses de Santa Fé fizeram uma reunião para discutir com o latifundiário a renovação do contrato. Convidaram também o governador Carvalho Pinto, autor de um projeto de «reforma agrária» para São Paulo, na esperança de que ele comparecesse e fosse discutir com os camponeses os problemas que os afligem. Esperaram o governador em vão: ele foi o grande ausente da reunião.

PRISÕES E VIOLÊNCIA EM SANTA FÉ DO SUL

Carvalho Pinto Não Quis Discutir Com Lavradores

SÃO PAULO (Da Sucursal) — Santa Fé do Sul, neste Estado, voltou a viver um clima de agitação com o recrudescimento de violências contra os lavradores que cultivam as terras do latifundiário «Zico» Diniz, cujos capangas reiniciaram o plantio de capim nas lavouras visando a transformar as terras em pastos para criação de gado. A ilegalidade e a violência voltam a imperar após oito meses de pausa na luta de 850 famílias de camponeses, arrendatários das terras do latifundiário, ameaçadas por este de despejo.

A nova investida de «Zico» Diniz viola flagrantemente o acordo de prorrogação de contrato firmado em setembro do ano passado, a terminar no próximo mês de julho, e responde à notificação legal dos arrendatários, amparados na lei que prorrogou a lei do inquilinato, comunicando o seu desejo de reformar o contrato de arrendamento das terras que atualmente ocupam.

Mesa-redonda

Para encaminhar a questão, realizou-se no dia 15 último uma mesa-redonda na cidade de Santa Fé do Sul, para a qual foram convidados e não compareceram o governador do Estado ou um seu representante e o proprietário das terras. A ausência injustificada da autoridade e do latifundiário impediu a efetivação de entendimentos para en-

caminhar a solução do problema e evitar a repetição de violências.

A mesa-redonda fracassada transformou-se assim em reunião da Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul. Os lavradores presentes à reunião, ao mesmo tempo que reafirmaram sua decisão inabalável de permanecer nas terras, aprovaram o envio de uma comissão a São Paulo, para discutir com as autoridades estaduais a nova situação criada com o reinício das violências a mando do latifundiário. Os parlamentares presentes à reunião, assim como o prefeito de Santa Fé do Sul e líderes sindicais paulistas, apoiaram as decisões adotadas pelos lavradores.

Em São Paulo

Uma comissão de quatro lavradores, chefiada pelo presidente da entidade, Jofre Correia Neto, esteve em São Paulo onde manteve contato com representantes

das organizações sindicais e estudantis, assim como com parlamentares da assembleia legislativa. Tiveram audiência também com o sr. Fred Duarte de Araújo, representante do governador Carvalho Pinto, ao qual solicitaram a adoção de medidas para impedir a repetição de violências contra os camponeses. Relataram também a situação em que se encontram as 850 famílias ameaçadas de despejo pelo latifundiário Zico Diniz.

Prisões e violências

Ainda em São Paulo os membros da comissão foram informados pelo vice-presidente da entidade, através telegrama, do reinício das violências e da prisão de quatro lavradores. O fato provocou protestos na Assembleia Legislativa do Estado, onde um deputado governista exigiu do chefe do Executivo a imediata libertação dos detidos.

NR em SP: Noite de Arte

NOVOS RUMOS fará realizar no próximo dia 14, segunda-feira, uma noite artística nos salões do antigo Centro do Professorado, av. da Liberdade, 928.

Com o início marcado para as 20,30h, a Noite de Arte constará da interpretação de canções folclóricas por Fernando Palmari, o maestro Francisco Dorsi ao piano, poemas de Neruda,

Barcelos e Lima Duarte, e a exibição de Eluard, Brecht e Guillén ditos por Jayme um filme de longa metragem sobre as comemorações do Décimo Aniversário da Fundação da República Popular da China.

Do programa, que será apresentado por Machado, consta ainda a conferência do vereador Rio Branco Paranhos sob o tema «O papel da imprensa progressista».

Palavras Cruzadas

Problema nº 12

F. Lemos

1	2	3	4	5	6
10	11				12
16					17
21		22	23		24
25		26			
27					28

HORIZONTAIS: 1 — Nome que se dá ao Bispo em certas igrejas orientais. 4 — Gritos de dor. 7 — Pessoa baixa. 10 — Nome de uma raça bovina da Ba-

hia. 12 — Preposição latina; significa para. 13 — Caminho orlado de casas. 14 — 365 dias. 16 — Que prejudica. 17 — Vazio. 18 — Vai ao chão. 20 — Partida. 21 — Pronome pessoal; 2ª pessoa do singular. 22 — Vagroso. 25 — Osso da bacia composto de três partes (pl.). 27 — Discurso laudatório. 28 — Corpo orgânico que se forma na fêmea de muitos animais e que contém o germe da mesma espécie.

VERTICAIS: 1 Arvore anacardiácea com cuja casca se aromatiza o vinho. 2 — Dá forma conexa a. 3 — Nome próprio masculino. 4 — Contração da preposição «a» com o artigo «o». 5 — Casa de pedras (pl.). 6 — Conjunção latina. 8 — Nome próprio feminino. 9 — Província da Abissínia. 11 — Resposta que, segundo a crença dos pagãos, os deuses davam às perguntas que lhes eram dirigidas. 15 — Cheio de nós. 19 — Que tem a propriedade de atrair o ferro. 20 — Espécie de enguia. 21 — Sinal gráfico. 23 — Cabana indígena. 24 — Prefixo: hombra.

Resposta do problema nº 11

HORIZONTAIS: 1 — Troça; 6 — Realeza; 8 — Ré; 9 — Sea; 10 — Má; 12 — Eva; 14 — Mel; 15 — Gira; 16 — Peru; 17 — Ira; 19 — Sim; 20 — A; 21 — Asa; 23 — Cé; 24 — Retaia; 27 — Lesar. VERTICAIS: 1 — Te; 2 — Ras; 3 — Oleo; 4 — Ped; 5 — Az; 6 — Revirar; 7 — América; 8 — Régia; 11 — Alum; 13 — Ara; 14 — Mês; 18 — Ases; 21 — Ate; 22 — Asa; 25 — El; 26 — Ir.



Paulista é Contra a Guerra

São Paulo (Da Sucursal) — Por iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Constituição Civil, no dia 20 p.p. realizou-se uma manifestação pela paz mundial. Após um comício na Praça da Sé, houve uma passeata que

encerrou-se em outro comício no Largo de São Francisco, organizado pelos estudantes. Os vários oradores que se sucederam, líderes de partidos políticos, sindicais, estudantis e feministas, fizeram

sentir a necessidade da paz e do desenvolvimento total. A fracassada reunião de cúpula foi examinada e protestos contra o voo de espionagem dos EE. UU. foram registrados. Faixas e cartazes das populares fizeram alusão a esses fatos.

Gennyson AZEVEDO

Cinema

Cidade Ameaçada (I)

CIDADE AMEAÇADA é a película mais importante rodada em nosso país depois de obras tão importantes como O Cangaceiro, Rio Quarenta Graus, O Grande Momento e A Estrada. Tanto assim que foi escolhida para representar o Brasil no Festival Cinematográfico de Cannes.

Cidade Ameaçada nasceu de um episódio policial (a carreira de um jovem delinqüente — Promessinha) desenvolvido pelo argumentista Alino Azevedo. Partindo do fato puro e simples Alino Azevedo analisa o processo de criação do «facinora perigoso» alardeado pelas autoridades policiais e a grande imprensa. Com esta história o diretor Roberto Faria conseguiu fazer um filme sério, movimentado e de alto padrão. Efetivamente, Cidade Ameaçada superou em ritmo e qualidade (literária ou cinematográfica) obras bem mais ambiciosas e que custaram muito mais aos seus produtores.

Em entrevista realizada em Cannes Roberto Faria assim explica o seu filme: «Sítio o filme no Brasil, para tratar da delinqüência dos jovens em meu país. A figura principal é um rapaz delinqüente, a quem a imprensa sensacionalista converteu num grande bandido, quando na realidade, não passava de um assaltante comum, produto do meio ambiente social; era, pois, perfeitamente regenerável. A regeneração neste caso, se produz por amor, um amor que deu forças para lutar contra a imprensa sensacionalista e a polícia. O filme é de estilo sóbrio».

O grande mérito de Cidade Ameaçada é, portanto, do seu diretor está em conjugar o brilho da linguagem cinematográfica ao conteúdo generoso do seu argumento. Apesar de algumas imperfeições (uma ou outra seqüência mais longa) o objetivo foi plenamente alcançado. Assim, o filme numa atmosfera de tensão só quebrada pelos momentos românticos, O retrato psicológico do jovem delinqüente está perfeitamente elaborado, exprimindo muito bem a confusão interior e as condições com que se defronta. Reginaldo Faria (irmão de Roberto) dá vida ao personagem principal, numa interpretação forte e sincera. Eva Wilma empresta ternura e simpatia à jovem que se enamora do assaltante e que procura (pela afeição) estimular as suas melhores tendências fazendo-o trilhar novos caminhos.

E na atitude sensacionalista da grande imprensa e nos métodos policiais que a história vai encontrar resposta a uma série de questões. Jardel Filho compe com exuberância o reporter de polícia preocupado com o aspecto publicitário dos crimes, identificado com os métodos policiais de ação. Sua atitude vai contrastar com a de outro jornalista (Pedro Paulo Hattheyer) que não escunde o interesse humano pela figura do delinqüente. Entre um e outro há um abismo que separa as pessoas sensíveis das insensíveis.

Beatriz BANDEIRA

Teatro

«Revolução na A. do Sul»

É lugar comum já de todos tempos, dizer-se que o Teatro de Arena faz teatro de idéias. Sendo o único entre nós a faz-lo e indo buscar tais idéias em temas sociais e econômicos, tendo orientação política muito claramente expressa em todos seus empreendimentos dessa nova fase em que, muito acertadamente, se propõe apresentar unicamente peças brasileiras, sobre seus embros real e sua responsabilidade social. A responsabilidade de alertar, esclarecer e mesmo orientar o público, não apenas o infelizmente restrito público de teatro, mas por extensão a própria opinião pública. Mais que todas as outras, a «REVOLUÇÃO NA AMÉRICA DO SUL» possui qualidades e intenções, didáticas. Nesse particular deveremos fazer justiça a Francisco de Assis a quem cabem as honras e o mérito de haver conseguido imprimir, através da letra das canções, um conteúdo positivo que faltava e era indispensável à peça em si. Concordo integralmente com o autor na breve análise que faz de sua peça no programa, com a intenção de explicá-la previamente. Mas se concordo com a análise, não aceito em parte, que, sendo a «Revolução» segundo palavras do próprio autor «um pouco de tudo e talvez seja esse o seu grande mal», não se tenha tentado expurgá-la desse «mal», especialmente tratando-se de um grupo no qual, todos nós sabemos, as peças só são lançadas, depois de analisadas e debatidas coletivamente. E isto seria facilmente conseguido, com pequenas supressões, cuja necessidade o próprio Boal sentiu, quando se refere à «proliferação de cenas que poderiam ter sido excluídas e que se mantiveram residuais dentro da atual versão». Deveríamos, em tal caso, começar pela modificação do título. Na peça o essencial e permanente é a vida de José da Silva, ou seja o Povo. A revolução é episódica e incidental. E o título, não sintetizando, como seria de se esperar, o contexto da peça, implica ainda em generalização a nosso ver perigosa. As revoluções de fato, as insurreições de opereta, são famosas e lendárias na América do Sul e merecem ironia e sátira, como certos pronunciamentos de «meninos mal educados» que, temos visto aqui mesmo, meninos que se propõem salvar a pátria, sem uma idéia, sem programa, sem gente e sem armas. Contudo, se tais revoluções merecem o ridículo que sobre elas recai, não seria justo nem correto generalizar, fazendo de tais patuocadas, símbolo. A inconveniência do título foi tão sentida que os comentários de críticos e público levaram o autor a declarar: «o título tem um sentido irônico. Não há na verdade revolução alguma na América do Sul». Exato: não há revolução na peça. Mas o título não restringe, generaliza. E, generalizando, atinge aqueles que na América vêm lutando com armas nas mãos, contra certas ditaduras fascistas. Muito há ainda a dizer sobre peça e espetáculo. Será dito assim, de maneira fragmentada. O que muito prejudica a unidade do trabalho crítico. Em todo caso, fique bem claro: temos o maior respeito não só pelo autor da peça como pelo trabalho seríssimo dos jovens do Arena, que consideramos quase missionários no âmbito teatral. E daí a imensa responsabilidade que lhes cabe de jamais fazer coisa que possa esta-belecer confusão.

O «Correio», «O Globo» e a Situação Mundial

Com o passar dos dias, torna-se cada vez mais claro o quanto foi ridícula a tentativa de alguns jornais brasileiros de apresentarem a União Soviética como responsável pelo malogro da Conferência de Paris. De nossa «grande imprensa», dois órgãos brilharam pelo seu desesperado esforço neste sentido: o «Correio da Manhã» e «O Globo». Chegaram ambos a tal ponto de irritação ante o desmascaramento feito por Kruschiov da política belicista dos Estados Unidos que, fugindo à simples norma jornalística de apresentar objetivamente os fatos, caíram numa torpe deturpação dos mesmos, na ocultação sistemática das declarações de Kruschiov, que no entanto foram divulgadas pelos jornais mais reacionários dos próprios Estados Unidos.

O «Correio» e «O Globo» foram mais realistas do que o rei. Sua atitude, no caso, foi tão contrastante com a realidade, que se denunciavam em seu servilismo ao Departamento de Estado a um simples confronto com o noticiário até mesmo de um jornal politicamente reacionário como «O Estado de São Paulo». A 19 de maio, data da divulgação da entrevista de Kruschiov em Paris, quando o dirigente soviético apresentou fatos e argumentos que foram divulgados em páginas inteiras de jornais burgueses de todo o mundo, o «Correio da Manhã» reduz a umas poucas linhas — deturpadas — a entrevista no Palais Chaillot. O mais, é uma simples contrafação dos acontecimentos daquele dia. Sua manchete é reles mentira: Kruschiov acusa e ameaça os povos ocidentais. Quando no entanto o líder soviético deu o nome aos bois, com toda a franqueza que lhe é reco-

nhecida universalmente. Disse que os responsáveis pelo fracasso da Conferência de Paris eram os fomentadores de guerra dos Estados Unidos, dos quais Eisenhower e Herter fazem o jogo. Reconheceu os esforços de De Gaulle e Macmillan para salvar a Conferência, enquanto Eisenhower se recusava a dar garantias sólidas da suspensão dos vôos de agressão — e não apenas de espionagem — sobre o território soviético. O prazo estabelecido pelo presidente americano não ia além do término de seu mandato, dentro de poucos meses. Como se os compromissos a respeito da paz mundial, do desarmamento, da proibição das armas atômicas e dos foguetes pudessem estar na dependência deste ou daquele governante, e não fossem um compromisso de Estado para Estado e sim de governo para governo.

Kruschiov, ao contrário do que diz o «Correio» em manchete, não ameaçou a nenhum povo. Advertiu do perigo da política de guerra e de provocações dos governantes atuais dos Estados Unidos, tecendo, em confronto, um grande elogio a Roosevelt. E acrescentou estas palavras que exprimem esperanças universais: «Acredito que um dia chegarão ao Poder nos Es-

tados Unidos pessoas com as quais poderemos estabelecer relações não somente boas mas amistosas». E em Paris mesmo confere o Premio Lênin da Paz a um milionário norte-americano, Cyrus Eaton.

Tudo isto foi ocultado sistematicamente pelo «Correio da Manhã» e pelo «O Globo».

Com que objetivo?

Acreditavam ambos que a suspensão da Conferência de Paris era o momento azado para o reinício da guerra fria em toda a sua plenitude e, talvez, para o desencadeamento da guerra pelas armas. Então, se lançaram como fúrias contra a União Soviética, convocando o «Correio» um «charginista»-imigrado, de traços ultranassados e de grosseiro espírito nazista — e mais de uma vez racista — para ilustrar sua primeira página com garatuñas do mais baixo antissoviético e aberto aticamento da guerra.

Qual o argumento principal do «Correio» e do «Globo»? Que a União Soviética foi a responsável pelo fracasso da Conferência de Cúpula. No entanto, vem um líder do Partido Democrata dos Estados Unidos, ex-candidato e provável futuro candidato à Presidência, Stevenson, e afirma com tôdas as palavras: «... o prestígio dos Estados Unidos sofrerá ainda mais se o país não reconhecer o erro do incidente do avião de espionagem derrubado na União Soviética».

Ou será que o «Correio da Manhã» e «O Globo» pretendem mudar a situação internacional ocultando fatos, deturpando-os, mentindo? É muita ingenuidade de seus mentores!

A situação internacional certamente não está desanuviada como desejariam os povos. Mas a coexistência entre o capitalismo e o socialismo ainda é possível. Não há mesmo outro caminho: a coexistência ou a guerra. E esta última só alguns círculos de armamentistas norte-americanos, a fina flor da reação mundial e os restos do nazismo desejam. Observe-se a atitude cautelosa da Inglaterra, os protestos do povo inglês contra as provocações de guerra dos que pretendem continuar a política suicida do finado Foster Dulles: Eisenhower e Herter. Note-se a posição da França, quando, no dia seguinte ao malogro da Conferência de Paris, de Gaulle afirma que seu país seguirá uma política independente. Note-se como se apressaram a protestar junto ao Departamento de Estado de Washington o Paquistão e a Noruega por utilizarem os Estados Unidos bases em seus territórios para vôos de agressão contra a URSS.

Estes fatos são sinais incontestáveis de que os tempos são outros. Os belicistas, os reacionários, os bandidos imperialistas que costumavam levar o mundo à guerra segundo seus apetites, não agem mais tão desembaraçadamente. Estão cada vez mais isolados em seus covis, em suas casas fortes, em seus Pentágonos. Quando Eisenhower anuncia seu desejo, depois de ter afirmado o contrário, de que serão suspensos os vôos sobre a União Soviética, não é porque reconhece que a URSS dispõe de arma necessária para impedir esses vôos, mais do que de espionagem, de provocação e de agressão. O caso do aparelho a jato U-2 de Power é muito

mais do que o simples episódio da derrubada de um avião; é a indicação de que a União Soviética dispõe de arma necessária para a sua defesa aérea no caso dos imperialistas desencadearem outra guerra contra ela.

E esta é a mudança de qualidade em nossa época: um grande país socialista dispõe de tal poderio — econômico, político, militar, aliados e amigos em todo o mundo — que pode fazer vacilar os velhos ateadores de guerras em sua ação criminosas contra a humanidade. É um fato novo na história. E que fará pensar duas vezes aos Eisenhower e seus «verdadeiros amigos», a cujos braços ele correu ao deixar Paris: os fascistas Salazar e Franco. Suas palavras amáveis aos dois algezes dos povos portugueses e espanhol — um diretamente, outro em mensagem — soam de tal forma que até mesmo o «Correio da Manhã», («O Globo» não) tem vergonha de divulgar na integra...

ONU ENTRE A CONDENAÇÃO E A AUTODESMORALIZAÇÃO:

União Soviética Acusa EUA no Conselho de Segurança

A União Soviética denunciou os Estados Unidos no Conselho de Segurança da ONU por ter violado o espaço aéreo soviético e defendido este ato de agressão como sendo «política oficial» norte-americana, provocando assim o fracasso da conferência de cúpula que deveria se reunir em Paris e ameaçando a paz mundial. Falando em nome da URSS, o ministro das Relações Exteriores Andrei Gromiko apresentou um projeto de resolução nos seguintes termos:

«O Conselho de Segurança, depois de discutir a questão dos atos de agressão cometidos pelos Estados Unidos contra a União Soviética e que redundam em uma ameaça contra a paz universal; comprovando que a violação da soberania de outros Estados é incompatível com os princípios e finalidades da Carta das Nações Unidas; Considerando que tais atos criam uma ameaça à paz mundial; Condena as incursões de aviões dos Estados Unidos em outros Estados e os considera como atos de agressão, pedindo ao governo dos Estados Unidos para que imediatamente tome tôdas as providências necessárias para terminar com tais ações e impedir sua repetição».

ONU se desmoralizaria

Resaltou o chanceler soviético, em seu discurso de acusação, que a ONU



— Qual é a graça? (Charge do «Washington Post»)



Realizou-se o Encontro Proibido

O encontro proibido pelo Vaticano entre monsenhor Kir, deputado e prefeito de Dijon, e Nikita Kruschiov, quando da visita do dirigente soviético à França, realizou-se finalmente antes da partida de Kruschiov para a Alemanha Oriental, depois do fracasso da conferência de cúpula. Falando na As-

sembléia francesa disse Kir sobre o encontro: «Kruschiov, val embora, mas ele voltará. Ele voltará depois das eleições presidenciais nos Estados Unidos, para realizar um trabalho melhor, num ambiente mais calmo. Nikita Kruschiov continua animado dos mesmos sentimentos a favor da paz e da cessação da guerra fria.»

se desmoralizaria se não condenasse os atos de agressão dos Estados Unidos, frontalmente contrários ao Direito Internacional e à Carta das Nações Unidas. O prestígio internacional da ONU ficará abalado no mundo inteiro se ela não condenar uma política que já foi reprimada pela opinião pública mundial e por vários círculos e personalidades políticas nos próprios Estados Unidos, disse Gromiko.

Diante da acusação soviética, amplamente fundamentada em todos os convênios e tratados internacionais, os círculos do imperialismo, desde o representante dos Estados Unidos na ONU, Henry Cabot Lodge, até os jornais burgueses do mundo inteiro, como por exemplo o «Correio da Manhã» e o «Jornal do Brasil», procuram criar uma nova «teoria» sobre o direito internacional. Segundo esta «teoria», o conceito de soberania é hoje uma ameaça à paz e deve ser afastado, pois se tornou obsoleto diante das novas armas e técnicas de guerra.

A condenação do princípio da soberania nacional, entretanto, seria mais uma ameaça contra os países que se libertaram há pouco do colonialismo e dos que ainda lutam contra ele, e equivaleria, na prática, à anulação do princípio da autodeterminação dos povos. Seria, ainda mais, a implantação de um regime de banditismo internacional, tão ao gosto do imperialismo.

Proposta conciliatória

Por iniciativa do Equador e da Argentina, apoiada pelo Ceilão e Tunísia, foi apresentada ao Conselho de Segurança uma proposta conciliatória que, sem se referir diretamente aos atos de agressão dos Estados Unidos, pede a todos os membros da ONU que se abstenham de toda ação que possa

agregar a tensão mundial, que resolvam seus problemas por meio de negociações e que se empenhem no sentido de ser conseguido o desarmamento universal. Pede, em especial, às quatro potências que reencetem suas negociações em prol da paz.

Não tendo apresentado nenhum projeto de resolução, os Estados Unidos possivelmente apoiarão esta proposta conciliatória. Para esconder seus atos de agressão os EUA contam com o apoio da Inglaterra, França e «China» de Chiang Kai-shek, membros permanentes do Conselho de Segurança, e ainda com a Itália. O 11.º membro do Conselho é a Polônia, que apóia a acusação soviética.

Polícia italiana quis impedir comício: fracassou

Quando o senador comunista italiano Giancarlo Pajetta falava a milhares de pessoas em Bolonha condenando a política norte-americana pelo fracasso da conferência de cúpula, alguns elementos da polícia tentaram proibir a continuação do comício, a mando do governo democrata cristão partidário da guerra fria. O atentado policial contra a liberdade de reunião e expressão e contra a dignidade de um representante do povo, entretanto, foi um tiro que saiu pela culatra. Em primeiro lugar, o comício continuou e Pajetta, apoiado pela grande massa presente, prosseguiu sua crítica aos atos agressivos ianques. Em segundo lugar, no dia seguinte em toda a região de Bolonha realizou-se uma greve geral de duas horas contra a provocação policial.

Nota Internacional Cuba e o Brasil

Chegará ao Brasil na próxima semana uma delegação governamental cubana chefiada pelo presidente da República de Cuba, Dr. Osvaldo Dorticos Torrado. A importância da visita não reside apenas no fato de que a delegação é composta, além do presidente, por três Ministros de Estado, pelo Chefe das Forças Armadas e por outros altos funcionários de um país amigo. O significado do contacto entre governantes de Cuba e do Brasil está, ainda, no fato de que a delegação cubana representa entre nós um governo revolucionário apoiado pela esmagadora maioria de seu país e que realiza uma política externa e interna que pode servir de exemplo para toda a América Latina.

Por outro lado, a visita dos membros do Governo de Havana se realiza num momento em que é mais aguçada a campanha dirigida pelo imperialismo norte-americano contra a revolução popular e o Governo de Fidel Castro. Desesperados com o fato de que os incêndios de canaviais e os bombardeamentos de cidades cubanas por aviões mercenários a serviço dos trustes norte-americanos que exploram o povo cubano não produziram os resultados esperados, os monopólios e seus representantes militares e diplomáticos tornam-se mais violentos em suas ameaças de agressão ao valeroso povo cubano. Ao mesmo tempo que o almirante Burke, um dos principais cabeças do Pentágono, reafirmava o propósito de lançar contra o povo de Cuba as forças estacionadas na base militar de Guantánamo, o embaixador dos EUA em Havana, Philip Bonsal, mandava imprimir cartazes para ser afixados em prédios pertencentes a norte-americanos sem caso de conflagração interna.

Além destas ações diretas, o imperialismo ianque lança mão de provocações e manobras dirigidas por entidades e personalidades tais como a SIP e alguns governantes latino-americanos servis aos Estados Unidos com o objetivo de solapar a solidariedade dos povos da América Latina à revolução cubana e preparar um ambiente propício à intervenção ianque. Uma das mais perigosas destas manobras é a que vem sendo desenvolvida por círculos dirigentes da Venezuela, Colúmbia, Chile e Argentina, a pretexto de defesa da «democracia representativa» em Cuba e na República Dominicana. Procurando capitalizar a hostilidade dos povos latino-americanos ao ditador dominicano Trujillo, esta manobra visa na verdade atingir Cuba, colocando-a no mesmo pé que a República Dominicana como se fosse possível igualar uma ditadura a um regime realmente democrático.

Para o povo brasileiro, a visita da delegação governamental de Cuba é mais uma oportunidade para reafirmar sua solidariedade à revolução cubana, como já o fez quando da visita de seu dirigente, o primeiro ministro Fidel Castro. As simpatias de nosso povo estão decididamente ao lado dos revolucionários cubanos. Solidariedade e simpatia, esta é exatamente a atitude que a maioria da opinião pública nacional exige do Governo brasileiro para com a delegação que nos visitará e o povo que representa.

Fausto Cupertino



Japão Inteiro Contra EUA

Depois de aprovado no parlamento japonês o «tratado de segurança mútua» com os Estados Unidos, contra a oposição esquerdista e democrática dentro do parlamento e em todo o país, o povo japonês continuou sua luta contra a dominação ianque no Japão. Cerca de oito milhões de pessoas participaram de manifestações de rua em todo o território do arquipélago durante a «XV Ação Unida Contra o Tratado». Em Tóquio, apesar de todo o aparato policial mobilizado

pelo governo de Nobusuke Kishi, num só comício convocado pelas entidades estudantis, mais de vinte mil estudantes se reuniram diante do edifício do parlamento. Atacados pela polícia, os estudantes revidaram e obrigaram os policiais a recuar até que novos reforços, inclusive blindados, vieram para esmagar a manifestação. Quase cem estudantes foram presos, outros tantos foram feridos, sendo que alguns morreram, mas as manifestações continuam.

Presidente de Cuba Visita o Brasil

O sr. Osvaldo Dorticos Torrado, presidente da República de Cuba, chegará ao Rio de Janeiro no dia 1.º de junho às dezoito horas, juntamente com os ministros das relações exteriores, da agricultura e da presidência e do chefe das forças armadas revolucionárias. Numa demonstração da solidariedade do povo brasileiro à revolução cubana, a população carioca deverá prestar entusiástica acolhida ao sr. Dorticos e aos membros de sua comitiva. O programa da visita do presidente cubano ao Brasil é a seguinte:

Dia 31 de maio — às 12,30 hs. chegada em Brasília; às 15,30 hs. visita ao presidente Kubitschek que será condecorado com a «Ordem Carlos Manuel de Céspedes»; às 16,30 hs. recepção no Congresso;

às 17,30 hs. recepção no Supremo Tribunal Federal; às 20,30 hs. banquete no Palácio da Alvorada.

Dia 1.º de junho — pela manhã, visita a Brasília e entrevista informal com os jornalistas; às 13,00 hs. almoço íntimo entre os presidentes e os ministros do exterior; às 15,30 hs. partida de Brasília; às 17,10 hs. chegada ao Rio; às 19,00, recepção na Universidade do Brasil.

Dia 2 de junho — às 11,30 hs. visita ao Governador do Estado da Guanabara; às 13,00 hs, almoço oferecido pelo ministro do exterior brasileiro; às 16,00 hs, entrevista coletiva à imprensa na ABI; às 19,00 hs, recepção na embaixada de Cuba, em Copacabana.

Dia 3 de junho — às 8,00 hs, partida para Lima.



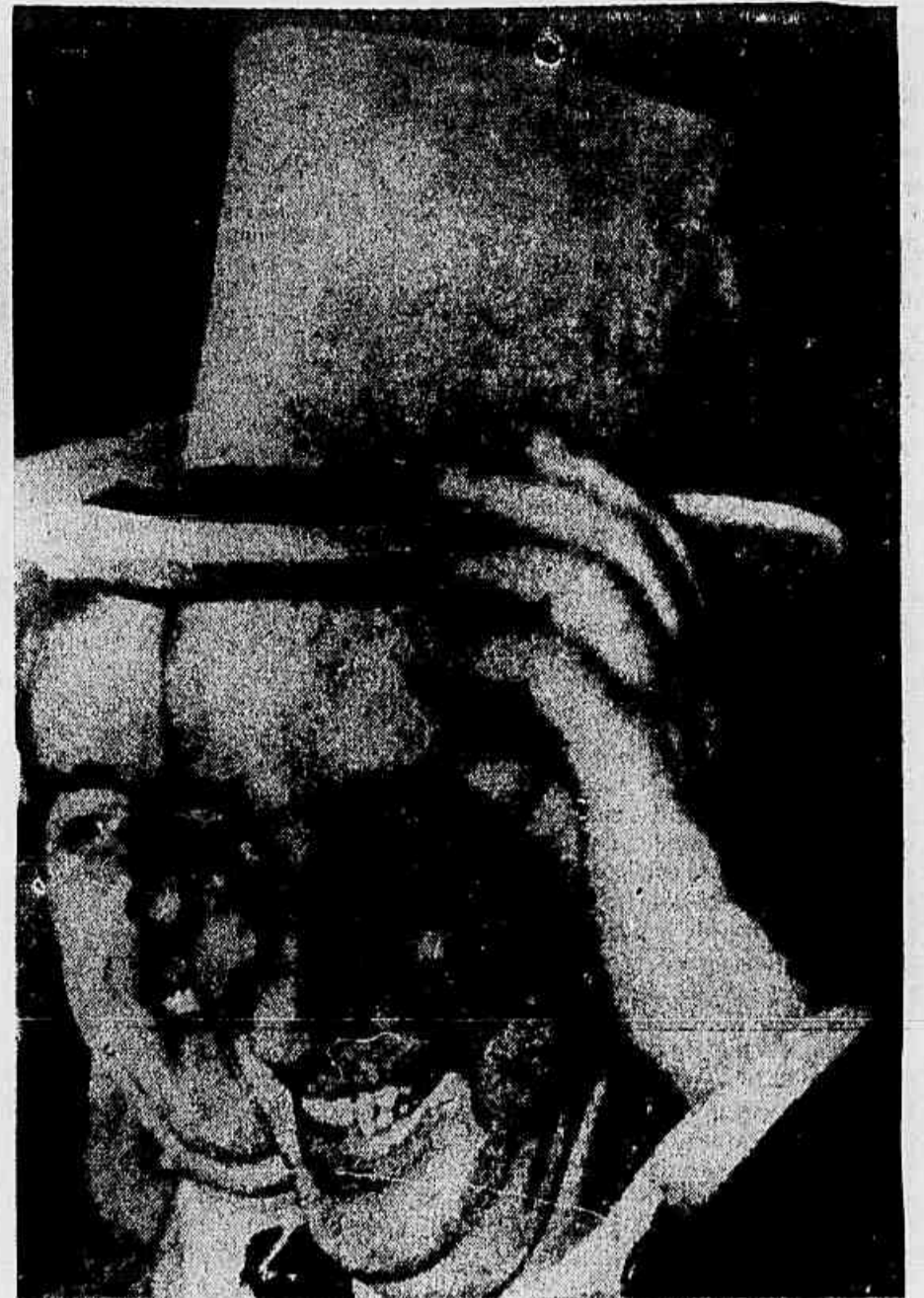
Roosevelt pela paz

Eleonor Roosevelt, viúva do ex-presidente Franklin D. Roosevelt, disse que não se devia invocar uma suposta defesa da unidade nacional para ocultar a agressão cometida por Eisenhower e os outros responsáveis pela política dos EUA.



Kennedy: eu pediria

O senador John Kennedy, aspirante à presidência norte-americana nas próximas eleições, declarou que se estivesse no lugar de Eisenhower teria pedido desculpas públicas ao governo soviético pelo ato de agressão cometido pelo U-2.



Stevenson abre fogo

O conhecido líder do Partido Democrata Adlai Stevenson iniciou a crítica contra Eisenhower por ter enviado um avião de espionagem duas semanas antes da conferência e ter afirmado que isso era «uma necessidade vital» para os Estados Unidos.

Como os gritinhos histéricos do ditador de Portugal e emérito defensor do «mundo livre», Oliveira Salazar, não bastaram para apagar a derrota sofrida por Eisenhower em Paris, o governo norte-americano resolveu preparar uma recepção «entusiástica» para sua chegada em Washington. Os funcionários e escolares foram dispensados mais cedo e praticamente intimados a comparecer ao aeroporto e a postar-se no trajeto de Eisenhower. Deputados, senadores e outras personalidades foram literalmente mobilizados. A imprensa também não poupou esforços e tinha com o objetivo de levar os habitantes de Washington a «comparecer em massa». Apesar de tudo isto, a recepção foi choca e as agências capitalistas tiveram que se contentar em dizer que «grande multidão» acolhera Eisenhower, tomando o cuidado de não mandar nenhuma fotografia da «multidão» de gatos pingados.

Poucas horas depois, em Nova Iorque, mais de vinte mil pessoas participavam de uma manifestação a favor do desarmamento e da proibição das armas nucleares. Além da viúva de Franklin D. Roosevelt, que discursou na manifestação, vários políticos, inclusive Adlai Stevenson, ex-candidato democrata à presidência dos Estados Unidos, se solidarizaram com o movimento. A manifestação de Nova Iorque era uma demonstração de que nem mesmo nos Estados Unidos Eisenhower e seus companheiros de guerra fria do Pentágono conseguiram apoio para suas provocações contra a União Soviética e a paz. A condenação do povo norte-americano à atitude agressiva de Eisenhower e Herter foi tão clara que os políticos do Partido Democrata começaram a abrir fogo cerrado contra o governo, enquanto que o Partido Republicano punha as barbas de molho.

Unidade rompida

Quando se tratava da política externa dos Estados Unidos, isto é, dos interesses fundamentais dos monopólios ianques, republicanos e democratas punham de lado suas diferenças e se fundiam num grupo só. Desta vez, porém, às vésperas de eleições presidenciais, os democratas não se arrisaram a enfrentar a condenação da opinião pública. Eisenhower ainda está em Paris, antes de ter sido suspensa a conferência de

Mundo Acusa: Eisenhower no Banco Dos Réus

cúpula, e já os principais líderes democratas começaram a depenar sua política. Num telegrama enviado por Adlai Stevenson, Lyndon Johnson, líder da maioria democrata no Senado e um dos aspirantes à presidência, Sam Rayburn, presidente da Câmara dos Deputados, e William Fullbright, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Congresso, o Partido Democrata manifestou a Eisenhower sua discordância.

Encerrada a reunião de Paris, a coisa pegou fogo. Stevenson, depois de condenar o envio do U-2 para espionar a URSS a duas semanas da conferência e a consagração por Herter e Eisenhower da política de espionagem aberta, observou que «se Kruschiov não houvesse protestado», tacitamente estaria aprovando nosso direito de espionar seu território, o que é inconcebível para um Estado soberano. Não se impressionando com as acusações de dirigentes do Partido Republicano, segundo os quais teria «sucumbido à argumentação de Kruschiov, o russo», Stevenson afirmou que os Estados Unidos deviam reconhecer publicamente seu erro e abandonar a política de agressão à União Soviética. Imediatamente Stevenson foi apoiado por vários outros líderes de seu partido, inclusive a sra. Roosevelt, que concordou com ele em que Eisenhower foi o responsável pelo fracasso da conferência de cúpula, e em que o vôo espião foi «um erro estúpido de nossa parte».

Enquanto isto, o senador John Kennedy, um dos mais fortes aspirantes democratas à presidência, enquanto fazia sua campanha no Estado do Ore-

gon, declarou que se estivesse no lugar de Eisenhower teria apresentado suas desculpas ao governo soviético. É interessante observar que um dia depois Kennedy venceu a eleição prévia para a indicação do candidato democrata à presidência no Oregon.

Inquérito parlamentar

Com esses pronunciamentos, acabou de vez a «paz monopolista» entre republicanos e democratas. Trinta deputados democratas apresentaram, com a aprovação inclusive do presidente da Comissão de Relações Exteriores, Fullbright, um requerimento para que o Congresso norte-americano abrisse um inquérito para apurar os seguintes pontos: 1) Por que foi ordenado o vôo do U-2 justamente antes da conferência de cúpula? 2) Quando o incidente se tornou público, por que houve uma série de declarações contraditórias e falsas formuladas por altos responsáveis e quem é o responsável por isto? 3) Por que o governo ordenou, diretamente de Paris, um alerta militar em todo o mundo, às vésperas da conferência? 4) Por que o governo indicou inicialmente que continuariam os vôos sobre a União Soviética, para depois voltar atrás e declarar que se havia ordenado sua interrupção? 5) Foi necessário comprometer o anunciado papel pacífico da Administração Nacional de Aeronáutica e do Espaço, utilizando-a para encobrir uma operação de espionagem? 6) Por que não houve coordenação entre o organismo responsável pelo vôo do U-2 e o organismo responsável por nossas relações diplomá-

licas? 7) Por que o presidente, como chefe de Estado, adiantou-se em anunciar que poderia regressar a Washington antes do término da conferência? 8) Foi modificada a tradicional política norte-americana de supremacia civil sobre os militares?

Em poucas palavras, as perguntas dos democratas confirmam as acusações soviéticas de que o governo de Eisenhower está dominado pelos militaristas do Pentágono e outros partidários da guerra fria que sabotaram conscientemente a conferência de cúpula com a esperança de conservar e aumentar o fabuloso orçamento militar dos Estados Unidos e garantir os lucros dos monopolistas com a corrida armamentista. Mal tinha sido suspensa a reunião de Paris e já os chefes militares e seus agentes civis começaram a pressionar o Congresso para obter maiores verbas.

Aliados abalados

Para alguns jornais e líderes democratas, uma das consequências da atitude agressiva e contrária às próprias normas do direito que o governo de Eisenhower tomou contra a União Soviética seria a «sinuca» em que o aliados dos Estados Unidos se colocariam. A comprovação disto não se fez esperar. Primeiro, veio o protesto da Noruega e do Afeganistão. Depois, num só dia, três governos dos mais comprometidos com o «sistema de segurança do mundo livre» tiveram que condenar a política ianque, pressionados pela opinião pública de seus países.

O governo do Paquistão, de onde partiu o avião U-2 para o território

soviético, fez ver aos Estados Unidos a «delicada situação em que se encontra» e reclamou a garantia de que o Paquistão não será mais envolvido em atos de espionagem.

Apertado no parlamento japonês numa discussão sobre o tratado de segurança nipo-norte-americano, o primeiro ministro Nobusuke Kishi disse que o vôo de espionagem foi o verdadeiro responsável pelo fracasso da conferência de cúpula e condenou a política de espionagem aérea contra a União Soviética, assegurando que os aviões U-2 com base no Japão não seriam utilizados para espionar a URSS ou a China.

Por sua vez, o primeiro ministro da Nova Zelândia, depois de afirmar sua convicção de que o governo soviético deseja realmente o desarmamento e a paz, observou, referindo-se às últimas atitudes do governo ianque: «As negociações foram tornadas mais difíceis, e as declarações feitas por várias personalidades responsáveis foram realmente assombrosas. Dizia-se uma coisa num dia, depois outra coisa inteiramente diversa dois ou três dias mais tarde. Dêsse modo, as dificuldades tornaram-se praticamente insuperáveis».

Enquanto isto, apenas três governos se solidarizaram mais ou menos abertamente com a política de Eisenhower: Espanha, Portugal e Alemanha Ocidental. Bela quadrilha, não há dúvida, Ei-

senhower e os fascistas Salazar, Franco e Adenauer!

Até republicanos

Diante dos protestos mundiais, alguns círculos políticos do próprio Partido Republicano começaram a se inquietar pela futura da política ianque. O senador republicano John Sherman Cooper, por exemplo, discursando durante uma reunião promovida pela Associação de Oficiais da Reserva dos Estados Unidos, criticou os vôos de espionagem, declarando que sua continuação seria «extremamente provocativa e perigosa». Alguns dirigentes republicanos vêem suas possibilidades e vitória no próximo pleito presidencial comprometidas em consequência da política militarista de Eisenhower.

O que impressiona os círculos políticos norte-americanos é a unanimidade da condenação por parte dos círculos não comprometidos com o imperialismo. Para só citar dois casos, que podem ser tomados como a média das opiniões, temos, fora dos Estados Unidos, a posição do «Jornal do Brasil» tocando o dobre de finados da «liderança norte-americana do Ocidente» e, dentro dos Estados Unidos, o Comitê de Amigos Americanos a Serviço da Sociedade (quakers) condenando a dominação pelos militares da política norte-americana e a atitude dúbia do governo em relação ao desarmamento.

NOVOS RUMOS

O Muro de Ouro

Informa um estatístico, preocupado com a vida e a morte da humanidade, que os 500 trilhões de francos suíços gastos nas 14.513 guerras, havidas nos últimos 5.559 anos, dariam para construir um muro de ouro de dez metros de altura e oito de largura, ao redor da terra, pelo Equador. Seria inútil construí-lo, mas simboliza os bens que a Paz pode distribuir aos povos. Nos cinco séculos e meio pesquisados, foram encontrados três mil e quinhentos milhões de mortos. Penso nas desventuras enterradas com essas vítimas da ambição. Penso na inutilidade dessas mãos que não puderam construir casas, nem semear a terra, nem escrever livros, nem ensinar crianças. E nesses olhos que, nunca mais, puderam ler um verso, nem ver novos dias, nem conhecer outros rostos. Tão inúteis — cérebros, mãos, olhos — quanto um muro de ouro ao redor da terra... Mas os números, mesmo quando se referem à vida e à morte da humanidade, não podem expressar nem a inutilidade dos mortos, nem a tristeza dos vivos, porque não falam, não denunciam, não protestam e não choram. Além dos números está o imponderável da dor, da revolta, do desespero pelos filhos, pelos companheiros, pelos lares, pela paz que perderam. Infelizmente, porém, ainda existem os grupos que se colocam, por cálculo criminoso, distantes da compreensão que os povos têm, cada dia maior, a respeito da necessidade de construir para viver. E esses grupos não querem saber do que foi gasto, do que foi perdido. Não querem saber do sofrimento que é possível evitar, da felicidade que é possível obter. Por isso, ameaçam e provocam, constroem bases e desesperados, mandam, pelo mundo, seus aviões carregados de ódio, de insultos, de ameaças de guerra.

Mas junto àquela estatística que tem gosto de infeliz experiência, e junto às notícias de aviões a serviço de ignóbil ambições, que mataram tanta gente e destruíram tantos bens, recebo o «Jornal de Literatura» feito por um grupo de rapazes da cidade de Pelotas (RS), onde se fala de poesia, de arte, de mundo interior, de sentimento. Há os inquietos e bravos poetas pedindo que abram as portas para a «Bandeira de Paz» e o que se agazara na poesia, para não perder-se. Um pede amor e outro pergunta pela revolução. Outro «viva a noite como o próprio dia» e outro gostaria, simplesmente, de ser «um pedacinho do mar». O jornal todo é um bonito sonho de um grupo de jovens, que como todos os jovens que estudam, que trabalham, que se reúnem para discutir e protestar, que sonham, que fazem jornais, merecem respeito e carinho, como já tive ocasião de dizer. E numa guerra poderiam, por acaso, estudar, trabalhar, discutir, protestar, sonhar, fazer jornais? Tudo fala de Paz: o jornal dos jovens de Pelotas, os bondes que passam, as famílias reunidas, o choro da criança vizinha, os rapazes que conversam na esquina, as vozes saindo pelas janelas abertas, os namorados sentados na praça. Tudo fala de Paz. E só os norte-americanos cuidam de guerra, sem respeito pelas atividades dos jovens, pela vida nas cidades, nas ruas, nas casas, sem respeito pelo amor, pelo futuro. Só os norte-americanos cuidam de guerra, porque desejam construir um muro de ouro para guardar seus negócios.

Ano Montenegro

A Imprensa Aponta o Culpado

Post and Times Herald — de Washington: «O incidente teve o efeito momentâneo de prejudicar o prestígio dos EUA, alarmar os embarcadores seus aliados e contribuir para a propaganda de Kruschiov. Nosso país foi apanhado com a mão na massa».

Sun Times — de Chicago: «A informação a ser obtida do vôo valia a possível perda política causada pela captura e a exploração pelos Vermelhos? É muito difícil pôr as asas da paz no capote de um espião».

American — de Chicago: «o serviço de espionagem dos EUA demonstrou sua estupidez ao enviar um espião aéreo arriscando ser apanhado no meio da Rússia às vésperas da conferência de cúpula».

Post-Dispatch — de Saint Louis: «é preciso abrir um inquérito oficial para averiguar as circunstâncias que colocaram nosso país diante do mundo como um mentiroso descarado».

New York Times — na seção de seu correspondente em Washington, James Reston: «Esta capital estava triste e perplexa esta noite, sob o impacto das críticas de administração corrupta, mau juízo e má-fé».

Chronicle — de São Francisco: em manchete da 1ª página: «Abalada a liderança moral dos EUA».

New York Post — em editorial: «os Estados Unidos são responsáveis pelo fracasso da conferência de cúpula, pois «A missão de nossa diplomacia não era a de chegar a certas condições que permitissem acusar Kruschiov de torpedear as negociações, e sim a de impedir politicamente que ele pudesse fazê-lo».

Daily Herald — de Londres: «os Estados Unidos são o «subordinador da conferência de cúpula».

Daily Mail — de Londres: Eisenhower «é um gigante desastrado... de mãos inéptas».

Daily Herald Tribune — de Londres: Eisenhower e Macmillan devem fazer calar «os fanfarrões militares que já estão tocando os tambores da guerra fria» e pregando a guerra nuclear com a URSS.

Quinta-Coluna: Ministro da Fazenda Financia Jânio

Em fins do mês passado, graças a interferência pessoal do ministro da Fazenda, sr. Sebastião Pais de Almeida, e à decisão do presidente do Instituto Brasileiro do Café, sr. Renato Costa Lima, o Governo do sr. Juscelino Kubitschek ofereceu uma contribuição indireta de centenas de milhões de cruzeiros para a campanha eleitoral de Jânio Quadros, o candidato de Rockefeller e de Carlos Lacerda.

Frata-se da venda de 1.500.000 sacas de café ao monopólio norte-americano «General Foods». A transação é superior a 50 milhões de dólares e as entregas serão feitas dentro de 90 dias, em prazos semanais uniformes. O preço estipulado para cada saca é de 26,3 «cents» por libra-pêso, muito inferior portanto ao preço mínimo de registro, que é de 33,70 «cents» por libra-pêso — operação que, como se vê, só pode contribuir para uma queda ainda maior da cotação de nosso café.

O que mais nos interessa, porém, nesse caso, é o que ele representa como financiamento indireto da campanha de Jânio Quadros, feito às escâncaras, por

determinação pessoal do sr. Sebastião Pais de Almeida e a participação do sr. Renato Costa Lima. É que o café vendido à «General Foods» será fornecido a metade pelo próprio IBC e a outra metade por duas firmas particulares. Essas firmas são uma filial da «General Foods», dirigida pelo banqueiro George Robbins, e a «Comissaria e Exportadora Almeida Prado S. A.». Os lucros de uma dessas firmas no vultoso negócio atingirão a bilhões de cruzeiros. Pais bem: dessa incalculável dinheirama, centenas de milhões de cruzeiros serão entregues pela «Comissaria e Exportadora Almeida Prado S. A.» para a campanha do «moralizador» Jânio Quadros. Para isso, exatamente, é que Sebastião Pais de Almeida quebrou lanças, depois de ter mantido entendimentos secretos com dirigentes janistas, entre os quais o governador Carvalho Pinto.

Os Almeida Prado sempre foram um dos principais financiadores de Jânio e do udenismo em São Paulo. Deram dinheiro para a eleição de Jânio ao Governo do Estado e para a campanha do sr. Carvalho Pinto. Foram um

dos pontos de apoio do Clube da Lanterna em 1955, quando Jânio, Carlos Lacerda e Pena Boto pretendiam fazer de São Paulo a sede do fracassado golpe para a implantação de uma ditadura norte-americana em nosso país.

Apesar disso, a Exportadora Almeida Prado vem desfrutando de uma situação verdadeiramente privilegiada em relação ao Ministério da Fazenda, ao Banco do Brasil e ao Instituto Brasileiro do Café, sendo na prática uma das firmas monopolizadoras das vendas de café para o exterior. O atual fornecimento à «General Foods» não é senão mais uma das escandalosas concessões que tem obtido do Governo — desta vez com a condição expressa de destinar determinada percentagem para a caixinha da campanha de Jânio.

É incrível que tais coisas aconteçam, cinco meses antes das eleições. Mas aí está um fato concreto, mostrando como trabalha a quinta-coluna de Jânio em postos-chave do Governo. O Ministério da Fazenda, pelas mãos de Sebastião Pais de Almeida, está transformado numa agência financiadora do candidato de Rockefeller.



Também o BB

Aliás, não é só através do IBC que o ministro Sebastião Pais de Almeida serve ao janismo. O mesmo acontece, e em grande parte ainda acontece, quanto ao Banco do Brasil. Nos diversos Estados, mas principalmente em São Paulo, predomina um critério político para a concessão de créditos ou qualquer favor do Banco do Brasil: ser ou não ser amigo de Jânio Quadros. Em São Paulo é generalizada a grita entre os industriais e comerciantes que não rezam pela cartilha do janismo: sofrem a dupla pressão do Banco do Estado e do Banco do Brasil. Quando Sebastião se encontrava pessoalmente à frente do BB, como seu presidente, esse abuso revestia características de verdadeira rapinagem política. Não têm sido poucos os casos de industriais que, chamados pelo Banco do Brasil, se vêm com a faca nos pelos: ou ficam com Jânio ou serão executados. Isto precisamente foi o que se deu com o industrial Severino Pereira. E a reviravolta do sr. José Ermirio de Moraes, passando a marcar com o candidato da Standard Oil, tem sua origem na tremenda pres-

ção que lhe vinha sendo feita pelo Banco do Brasil.

Mais recentemente, nas eleições municipais de São Paulo, assumiu proporções de escândalo a intervenção de Sebastião Pais de Almeida, através do Banco do Brasil, a favor das candidaturas janistas. Em Guaratinguetá, um «fac totum» de Jânio, o banqueiro Henrique Turner, falando em nome do ministro da Fazenda, ameaçava com represálias por parte do BB os que apoiassem os candidatos da coalizão PSD-PSP. A mesma coisa se deu em Itapira com os correligionários do ex-ministro Cirilo Júnior.

Um fato que revela a completa submissão do atual ministro da Fazenda ao janismo é o que ocorreu, no ano passado, com o industrial e banqueiro Oswaldo Costa, antigo deputado por Minas Gerais. Amigo do sr. Kubitschek, solicitou sua intervenção junto ao Banco do Brasil para levantar um empréstimo de 50 milhões. JK deu ordens nesse sentido ao sr. Pais de Almeida. Depois de algum tempo de espera, obteve somente 10 milhões. Foi então procurado o go-

vernador Carvalho Pinto, a quem o industrial, depois de contar toda a história, solicitou um empréstimo de 15 milhões pelo Banco do Estado de São Paulo. O governador janista respondeu-lhe então que a operação seria feita, mas pelo próprio Banco do Brasil. Comunicou-se no mesmo instante com o sr. Sebastião Pais de Almeida, e em pouco tempo o empréstimo foi de fato obtido. Assim, o que o industrial não conseguiu através de JK, foi-lhe concedido graças a uma simples ordem do governador janista ao sr. Pais de Almeida.

E assim é em tudo o mais. Para as gerências do Banco do Brasil o testamento de ferro da «Pittsburgh Glass» só nomeava pessoas que trouxessem atestado de fidelidade janista. E hoje faz pressão no mesmo sentido junto ao atual presidente do Banco.

«Um bilhete de dona Eloá é o melhor caminho para conseguir qualquer coisa do ministro» — eis o que segredam os auxiliares imediatos do sr. Pais de Almeida aos que têm qualquer pretensão junto ao Ministério da Fazenda. E é a verdade.

Jânio abiscoita milhões do IBC

Fora a Quinta-Coluna!

Ai estão fatos — e são apenas alguns. Eles mostram que o ministro da Fazenda, sr. Sebastião Pais de Almeida, é um agente do entreguismo janista ocupando um posto-chave na máquina do Estado. Esse posto, que manipula o poder econômico, vem sendo utilizado ostensivamente a favor da candidatura de Jânio Quadros e contra a candidatura do marechal Lott.

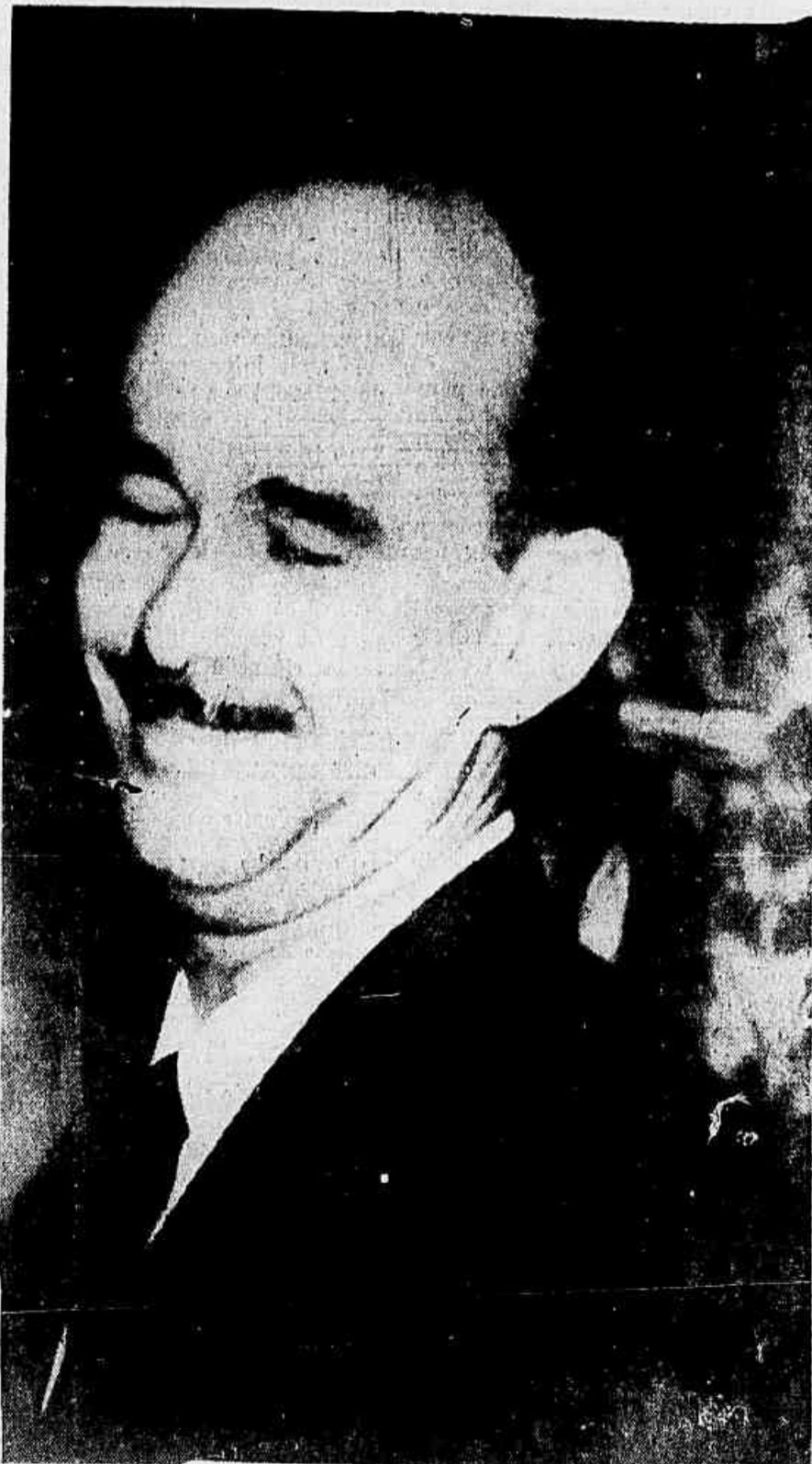
Porta-vozes do situacionismo e o próprio Presidente Kubitschek têm declarado que não existe por parte do Governo qualquer manobra contra a candidatura Lott. Por que então admitir que continue o Ministério da Fazenda a proteger, e até financiar, como vem fazendo, a candidatura apoiada pelos trustes americanos e o Clube da Lanterna?

A verdade é que Pais de Almeida na Fazenda, Armando Falcão na Justiça e o gen. Nelson de Melo na Casa Militar da Presidência da República — além de outros «quislings» menores — constituem um verdadeiro tripé da quinta-coluna janista infiltrada em posições decisivas ao Governo. Por que tolerar que isso continue?

Podem os homens dos partidos situacionistas e o próprio sr. Kubitschek declarar o que fôr. O fato indiscutível é que existe no Governo e atua com toda desenvoltura uma quadrilha antilottista, que protege e inclusive fi-

na a candidatura de Jânio Quadros, apoiada pelos trustes americanos e o Clube da Lanterna.

Fora essa quinta-coluna! — é o que os nacionalistas e o povo exigem do sr. Juscelino Kubitschek.



Sebastião,
o quinta-coluna

Testa-de-ferro da «Pittsburgh Glass» e quinta-coluna de Jânio Quadros, o ministro Sebastião Pais de Almeida está financiando, com recursos do Estado, a campanha do amigo de Rockefeller.

Discriminação

Transformado em baluarte no janismo dentro do Governo, o Ministério da Fazenda e as repartições a ele subordinadas vêm realizando a mais odiosa política de discriminação contra os governos estaduais que têm posição favorável à candidatura Lott. Enquanto o sr. Carvalho Pinto consegue o que quer — inclusive a revogação da portaria da SUMOC que proíbe a instalação de novos bancos ou agências de bancos, podendo assim estender a rede de corrupção eleitoral do Banco do Estado

de São Paulo ao Norte e ao Nordeste — os governadores que marcham com Lott enfrentam as maiores dificuldades com o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil. As verbas para os seus Estados são bloqueadas, ou só se libertam parcialmente e depois de muita pressão. Denúncias contundentes nesse sentido têm sido feitas, por exemplo, pelos governadores do Amazonas e do Rio Grande do Sul. Ainda na última semana o governador Leonel Brizola reuniu a imprensa carioca para fazer

uma ampla exposição acerca dos difíceis problemas que o seu Estado enfrenta, criados em boa parte pela sabotagem de que é vítima por parte do Ministério da Fazenda.

Observe-se, de passagem, que os jornais janistas mais reacionários, com «O Globo» à frente, aplaudem gostosamente a política discriminatória do sr. Pais de Almeida — o grande cabo eleitoral de Jânio Quadros.

Nomeações

Outra arma de que se vale o sr. Sebastião Pais de Almeida para pôr a máquina da Fazenda a serviço do entreguismo janista são as nomeações para certos postos-chave. É o que acontece com a Caixa Econômica Federal. No ano passado, o ministro-cabo eleitoral nomeou para a presidência da Caixa em São Paulo nada mais nada menos que o janista José Armando Afonseca. E para diretores o integralista Loureiro Júnior e o janista José Maria Keller, orador numa homenagem prestada ao brigadeiro Faria Lima — o conhecido «Brigadeiro Mobilni» — golpista de quatro costados.

iniciativa dos parlamentares nacionalistas que pediam a abertura de um inquérito para investigar a indústria do vidro plano, dominada pelo monopólio banqueiro «Pittsburgh Glass», do qual o ministro da Fazenda é o mais importante testa-de-ferro. Naquela ocasião depu-

lados como os srs. Silva Prado e Afrânio Oliveira não só se recusaram a assinar o requerimento que solicitava o inquérito, como também cabalaram abertamente, no plenário da Câmara, tentando convencer outros deputados a fazerem o mesmo

NOVOS RUMOS

Essas e outras razões explicam por que os mais ardorosos deputados janistas tomaram posição, em 1959, contra

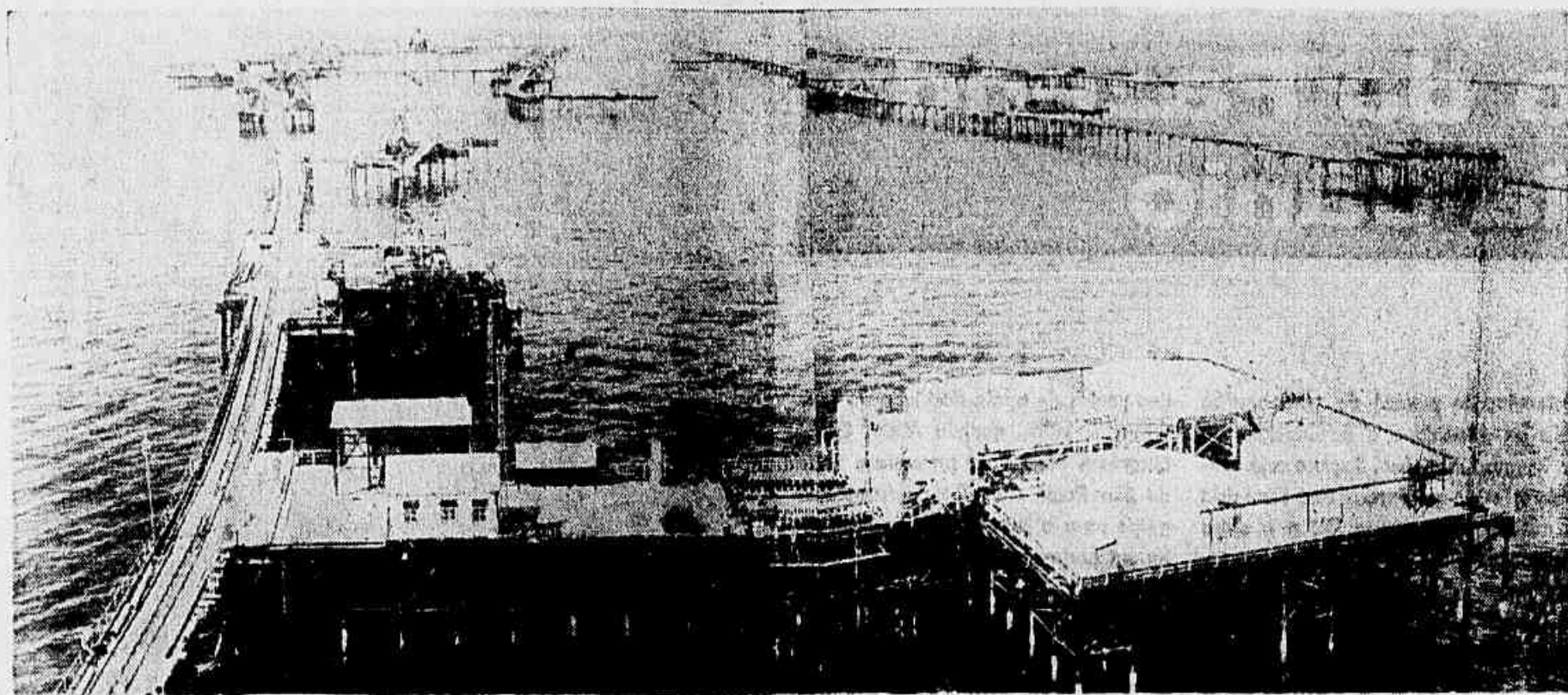
A operação com o FMI

O governo brasileiro acaba de efetuar no Fundo Monetário Internacional uma retirada de 47,7 milhões de dólares, que deverá ser reposta no curto prazo de seis meses. Que se passou? Será que, como afirmam algumas interpretações apressadas, «rendeu-se o FMI à evidência», «capitulou diante do acerto da nossa política», ou algo semelhante? De fato, nada disso se deu. Como, também, parece não ter o Brasil assumido, pelo menos por agora, o compromisso de adotar a famosa receita de estabilização dos doutores do FMI e que tão justificadamente reacção suscitou o ano passado, culminando com o alijamento do grupo entreguista de Lucas Lopes e Roberto Campos.

De fato, o que se passou foi o seguinte: em face da queda das nossas exportações, tanto em volume, como em valor («ajuda» que o Brasil deve aos grupos imperialistas), calcula-se que o balanço internacional de pagamentos do país apresentará este ano um déficit superior a 150 milhões de dólares. A cobertura desse déficit está sendo negociada pelo governo brasileiro com o «Export Import Bank», bancos oficiais e privados de vários países, bem como com o próprio FMI. A realização da presente retirada visa precisamente desafogar a situação cambial neste momento, tornando mais favoráveis as condições em que trabalharão os negociadores brasileiros. E que a medida é de desafogo, prova-o ainda a circunstância do prazo fixado pelo FMI para restituição das divisas ora retiradas ter sido a metade da quele em que o Fundo normalmente opera, nesses casos.

Por outro lado, a operação não constitui nenhum favor do FMI ao Brasil, pois o nosso país é um membro do Fundo com os mesmos direitos (ao menos formalmente) que os demais e, além disso, ampliou recentemente sua participação no FMI para 280 milhões de dólares.

Não cabe, portanto, nenhum ufanismo numa operação que não transpôs os limites da rotina.



Alemanha Ocidental, França, Itália, Argentina, os próprios Estados Unidos, além de dezenas de outros países compram petróleo da União Soviética. Nunca se ouviu falar em qualquer restrição à qualidade deste petróleo, em nenhum destes países. Pelo contrário, a prova de que a qualidade agrada está em que as vendas aumentam cada ano. A Esso, entretanto, aliada às refinarias particulares e à direção do CNP e da Petrobrás, procura criar suspeitas quanto à qualidade do petróleo soviético. (Na foto, o panorama de um campo petrolífero marítimo em Baku, na URSS).

Todos usam; ninguém reclama

PETRÓLEO SOVIÉTICO É BOM

A Direção do CNP é Que Não Presta

«O Globo», o «Correio da Manhã» e outros órgãos da imprensa de aluguel lançaram na semana passada uma ruidosa campanha contra a execução do acordo de comércio entre o Brasil e a URSS. O pretexto desta vez é a afirmação de que o petróleo soviético oferecido à Petrobrás não satisfaz as condições mínimas indispensáveis para o seu processamento nas refinarias instaladas no país. «Petróleo ordinário, sem cotação no mercado internacional», disse «O Globo», que entra mesmo em detalhes: o teor de enxofre do petróleo é duas vezes maior do que o teor médio dos tipos de petróleo atualmente consumido pelas

refinarias do país, o que torna impossível a sua aquisição — segundo a opinião, afirmada pelo jornal, dos técnicos do Governo.

Ninguém ignora que a União Soviética já está vendendo petróleo, em nossos dias, a um grande número de países capitalistas, especialmente na Europa Ocidental. Já por isso seria bastante estranhável que um produto normalmente consumido na Alemanha Ocidental, na França, na Argentina, etc., pudesse constituir-se num obstáculo à existência de comércio entre o Brasil e a URSS. Mas o caráter ofensivo que aqueles jornais entreguistas procuraram emprestar às suas

afirmações reforçou consideravelmente a sua tentativa de torpedear o acordo de comércio assinado em Moscou.

Pouco a pouco, entretanto, a verdade apareceu. O Brigadeiro Fleiuss, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo e valente soldado da Esso, em declarações à imprensa, procurou logo dar mão forte à campanha da sadia, mas teve de admitir que a coisa não era assim tão definitiva, e que as negociações prosseguiriam. Pouco depois era o Cel. Sardenberg que, também acusado pela imprensa, foi forçado a reconhecer que a notícia publicada na imprensa fora «precipitada», e que os técnicos designados para estudar o assunto ainda não haviam chegado a qualquer conclusão.

Já agora há informações seguras, colhidas em fontes responsáveis do Governo, que esclarecem melhor a questão. Trata-se apenas de uma manobra urdida pela dupla Fleiuss-Sardenberg, em favor da Esso. Cobia exclusivamente ao CNP, por lei, escolher os tipos de petróleo soviético que interessam ao nosso país, determinar a quantidade desse petróleo que interessa ao país adquirir, contratar a aquisição, e determinar para cada refinaria uma cota obrigatória de consumo desse petróleo. Na Petrobrás o CNP tem todo o material técnico e humano necessário a esse trabalho, e o tem utilizado, em outras ocasiões.

Ao invés de fazer o que determina a lei, entretanto, o Brigadeiro Fleiuss e o Cel. Sardenberg resolveram «consultar» as refinarias particulares, antes de decidir sobre

o assunto. Ora, é sabido que a aquisição de petróleo soviético de forma alguma interessa às refinarias particulares. Conforme foi provado em relatório oficial da Petrobrás (ao tempo do Cel. Janary Nunes) a maior fonte de renda dessas refinarias está no superfaturamento das importações de petróleo, e as transações com a URSS não dão margem a tais fraudes cambiais. Assim, por melhor que fosse a qualidade do petróleo soviético, os refinadores particulares sempre diriam que ele «não se adapta» aos seus equipamentos. Foi confiando nisso que Fleiuss e Sardenberg lhes deram a palavra, e a campanha dessa imprensa de aluguel não é senão o efeito da manobra.

A trama, entretanto, era grosseira demais para vingar. Falando em nome da delegação soviética, o técnico em petróleo Zatchiniaev foi categórico em suas declarações à imprensa: «A União Soviética, disse ele, está vendendo dezenas de milhões de toneladas de petróleo a diversos países, com teor de sal duas vezes maior que o oferecido ao Brasil. O petróleo agora negociado é o mesmo que os técnicos brasileiros examinaram (e aprovaram) em Moscou. Ao contrário do que afirmam alguns jornais do Rio, as especificações melhoraram consideravelmente, desde aquela época».

Assim, não há justificativa para o torpedeamento do acordo assinado com a URSS. O que esses fatos deixam fora de dúvida é que a Esso, apesar da existência do monopólio estatal do petróleo, ainda procura influir — e às vezes influir — na política petrolífera do governo. E isso é que é inevitável.

Dicionário SUMOC (II)

São muito amplas, como vimos na nota anterior, as atribuições da Superintendência da Moeda e do Crédito. Na verdade, não lhe falta muito transformar-se no Banco Central, para o preparo de cuja organização foi criada.

A amplitude dos poderes de que desfruta a SUMOC pode ser vista através de medidas ali adotadas e que importaram numa modificação substancial da política econômico-financeira do país. Assim foi, por exemplo, a célebre Instrução 113, que criou o atual regime de importações e exportações, com o sistema de âgios e bonificações. Antes dela, por exemplo, o importador brasileiro era financiado pelo exportador estrangeiro, nada tendo que despendar, praticamente, antes de receber a mercadoria importada. Agora, se deseja fazer uma importação, a condição prévia, em geral, é que disponha dos cruzelos necessários para comparecer ao leilão de divisas e arrecadar a moeda de que precisa, na quantidade desejada. Fruto dessa mesma instrução é o Fundo de Ágios, que recolhe anualmente quantias fantásticas — desde 1953 já arrecadou várias centenas de bilhões de cruzelos —, distribuindo-as entre diferentes setores da economia nacional.

De acordo com a predominância dos interesses desse ou daquele setor da economia do país, a SUMOC vai baixando novas instruções, nas quais atende a tais ou quais interesses.

Uma das piores medidas já adotadas pela SUMOC foi a famosa Instrução 113, do tempo de Café Filho e Eugênio Gudin (este no Ministério da Fazenda). Segundo tal instrução, os trustes estrangeiros notadamente os norte-americanos tiveram a possibilidade de trazer para o país equipamentos industriais (geralmente obsoletos, em seus países), sem para isso necessitarem de cobertura cambial. Em oposição, e em situação de evidente desigualdade, os industriais nacionais que desejarem equipar suas empresas com máquinas compradas no exterior, necessitam de cobertura cambial, isto é, ou licitar moedas nos leilões de câmbio, ou conseguir registro na própria SUMOC, a câmbio privilegiado. A Instrução 113 (hoje incorporada ao texto do Decreto 42.820) é uma porta aberta para a desnacionalização da indústria brasileira e para mil e uma espécies de fraudes. Sua revogação é reclamada pelos setores mais expressivos da indústria nacional.

Manejando com importantes setores da política econômico-financeira do país, a SUMOC está longe de restringir-se ao terreno do câmbio. A fixação do câmbio de custo (V. Dicionário nos números 56 e 57 de NR), por exemplo, é outra de suas atribuições. E' de ontem o aumento do câmbio de custo de chiquele e poucos para com cruzelos, verificado durante a gestão Lucas Lopes-Garrido Torres. Todos se recordam do efeito que teve este aumento sobre o custo de vida, que se elevou vertiginosamente quando da execução daquela política, ditada, aliás, pelo Fundo Monetário Internacional.

E para que se veja, ademais, a extensão dos poderes da SUMOC, acrescentaremos que tudo isto, que todas estas importantíssimas alterações na política econômico-financeira do país, são introduzidas sem audiência do Congresso, que não pode ir além da discussão das medidas tomadas pela SUMOC.

MINÉRIO BRASILEIRO NA MIRA DOS TRUSTES

Ferro: "Mina Cativa" Sinônimo de Preço Vil

2ª de uma série de reportagens

Está ocorrendo um verdadeiro «rush» de companhias estrangeiras para o setor da mineração de ferro, numa luta entre diversas companhias (Hanna, Ferrostaal, Cleveland-Cliff) que já foi chamada de «guerra de pareceres», em que elas «mobilizam» (\$) figuras importantes da vida pública nacional para opinarem em favor de seus pedidos de concessão. Há, até mesmo, previsões de que este setor substituirá, nos próximos anos, a indústria automobilística como centro de atração dos capitais estrangeiros. Até em Bruxelas (Bélgica) já foi organizada uma «Brazilia Iron Ore S/A» com capital de 150 milhões de francos belgas (equivalente a 600 milhões de cruzeiros), com o objetivo de explorar jazidas de minério de ferro no Brasil.

Uma das razões apontadas para este «rush» é a Instrução 192 da SUMOC, que passou a exportação de minérios para o câmbio livre: o que já era um bom negócio a dólar de 70 cruzeiros, agora, com o dólar de 190 dá margem a um fabuloso superlucro. Contudo, as razões de «rush» são mais gerais do que esta perspectiva de superlucro.

Venezuela: não mais concessões

A política geral norte-americana para assegurar o fornecimento de minério estrangeiro a baixo preço para sua siderurgia é a busca de «minas cativas», isto é, o controle de jazidas no exterior pelas companhias de mineração norte-americanas, que passam a enviar o minério de países estrangeiros diretamente para suas matrizes. Mas por que agora as companhias norte-americanas, se voltam para o Brasil em busca de «minas cativas»? Não há dúvida de que a nova política restritiva de minérios da Venezuela, que é hoje o principal fornecedor de minério de ferro dos EUA, influiu decisivamente na corrida americana para o ferro brasileiro.

Na Venezuela, quase todas as minas de ferro são «cativas», isto é, pertencem a subsidiárias da United States Steel Corp. e da Bethlehem Steel Corp. Mas, o governo da Venezuela iniciou uma política de não fazer mais concessões a empresas de mineração estrangeiras, e pretende inclusive reassumir o controle de suas jazidas. Havendo perigo de perder as «minas cati-

vas» na Venezuela e sendo impossível a obtenção de novas «minas cativas» naquele país, as companhias norte-americanas voltam-se para o Brasil.

«EM FERRO: Política de não fazer mais concessões e criar uma corporação do Estado para iniciar uma administração direta desta outra grande riqueza venezuelana» — eis o que declarou o Presidente Rómulo Betancourt em sua Mensagem ante o Congresso Nacional da Venezuela a 29 de abril deste ano. E continuou:

«Sem haver a exploração de minério de ferro atingido a importância do petróleo na economia do país, encontramos-nos em melhor posição para impedir que continue aumentando seu desenvolvimento sem uma intervenção mais direta do Estado. Para participar mais no rendimento de nossos recursos férreos, podemos ir tomando posições a partir de agora para fazer as explorações futuras diretamente. Esta política de sadio nacionalismo pode ser cumprida sem interferir no rápido desenvolvimento econômico geral do país, necessidade primordial para ir diminuindo nossa crítica situação de dependência do

petróleo e para exercer um melhor controle na produção de nossas riquezas naturais básicas não renováveis.» (Os grifos são nossos)

"Mina cativa" iguala queda de preços

A Venezuela, que vem exportando minério de ferro desde 1951, verificou na prática que entregar suas jazidas a companhias estrangeiras na esperança de aumentar as exportações, significa em verdade tornar inútil este aumento de exportações; pois quando o comprador controla a jazida o resultado é inevitavelmente uma queda de preços. A história da mineração de ferro na Venezuela o prova mais uma vez. No Relatório de 1958 do Banco Central da Venezuela lê-se: «Tal como se vem assinalando em Relatórios anteriores, o preço do minério (de ferro) venezuelano, não obstante seu alto teor, continua sendo muito inferior a preços cotados para minérios exportados por outros países.» (pág. 47) Este mesmo Relatório apresenta-nos o seguinte quadro de preços de minério de ferro nos EUA:

Diferença de preços entre o minério de ferro produzido nos EUA e o importado (US\$ POR TONELADA BRUTA)

	1954	1955	1956	1957	1958
Diferença entre o minério produzido nos EUA e o total importado pelos EUA	-2,45	-2,61	-2,77	-3,13	-1,10
Diferença entre o minério produzido nos EUA e o importado de					
Canadá	-1,92	-2,35	-2,14	-2,98	-2,27
Venezuela	-3,10	-3,81	-3,32	-4,16	-4,38
Chile	-3,29	-3,90	-4,10	-4,07	-3,65
Peru	-1,94	-1,12	-2,10	-2,82	-1,54
Brasil	-1,76	-0,90	-1,59	-2,57	-2,83

Dentre este grupo de países, somente o Brasil recebe por seu minério de ferro um preço mais alto do que o preço do minério produzido nos EUA. É fácil explicar porque: o Brasil é o único desses países no qual os compradores não controlam as minas e os preços são negociados pelo governo principalmente através da Cia. Vale do Rio Doce. É fato que o minério brasileiro é também o de mais alto teor metálico (65%). Mas a Venezuela e o Chile também exportam minério de alto teor (60%). A diferença de teor não é suficiente para explicar aquela diferença entre a cotação do minério brasileiro e a do minério venezuelano, sobretudo se lembramos que o minério venezue-

lano paga metade do frete pago pelo minério brasileiro. (O minério da Venezuela percorre pouco mais de 2.000 milhas até os EUA, enquanto o do Brasil percorre quase 5.000 milhas).

A Venezuela deu-se conta de que para impedir que seu minério continue recebendo preços vis, precisa assumir o controle de suas minas. No Brasil, o imperialismo está mobilizando os Roberto Campos, Lucas Lopes, Otton Leonardos et cetera para convencer a opinião pública do inverso, e para entregar às companhias estrangeiras nossas jazidas e a própria Cia. Vale do Rio Doce, a pretexto de aumentar nossas exportações de ferro.

Nota Econômica Rublo Vence Dólar

A margem da disputa pelo domínio do espaço, uma competição — entre o rublo e o dólar — está sendo travada. E também aqui, os Estados Unidos estão perdendo. Efeetivamente, enquanto em relação ao dólar a perspectiva é de desvalorização (havendo, mesmo, economistas norte-americanos que preconizam a medida como única saída para as dificuldades da economia lanque), completamente outro é o quadro em relação ao rublo.

Na última reunião do Soviet Supremo, a mesma em que foi decidida a supressão gradual dos impostos na URSS, Kruschiov anunciou que o Conselho de Ministros da URSS tomou a decisão de elevar, a partir de 1961, o valor do rublo, de dez vezes e, em consequência, pôr em circulação uma nova moeda. Justificando a medida, afirmou Kruschiov que a URSS dispõe de uma moeda sólida e de um sistema monetário estável e que a garantia do rublo soviético em mercados fortalezense. Acrescentou que uma prova evidente da confiança que o rublo desperta entre a população é o aumento sistemático dos depósitos nas caixas econômicas, que nos dois últimos anos elevaram-se de 20 bilhões de rublos, ultrapassando atualmente os 105 bilhões de rublos, distribuídos entre mais de 50 milhões de depositantes.

Por outro lado, as contas soviéticas, com a extraordinária expansão da economia nacional, situam-se na casa dos trilhões de rublos, como sucede com o fundo de salários, a produção global da indústria, o comércio a varejo e o orçamento da URSS. Em tais condições tornou-se necessário reforçar o rublo, aumentar o seu padrão-ouro e reaver a escala de preços.

O aumento de dez vezes do valor do rublo coincidirá com uma redução também de dez vezes em todos os preços e nos custos de todos os serviços prestados à população. Por exemplo: se uma camisa custa atualmente dez rublos, com o fortalecimento da moeda ela passará a custar um rublo. De tal maneira, a medida nenhuma prejuízo causará à população.

Toda a técnica dos pagamentos e dos cálculos será notavelmente simplificada com a medida, disse ainda Kruschiov, acrescentando que a nova moeda possibilitará o aumento considerável do emprego de distribuidores automáticos no comércio. Quanto à mudança da cotação do rublo em relação à moeda estrangeira, que será efetuada simultaneamente, não acarretará perdas nem para os Estados estrangeiros, nem para a União Soviética disse ainda Kruschiov.

Partindo do fato de que o outro é o equivalente universal na reforma monetária de 1922-1924 o Governo soviético

fixou o conteúdo-ouro do rublo. Posteriormente, o conteúdo-ouro do rublo passou a ser fixado indiretamente, através do estabelecimento da cotação do rublo soviético a um preço em relação ao franco, e depois em relação ao dólar. Em 1950, em face do aumento do poder aquisitivo do rublo e a queda do poder aquisitivo do dólar e outras moedas capitalistas, o Governo soviético fixou diretamente o conteúdo-ouro do rublo em 0,222168 gramas de ouro. Em correspondência com o conteúdo-ouro do rublo, foi elevada, naquele ano, a sua cotação em relação às moedas estrangeiras.

Assim, em relação ao dólar, cujo conteúdo-ouro, fixado em 1933, é de 0,888671 gramas (isto é, 35 dólar por um onça de ouro), o rublo vale 25 centavos de dólar, ou, o que é o mesmo um dólar-ouro corresponde a quatro rublos-ouro. (Para efeito de fomento ao turismo, o Governo soviético, em 1957, estabeleceu para os turistas em visita à União Soviética uma taxa mais favorável de conversão: isto é, dez rublos por dólar. Mas, tal câmbio tem validade apenas no âmbito turístico e se deve a peculiaridade da economia da URSS em relação à dos países capitalistas).

Como Kruschiov deixou claro em seu discurso, o fortalecimento do rublo, que terá seu conteúdo-ouro aumentado de dez vezes, passando de 0,222168 gramas para 2,22168 gramas de ouro, não acarretará uma valorização em relação ao dólar. Isto porque, se é certo que a cada novo rublo correspondem dois dólares e meio, os preços na URSS serão rebaixados na mesma proporção: isto é, em dez vezes.

Se, entretanto, se efetivar a desvalorização do dólar nas bases anunciadas (em vez de 35 dólares seriam 70 dólares por um onça de ouro), cada novo rublo passaria a valer cinco dólares.

Finalmente, a título de curiosidade, tentaremos estabelecer a relação entre o rublo e o cruzelo, através da relação entre o dólar e o rublo. Podemos estimar, atualmente, levando em conta não apenas a desvalorização do cruzelo, mas também a do dólar, que um dólar equivale a cerca de Cr\$ 90,00. Como a relação entre o rublo e o dólar é de quatro para um, a relação entre o rublo e o cruzelo é de um rublo para Cr\$ 22,50 (a quarta parte de Cr\$ 90,00). Esta estimativa, aliás, encontra apoio na comparação das preços de algumas mercadorias e serviços no Brasil e na URSS. Em correspondência, a relação entre o cruzelo e o novo rublo será de um rublo para Cr\$ 225,00.

Tribuna de Debate

JURANDIR GUIMARÃES (S. Paulo)

Novos Problemas Estatutários

Estamos estudando e debatendo as "Teses para Discussão" e o "Projeto de Estatutos" a fim de melhor realizarmos os objetivos do debate. Desejamos opinar sobre algumas questões do "Projeto de Estatutos".

A nosso ver, o grande objetivo dos novos Estatutos, além da preservação dos princípios organizativos já consagrados pela experiência mundial, é o de romper com as possibilidades de excessiva centralização e permitir a mais ampla vida coletiva e democrática no Partido. Muito temos melhorado nestes últimos anos, entretanto, graves defeitos ainda se conservam, por centralização da parte de "Secretariados", por não maior valorização de cada membro do Partido. E não se diga que o "Projeto" está em guarda contra isto. Nele encontramos, por exemplo, na letra "e" do artigo 4º "opinião" de Comitê e "opinião" de Secretariado, quando só há uma opinião válida para todos os membros do Comitê, inclusive os eleitos para o "Secretariado", que é a opinião (Resolução) do Comitê que o Secretariado aplica.

Acreditamos que, no esforço de corrigir erros dos Estatutos anteriores, não se cuidou de enfrentar novos problemas que a vida nos tem colocado, principalmente no terreno da democracia interna.

Uma das grandes aspirações dos membros do Partido é a de que se inaugure uma fase em que os grandes problemas só sejam resolvidos à base da mais ampla consulta à base. Acreditamos ser legítima essa aspiração, principalmente levando em conta que, até hoje, soluções são adotadas por pequeno número de pessoas, ao ponto de se transformar organismos tão importantes como Comitês Estaduais em meros órgãos de consulta, o que leva à estagnação, ao enfraquecimento, à anulação prática de sua ação dirigente. O predomínio de "Secretariados" e de "aparelhos" (comissões) ainda é corrente. Não por acaso. Seria muito difícil a companheiros com longos anos de "mandonismo", de um momento para outro, transformarem-se em outros homens, por maiores esforços que façam.

Por essa razão, penso que os itens do artigo 9º, que trata dos princípios diretores da vida interna do Partido devam ser modificados, incluindo-se na sua redação as seguintes idéias:

a) Todos os organismos dirigentes do Partido, inclusive seus "órgãos", devem recolher constantemente a opinião das organizações inferiores e da massa de membros do Partido, estudar a sua experiência e resolver oportunamente sobre seus problemas. Ao mesmo tempo, todas as organizações inferiores do Partido devem dar conta de sua gestão periodicamente às superiores e pedir com tempo a estas suas diretrizes nas questões cuja solução dependa das mesmas.

Esta idéia, a meu ver, é de grande importância. Na "Declaração de Março", em seu Capítulo VIII, se dá a justa diretiva dos comunistas se voltarem para as massas. Entretanto, isto é insuficiente. Neste sentido, peço permissão para transcrever o seguinte trecho do folheto "Nosso Estudo e a Situação Atual", página 80: "Como assinala o camarada Mao Tse Tung, a acertada linha política deve originar-se das massas e voltar às massas". Para assegurar que efetivamente provenha das massas e em particular que volte às massas se requer, não só que o Partido esteja intimamente ligado às massas sem partido (classe e povo), mas também, e sobretudo, (o grito é meu, J.G.), que os organismos dirigentes do Partido estejam intimamente ligados às massas do Partido (com os quadros e membros de base). Em outras palavras, se requer uma linha acertada de organização".

Entretanto, em nosso Partido, essa íntima ligação das direções com as bases e os quadros do Partido, não se dá a contento. Ao contrário, ainda há dirigentes do Partido, membros de "Secretariados", que fazem questão de manter membros do seu próprio organismo a distância, quanto mais sentir a necessidade de conversar amistosamente, de fazer, digamos, uma visita de caráter social a companheiros do Partido! Parecem mais administradores, do que homens políticos. Coloco a questão, nestes termos, para ficar mais terra a terra. Entretanto, a crítica feita a certas direções, no item 6º das "Teses", é inteiramente justa. Acredito que todos concordamos que a aproximação das direções para com as bases e membros do Partido, com um estilo novo de trabalho, político, fraternal e vivo, é uma necessidade presente, uma aspiração do Partido, uma condição imprescindível para a justa aplicação da linha política que adotamos.

b) Todas as questões do Partido devem ser debatidas e resolvidas na instância de cada organização: assembleia de base, conferências de comitês, reuniões dos organismos dirigentes e Congressos.

Sobre determinadas questões de particular importância, cada Comitê, ou OB, ou CC, antes de tomar uma decisão devem procurar a colaboração e conhecer a opinião do mais amplo número de camaradas. Para este fim deve abrir discussão na imprensa ou inquirir, através de justos, adequados e amplos métodos, aos organismos interessados e aos camaradas que mais possam contribuir para esclarecer a questão. O resultado desta consulta deve ser dado à instância de cada orga-

nismo, antes de ser tomada uma decisão definitiva.

Para aplicação destes princípios, além das reuniões das instâncias próprias, teremos as reuniões de atividades, os inquéritos através de questionários, internos ou lançados pela imprensa partidária, as reuniões intermunicipais, interregionais, etc. enfim uma série de formas hábeis e amplas, que sem dúvida serão bem aceitas e mobilizarão o Partido para a execução do que for decidido. O que não se pode continuar é com um sistema em que, mesmo quando se fazem consultas, elas passam despercebidas pelo Partido, não estimulam a compreensão de que um novo processo de vida partidária se abre.

Ainda há pouco tempo tivemos oportunidade de verificar o seguinte: uma Resolução sobre "trabalho de campo" foi apresentada para ser aprovada por um Comitê, sem que fosse discutida pelo próprio Comitê. Naturalmente, os inspiradores deste ato, cegos pelo hábito mandonista de tantos anos, não se dão conta do que isto significa, como violação da democracia interna e o que é pior, como inocuidade, pois, um ato deste tipo não é levado em conta por ninguém e mais uma "Resolução" fica no papel.

Estou certo de que um grande esforço, uma grande prática deve ser desenvolvida no sentido da mais ampla consulta ao Partido, se quisermos educar os membros do Partido, a fim de que melhor contribuam para solucionar os problemas que se oferecem ao Partido.

c) Com o fim de assegurar a mais ampla participação dos militantes à elaboração das questões do Partido e a realização de sua atividade, os vários organismos dirigentes devem constituir, sempre que for necessário e de maneira permanente, comissões de iniciativa, de estudo ou de trabalho, às quais devem ser chamados também companheiros que não fazem parte do organismo dirigente e que sejam particularmente competentes nas questões a que devem dedicar-se. Estas comissões devem trabalhar sob o controle e a responsabilidade dos organismos que as nomeiam.

O artigo 16, do "Projeto", trata deste assunto. Entretanto, em geral, a prática se refere à Comissão de "organização", "Finanças", etc., da qual participam membros do próprio organismo ou não. Aqui se trata de comissões para resolver problemas específicos, nas quais podemos canalizar em favor do Partido, os conhecimentos e a capacidade de muitos membros do Partido que temos nos vários campos da atividade humana e que até agora, não temos sabido aproveitá-los. Comissões de caráter permanente, num trabalho como método de direção e não formas "improvisadas", temporárias, inconseqüentes na mobilização de

grande número de capacitados membros do Partido.

Estou certo que outras idéias, neste mesmo sentido, surgirão. Isto não quer dizer que não compreendamos a necessidade da aplicação do centralismo, contra o liberalismo e revisionismo nas questões organizativas. Estamos certos que, sem centralismo, não pode haver democracia.

Além destes problemas, acredito ser necessário completar o projeto de Estatutos em outras questões.

Uma delas se refere ao problema de nossos candidatos a postos públicos eletivos, como vereadores, deputados, etc. A alínea "c" do artigo 29 e "f" do artigo 34 tratam disto. Entretanto, a nosso ver, abordam o problema insuficientemente. Sugerimos estas idéias:

a) todo candidato deve ser escolhido, o indicado pela instância própria, após ampla consulta aos membros do Partido de sua jurisdição: município ou Estado. No caso dos representantes federais, a consulta deve ser feita no âmbito do Estado ou Estados que representará.

b) pelo menos uma vez por ano será obrigatório ao representante comunista prestar conta aos seus eleitores e ao Partido.

c) onde haja mais de três eleitos, constituir-se-ão em bancada (fração), que deve ter uma atividade parlamentar e extra-parlamentar planejada, sob a direção do Comitê respectivo.

Outra questão se refere à imprensa partidária. O artigo 34, alínea "d" trata do assunto. Será necessário incluir esta atribuição aos Comitês Estaduais, porquanto a perspectiva é destes também terem seus jornais. De outro lado, será necessário exigir estatutariamente que, pelo menos uma vez por ano o CC ou CCEE devam discutir a atividade da imprensa e descer um informe a todo o Partido, não só do ponto de vista da Redação, como da difusão, administração, etc. O conjunto do Partido deve opinar sobre a orientação dos jornais, para corrigir o que está errado e apoiar o que está certo.

Apontamos estas questões com referência ao "Projeto de Estatutos". Estamos certos que o exame do "projeto" pelo conjunto dos camaradas resultará em novas sugestões, que se bem aproveitadas, melhorarão sensivelmente sua redação final, pois é ainda adocce de muitas insuficiências, falhas e incorreções.

Traçada uma justa linha política, há necessidade de uma justa linha de organização, a serviço da linha política, garantindo uma íntima vinculação com as massas dentro e fora do Partido. O que regulamentará essa justa linha de organização? Serão os novos Estatutos. Daí sua grande importância para todos nós.

LETÍCIO DE CAMPOS DANTAS (Amazonas)

Sobre as Classes Sociais

Difícilmente podemos confrontar outro documento do Partido com as Teses para discussão, a fim de saber qual está mais bem escrito. Enche de alegria e coração da gente ver divulgado um trabalho de equipe assim, opulento por um estilo brilhantíssimo e em que a clareza e o conteúdo se irmanam para uma fatura incrível de argumentos convincentes.

Entretanto, parece útil tentar persuadir que algo pode ser mais claro ainda, mais acessível nas Teses, segundo um critério pessoal, é claro. Devo ater-me ao mínimo que pude averiguar, sem pretensões a sabichão. Ocupar-me-ei, portanto, de certa particularidade do Capítulo III, ou especificamente das Teses concernentes às Classes Sociais.

Não é meu propósito fazer restrições valiosas aos princípios que orientaram a caracterização das classes sociais que compõem basicamente a sociedade brasileira. Está evidente a sabedoria do Partido no indicar cientificamente as contradições internas das classes e o antagonismo entre elas. Para mim isto é ponto pacífico. Aceito como a melhor prova de conhecimento da realidade brasileira insosfismável.

Sucedê, todavia, que as Teses mesmas indicam que a sociedade brasileira também está integrada de CAMADAS SOCIAIS. Nem poderia deixar de fazê-lo. Mas não está presente nas letras a), b), c), d), e) e f) do número 17, uma única formulação que expresse o que vem a ser classe ou camada social. Isto para o leitor comum, que não teve tempo de preparar-se para prescindir dessa clareza. A maioria terminará a leitura das Teses relativas às classes sociais, o Estado e as Instituições e não poderá distinguir entre o que seja classe social e CAMADA SOCIAL.

Para os que já sabem não há problema. Evidentemente as classes sociais que compõem a sociedade brasileira são: latifundiários, burguesia, camponato e proletariado.

E a pequena-burguesia? E o semiproletariado? Eis aí a necessidade de mais clareza, ou de lição mais completa, para os que ainda não sabem e querem ficar sabendo, para a imensa maioria de militantes que precisa saber a que classe social ou

CAMADA SOCIAL pertencem no momento. Será muito mais fácil compreender as indefectíveis "deformações de classe".

A pequena-burguesia e o semiproletariado são CAMADAS SOCIAIS. Mas não está dito isto nas Teses, embora esteja admiravelmente estudada a composição social de cada uma dessas camadas e até as suas contradições internas e certas diferenças de alguns círculos integrantes. De forma como estão expostas, em ordem alfabética, sem distinguí-las, entre o que seja classe social e CAMADA SOCIAL, levarão o leitor menos letrado a concluir que latifundiários, burguesia, camponato, proletariado, pequena-burguesia e semiproletariado são todos CLASSES SOCIAIS.

Certa formulação na parte final do tópico dedicado ao estudo do semiproletariado dificulta ainda mais a compreensão do que seja CAMADA SOCIAL. Lá está na letra e) o seguinte: "O semiproletariado é composto por diferentes camadas".

Isto significa que uma CAMADA SOCIAL reúne várias camadas sociais? O mesmo critério é aplicável ao exame da composição da pequena-burguesia? Parece que não. Mas quem vai decidir é a sabedoria coletiva do Partido.

Levanto estas questões, para alguns sem importância, simplesmente porque penso que só se adquire consciência de classe sabendo-se, exatamente, o que são classes e camadas sociais, não importando que nome se lhe aplique. E' do interesse de todos saber a que classe ou camada social pertencem. Viver a toa não é nada bom.

Ora, dirão, o proletariado não se engana, tampouco se equivoca os camponeses, os latifundiários e a burguesia. Está muito bem. Mas não se trata de instinto de classe. Trata-se de cultura sociológica. Isto porque existe a pequena-burguesia e o semiproletariado, que se atrapalham muito.

Não se poderia redigir, por exemplo, assim: c) A pequena-burguesia urbana (camada social) —; e) O semiproletariado (camada social). No caso das classes não haveria necessidade de mais detalhes.

Por hoje é só. E devo admitir que posso estar errado em tudo.

NERY REIS (Sergipe)

Marxismo ou Subjetivismo?

Aprender o caminho da revolução brasileira é importante. Mas, conduzir nosso povo através desse caminho no dia a dia, tornando-o menos árduo e menos penoso à classe operária, tal é a missão dos comunistas brasileiros.

Sempre acreditei que o justo valor do revolucionário, em nenhuma hipótese pode ser medido pelo número de palavras de ordem ou armas que eventualmente, numa situação dada, determinada, possa concentrar em suas mãos. O verdadeiro termômetro deve ser a capacidade que tem esse revolucionário de despertar e mobilizar politicamente o povo.

Lenin costumava dizer: «Nós procuramos ajudar a classe operária a conseguir melhores reais, por insignificantes que sejam, de sua situação (econômica e política), e sempre acrescentamos que nenhuma reforma pode ser firme, verdadeira e séria se não for apoiada por métodos revolucionários da luta de massas». E mais adiante: «Toda palavra-de-ordem "negativa", não ligada a uma determinada solução positiva, não "agüça", mas entorpece a consciência, pois é algo vazio, um mero grito, uma frase declamatória sem conteúdo».

Mas enquanto a situação revolucionária não chega, enquanto o povo não está devidamente esclarecido, quando os camponeses não estão ganhos para a aliança com a classe operária, então devemos brandir outra espécie de arma. Arma crítica (alguns dogmáticos gostam de falar em "crítica das armas") em situações de desenvolvimento pacífico) apontando as deficiências e limitações do capitalismo, sem rodeios, sem exaustiva retórica. É evidente que esse caminho não é imediato. Não ao sabor de certos camaradas ao meu ver sectários e dogmáticos, os quais realizam um esforço muito grande para convencer o Partido de que nossa atual linha política é oportunista, de direita, e que na prática faz a apologia do capitalismo. A Declaração de Março não tem sentido absoluto, mas certos camaradas demonstram incrível cegueira política atribuindo-lhe esse caráter.

Em sua atividade teórica, de forma inconsciente, sem se aperceberem da realidade, chegam a dar ao caminho da revolução brasileira um conteúdo puramente abstrato, divorciando-o da prática diária das lutas de massas.

As condições da revolução brasileira, não chegaram por formulações matemáticas. Não, camaradas! Ele é, e será a própria revolução em marcha nas complexas condições internacionais e nacionais do desenvolvimento econômico e político extremamente contraditório em nosso País. Isso é possível, uma vez que a Declaração de Março define com clareza nosso objetivo final: o socialismo.

Certos camaradas pagaram, e ao que tudo indica, continuarão pagando pesados tributos ao subjetivismo.

Como se afigura grotesca para a burguesia a forma especulativa pela qual discutimos o caminho da revolução brasileira. É pacífico? Depende exclusivamente de nós? Se usarem de violência usaremos também? Depende de nós? Procuramos raciocinar como homens de vanguarda que se guiam por uma ciência como o marxismo-leninismo. Se o imperialismo encontra em escala crescente dificuldades para desencadear a guerra mundial; se não está na ordem do dia a ação militar direta ou indireta por parte do imperialismo norte-americano contra a nação brasileira; se a burguesia nacional na atual etapa vê no proletariado seu aliado; e se no momento o proletariado, por uma série de circunstâncias não está em condições de empreender uma ação do ponto de vista militar contra a burguesia; então podemos chegar à conclusão de que, discutindo nessa base dando ao problema da violência importância exagerada, ao contrário do que pensa o camarada Maurício Grabois, não armaremos o proletariado e sim desviaremos sua atenção para formas de discussão que, embora atraentes do ponto de vista acadêmico, não encerram no momento nenhum sentido prático para o proletariado.

Certos camaradas esquecem da dialética, uma tal lei como a das transformações quantitativas em qualitativas e que na sociedade se expressa no acúmulo de forças necessárias para empreender-se qualquer ação de vanguarda. Pretendem reduzir à questão da violência ou não o caminho da revolução em curso no País. Perguntam: Haverá ou não violência? E afirmam ser necessário desde já acirrar as contradições de classe. Inadvertidamente pensam em preparar (de forma artificial) a classe operária para os embates futuros que serão travados em nível mais alto. Significa isso, sob um pretexto de revolucionarismo, fugir das questões mais imediatas, concretas, reais da própria vida, as quais, são sentidas pelos operários. Nenhum Partido Comunista acirrou as contradições entre a burguesia e o proletariado partindo pura e simplesmente de conjecturas, revelando profundo desprezo pelas leis que regem o desenvolvimento da sociedade, em benefício de concepções dogmáticas e sectárias que nos isolaram das amplas massas. O camarada Maurício Grabois, sabe perfeitamente que não chegaremos de forma rápida às grandes ações revolucionárias, pelo simples fato de desejá-las. Nosso objetivo é o socialismo, o importante é lutar. Partindo-se das atuais condições internacionais e nacionais, não há necessidade de frases de caráter esouerista que tenham o mérito de comprazer-nos literariamente mas que do ponto de vista ideológico, em realidade nos afastam do povo, de nossos objetivos tanto imediatos como finais. Não seremos os magos do acirramento das contradições de classe, elas continuarão a acirrar-se independentemente de nossa vontade, pois são inerentes ao capitalismo.

Camaradas existem que pensam como Crátlio, discípulo de Demócrito, que fazia verdadeiros prodígios de dialética. Contra a concepção do Mestre, que lhe ensinara que o rio mudava a cada instante, porque suas águas corriam constantemente e que assim sendo, o rio não era sempre o mesmo, argumentava Crátlio: «O rio, nem sequer existe. Ao atravessá-

lo quando chego a outra margem, tenho outro rio. O anterior não existia».

Lenin reconhecia os méritos de Demócrito como materialista e dialético e criticava vigorosamente o Crátlio. Guardadas as devidas proporções, certos marxistas raciocinam como o discípulo de Demócrito, ao apreciarem a questão do caminho da revolução brasileira. Hoje o caminho é pacífico, mas amanhã poderá ser violento (pensam como milistas), e, precisamos educar o povo de acordo com o amanhã a fim de não desarmá-lo.

Tal é a essência da nova linha política preconizada por esses camaradas. Colocar o Partido em função do que poderá acontecer, quando temos no dia a dia imensas e inadiáveis tarefas. Vivemos em função do amanhã revolucionário, e enquanto este não chega, vamos descobrindo "caminhos" e "alianças" utilitárias, convencionais, exclusivistas que nos reservem todas as vantagens. Esquecem que nas alianças preponderam os nós, na medida de nossas forças, de nossa influência sobre as massas.

Desejamos esses camaradas arrumando sua única razão de ser seja o Partido, desligado da vida; como selta; negação de sua própria essência revolucionária. Esquecidos da dialética continuamos segundo esses camaradas arrumando classes e camadas como um comerciante organiza sua loja, rotulando suas mercadorias. Dessa forma, colocaremos a margem a dinâmica da luta de classe, o que ela encerra de vivo, de ação transformadora e criadora, em favor de velhas formas superadas que não refletem estado de espírito real das massas, mas tão a gosto dos sectários e dogmáticos em sua afã de disciplinar a própria vida nas condições do capitalismo. Supõem um belo dia de sol, acordar e retirar do bolso a fórmula mágica da revolução brasileira que o povo deverá seguir porque assim pensa e deseja a vanguarda, nosso invencível Partido Comunista.

PEDRO POMAR (S. Paulo)

A BURGUESIA, O ESTADO E AS TESES...

Uma das questões mais importantes e controversas atualmente entre os comunistas é a da burguesia, como aliada do proletariado na revolução. Tornou-se indispensável uma análise do caráter da burguesia e de suas posições na vida política e de suas posições da experiência, já não digo anterior a 1930, mas a partir desta época. A meu ver, porém, as Teses não cumpriram a contento essa exigência.

Ao reconhecerem que a burguesia em face ao imperialismo está dividida em dois setores, um "genuinamente nacional" e outro ligado ao capital imperialista, fato que a Declaração não admitia, as Teses afirmam no entanto: "Grandes e médios burgueses encontram-se de um lado e de outro. O grau de concentração de capitais não é, assim, o fator decisivo que divide a burguesia brasileira" (Tese 17). Qual então esse fator? Será a aspiração de "criar um estado nacional independente, em que ela seja a força dominante?" E ao conseguir seu objetivo, deixará a burguesia de se associar com o capital internacional, de integrar-se no sistema mundial do capitalismo, de unir-se aos latifundiários? Não há genuíno idealismo. Certamente, setores da grande burguesia ou alguns de seus elementos, especialmente os industriais que se vêem ameaçados de aniquilamento pela concorrência imperialista norte-americana, tendem a se choçar cada vez mais com esta. Sobretudo, à medida que crescer o movimento antiliberista e aumentar a disputa interimperialista pelo mercado e pelas esferas de influência no Brasil, maiores serão as possibilidades dos referidos setores resistirem ao imperialismo. Se é errado assim classificá-los como agentes dos trustes estrangeiros, também será falso concluir que a grande burguesia, como camada, não se constitua num dos pontos de apoio do imperialismo, tal como os latifundiários. Chamariam portanto a essa fração da grande burguesia, que resiste ou que venha a participar da luta de emancipação nacional, como burguesia conciliadora, porque na verdade esta tem sido a norma de seu procedimento com o imperialismo opressor e explorador de nosso país, bem como com os latifundiários sanguessugas. Nem como camada, nem como setor porém essa burguesia deve ser confundida com a burguesia nacional que é fundamentalmente, a burguesia média, aquela que não possui ou quase não tem laços com o imperialismo e os latifundiários e enfrenta as dificuldades da dominação imperialista, da ausência de mercados e outros entraves à sua expansão.

Lemos, na Tese 17, que as limitações da burguesia podem levá-la a vacilar e a trair, em certas circunstâncias, e que tais vacilações só serão neutralizadas pela pressão das forças revolucionárias conseqüentes. Isto é fugir da crítica obrigatória ao aliado, às suas posições. E reboquiemo. As vacilações e trações não são problemas do futuro, mas vêm do passado e ocorrem no presente, como aliado mostraremos. Vacilações e trações inevitáveis, aliás, do contrário a burguesia seria uma força revolucionária conseqüente. Mas sua neutralização, efetivamente, só será possível quando o proletariado, na base da aliança com o camponato e as camadas médias, estiver na direção da frente única; e não simplesmente pela pressão. Entretanto, para que a direção do proletariado na frente única seja alcançada, impõe-se que ele adote uma atitude crítica e revolucionária diante das vacilações da burguesia, e não conciliadora, como acontece atualmente.

Uma das causas políticas do "desquidismo" no Partido reside, segundo penso, na incompreensão da inevitabilidade dessa conduta da burguesia e de que é também na maneira correta e constante de lutarmos contra isso que conquistaremos as massas para a nossa direção. A burguesia de nosso país, tendo condições e interesse de participar da luta antiliberista e democrática, e procurando mesmo dirigir-la a seu modo, não deve por isso ser endossada por nós. O que decidirá de sua posição como nossa aliada é a força que tenhamos para atraí-la (ou neutralizá-la). Enquanto não tiver confiança nem se convencer de que a direção de forças está a nosso favor,

ela continuará jogando mais do lado do imperialismo e da reação do que do da revolução. Tentamos em vista, ademais, que a nossa burguesia, não é a mesma dos países recém-saídos do colonialismo. É mais velha, mais experiente, mais forte e mãeira que esta, educada que foi na escola da burguesia do ocidente, onde aprendeu a desenvolver sua capacidade de manobras para manter o cabo da vara em suas mãos. Por conseguinte, quanto mais ampliarmos as relações e contatos com a burguesia e seus representantes políticos, tanto maior se fará a necessidade de elevarmos o nível teórico, a experiência e a vigilância do Partido para termos presente de que o fundamental na frente única não são essas relações e sim a aliança operário-camponesa.

Haveria mais a debater na análise das classes, realizada pelas Teses, na qual se enaltece o caráter da burguesia e se obscurece o do proletariado e o dos camponeses. Continuemos, porém, apreciando rapidamente a parte das Teses que trata do "Estado e as instituições do Brasil".

O Estado brasileiro — dizem as Teses — aparece como "Estado politicamente independente" subordinado aos interesses dos latifundiários escravocratas. Gostaríamos de saber: que diferença existe entre o Estado politicamente independente e o Estado nacional independente? O Estado fundado em 1822 pelos latifundiários e pela burguesia comercial era, julgo eu, um Estado Nacional independente. O Estado nacional não é unicamente aquele onde a burguesia passa a predominar. Esta questão vem sendo debatida em nosso meio desde o tempo da elaboração do Programa de 1954. E neste documento ainda se observa a subestimação do fato de que o Brasil formouse como Estado e nação independente desde 1822. De nada valem tais artifícios de linguagem para ressaltar a importância do fator nacional na luta contra o imperialismo, porque este ameaça não só a independência de países como o nosso, mas inclusive a de nações mais antigas e desenvolvidas.

Bem, continuam as Teses, só em 1889, o "Estado começou sua evolução no sentido de um Estado burguês moderno". Neste caso, cumpre indagar: A República representou a revolução burguesa, em sua primeira tentativa? As Teses não tocam nisso e dizem, logo adiante: "Este processo prossegue mais ou menos lentamente até o movimento popular de 1930, quando adquire novo impulso com as reformas de caráter burguês que lhe seguiram" (Tese 18). Também ficamos sem saber se o "movimento popular de 1930", que fortaleceu as posições da burguesia no aparelho estatal, foi outro passo da revolução burguesa e se as reformas então concretizadas (Código Eleitoral, de Águas, etc.) podem ser consideradas como profundas.

De forma que hoje, segundo as Teses, o Estado brasileiro é o representante dos latifundiários, dos capitalistas interessados no desenvolvimento independente da economia nacional. E outro trecho nos esclarece melhor sobre o sentido dessa caracterização quando afirmam que as "vacilações e a qualidade do governo de Juscelino Kubitschek (e naturalmente dos sucessivos) (deveriam arrugar) são fruto da fraqueza da burguesia, mas que a dualidade "irá desaparecendo na medida em que o proletariado assumir a direção da frente única antiliberista" (Tese 18).

Penso o contrário. Na medida em que isso acontecer e que também no mundo avançar o socialismo, a dualidade do governo poderá aumentar. E existe um setor nacionalista no governo, representante dos capitalistas interessados no desenvolvimento independente da economia do país. O Marechal Lott aparecia como a expressão máxima desse setor. Mas agora pode-se ainda falar em setor nacionalista do governo? Pergunto a meus: será justo asseverar que esse setor no poder já faça parte da frente única? E se o proletariado dirigisse a frente única, ele se contentaria em ficar fora do poder?

Francamente, a enisa é de difícil entendimento, mas espero voltar ao assunto.

ORLANDO PIOTTO (S. Paulo)

Uma Política de Direita

A publicação das Teses e do Projeto de Estatutos abriu um período muito importante para os comunistas. Através de uma discussão ampla e organizada, na medida da capacidade de cada um, os comunistas terão a possibilidade de contribuir para a elaboração de uma linha política que expresse a realidade e as exigências do movimento revolucionário do proletariado brasileiro. Além de passar a ser coisa normal, a realização de um tal empreendimento permitirá aos comunistas opinar sobre seus dirigentes e escolher, democraticamente, os que deverão ficar com a responsabilidade de orientar a vanguarda revolucionária, nos diferentes escalões. Ademais, o debate incentivará a luta ideológica em torno de princípios, o que elevará, sem dúvida o nosso nível de compreensão e favorecerá o combate pela superação das concepções estranhas ao proletariado e ao movimento comunista, existentes, hoje, em grandes doses em nossas fileiras.

Antes de expressar minha opinião sobre alguns problemas, devo declarar que, como parte do coletivo, sinto-me também responsável pelos erros de caráter ideológico, político e organizativo, especialmente os que se relacionam aos métodos de direção, cometidos entre nós. Por outro lado, quero autocrítica-mente por ter aprovado a linha política da Declaração de março de 1958. Tomei esta posição levado pelo desejo de encontrar uma saída para a situação em que nos encontramos, após os debates que sucederam ao XX Congresso do P.C.U.S. — de confusão geral e de paralisação. Hoje manifesto-me contrário a tal orientação política, porque ela não corresponde às necessidades da revolução brasileira e se choca com a realidade objetiva, quer nacional quer internacional. Com mais razão, discordo da linha da Declaração porque, passando mais de dois anos de sua vigência e aplicação, a maioria dos militantes do Partido não conseguiu assimilá-la e praticá-la com sucesso. Enfim, o que mais me convenceu do caráter errôneo da linha da Declaração foram as sérias dúvidas, as enormes contradições que existem entre comunistas, sobre questões essenciais abordadas de maneira incorreta na Declaração, tais como: a contradição entre os camponeses e os latifundiários, a participação de setores de latifundiários na frente única, a hegemonia do proletariado na revolução, as condições para tornar uma realidade a possibilidade do caminho pacífico da revolução, a contradição entre o proletariado e a burguesia e outras.

Reafirmando a linha política da Declaração, as Teses, caem numa posição oportunista de direita, nacional-reformista, revisionista, ao estabelecerem o processo de relação entre os objetivos táticos e estratégicos da revolução. Desarmadas do que é secundário, despidas do seu ecletismo, da dialética prudônica do espor um lado e por outro lado, as Teses apresentam, em sua essência, uma linha contrária aos interesses de classe do proletariado.

As teses, por exemplo, colocam de modo completamente falso a questão das contradições na sociedade brasileira. O caráter antilimpialista e antifeudal está claro para nós, há muitos anos. Mas as Teses, ao darem a primazia ao aspecto antilimpialista da revolução, despoja a esta do seu caráter democrático, pois que os problemas fundamentais da tática, como o da frente única, ficam subordinados apenas ao aspecto da amplitude das forças sociais e não, em primeiro lugar, como deve ser, ao conteúdo de massas, popular, democrático daqueles problemas. As teses separam mecanicamente aquilo que não pode ser desligado, que a vida vem demonstrando estarem unidas na sociedade brasileira: a dominação imperialista e a conservação do monopólio da terra e outros restos feudais. A colocar, como subordinada a tarefa de liquidação do monopólio da terra, na prática prejudica o próprio processo da eliminação do jugo imperialista, porque relega a um segundo plano e para outra fase o golpe contra os sustentáculos sociais internos do imperialismo — os latifundiários. Querendo diminuir o número de inimigos na luta contra o imperialismo, chega a uma ampliação artificial e perigosa dos aliados na revolução. Perigosa porque, tentando fazer a frente única com setores de latifundiários acabamos aliando da frente única as massas de milhões de camponeses. As teses estabelecem um esquema de frente única para a revolução brasileira, baseado numa transplantação dogmática e mecânica da experiência chinesa, quando a China foi invadida militarmente pelos imperialistas japoneses, e se tornou justa e necessária a existência de uma frente única nacional, englobando, inclusive, os latifundiários. Essa transplantação é errada e funesta porque nosso país é dependente, mas não está ocupado militarmente, tem um capitalismo relativamente desenvolvido e as próprias condições do mundo são mais favoráveis à luta de emancipação nacional e pelo progresso social.

As Teses apresentam, também, de maneira incorreta a contradição entre o proletariado e a burguesia. Sob pretexto de adequação da luta entre essas duas classes, a questão é colocada de modo a levar ao anilamento da luta de classe. Isto resulta da política que exagera o papel da burguesia e menospreza o papel do proletariado em nosso país, quando o imperialismo está em franca decomposição e o socialismo avança triunfalmente em todos os quadrantes da terra. A adequação da luta do proletariado contra a burguesia, em síntese, significa que por não ser de caráter socialista a atual etapa da revolução brasileira, o proletariado não deve ir até a expropriação da propriedade da burguesia, e a burguesia nacional é parte da frente única antilimpialista e democrática. A luta do proletariado contra a burguesia, nestes termos, é imprescindível, inclusive, para atrair e manter a burguesia nacional na frente única.

Apesar da atual etapa da revolução brasileira não ser de caráter socialista, não podemos esquecer que a mobilização do proletariado e a integração das massas populares na luta revolucionária ganhará mais ímpeto à medida em que se lhes abra a perspectiva futura do socialismo. Nas atuais condições do

mundo, as tarefas da revolução democrático-burguesa estão mais próximas das tarefas da etapa socialista. A direção do proletariado, numa ampla frente única das forças sociais revolucionárias de nosso país, constitui a garantia da passagem da atual etapa da revolução à etapa socialista, num período histórico mais curto. Então devemos dar ao proletariado maior confiança em suas forças e possibilidades e maior ênfase à tarefa urgente da conquista das massas camponesas, porque a base da aliança operário-camponesa, dirigida pela classe operária, que o proletariado assumirá o papel dirigente na revolução e no Poder que ela instaurar, não através de sucessivos governos dentro do atual regime, nem de acumulação de reformas graduais e sim por meios revolucionários e não evolucionistas simplesmente.

É verdade que a tese 30 diz que a reforma agrária deve tornar-se bandeira dos próprios camponeses. Mas qual é o papel que Joga nisso o proletariado? Como pode o proletariado, como vanguarda revolucionária, despertar, mobilizar, movimentar e dirigir seus milhões de irmãos do campo, se a política que se propõe para o proletariado é a que relega a posição secundária a luta pela reforma agrária; que acaba deixando nas mãos da burguesia, com todas as suas limitações, a sorte dos camponeses. Fatos como o de Porecatu, de Formoso, do Sudoeste do Paraná, de Santa Fé do Sul, de Gaillardia, e tantos mais, mostram que os camponeses reclamam e lutam contra o atual sistema latifundiário do Brasil. Na Câmara Federal muitos projetos referentes ao problema agrário têm sido apresentados; em São Paulo, até um representante da oligarquia paulista dos «400 anos», o sr. Carvalho Pinto, tem que acenar com uma pretensa revolução agrária, diante do anacoreto do problema agrário e da movimentação dos camponeses.

Penso que o sucesso da revolução antilimpialista e antifeudal, nacional e democrática, depende grandemente do justo tratamento que demos às contradições existentes no seio da sociedade brasileira. Do justo tratamento dessas contradições é que decorrerá uma tática correta. Depende do justo tratamento das contradições a criação de uma poderosa frente única das forças revolucionárias, a solução pacífica da revolução, a conquista de um poder político que realize consequentemente as tarefas revolucionárias, que liberte o país do domínio imperialista e instaura um regime verdadeiramente democrático, não um arremedo de democracia como o atual, sim uma democracia de novo tipo, efetivamente popular.

Isto não pode ser alcançado pela linha política preconizada pelas Teses, na qual a hegemonia do proletariado e a aliança com o campesinato são subestimadas; na qual se subordina a luta pela democracia à luta antilimpialista e se exagera o papel revolucionário da burguesia; na qual, em nome da frente única, se abandona a posição independente do proletariado; na qual se estabelece uma revolução a longo prazo, e assim por diante. As posições oportunistas de direita, residem precisamente na maneira como as teses abordam e procuram encaminhar a atividade em torno dessas questões das mais fundamentais importância.

O camarada Grabois, no seu trabalho publicado na Tribuna de Debates, apresentou outra linha política, que, no essencial, expressa com justiça os interesses fundamentais do proletariado e do povo brasileiro, na etapa atual da revolução. É um estudo profundo que atende às necessidades de nosso Partido. Precisamos de uma orientação em que não haja lugar para nenhum tipo de oportunismo, seja de direita ou de esquerda, mas que consubstancie os interesses mais gerais e profundos do povo brasileiro nesta etapa do seu desenvolvimento histórico, que leve concretamente ao rompimento de todos os entraves do progresso econômico, político e social do Brasil.

São Paulo, 11 de maio de 1960.
ORLANDO PIOTTO

COMUNICADO

Os responsáveis pela TRIBUNA DE DEBATE comunicam a todos os interessados que foram estabelecidas as seguintes normas sobre a publicação dos artigos e cartas:

- A fim de possibilitar a participação do maior número de companheiros no debate, cada participante terá direito a um máximo de 10 laudas dactilografadas (30 linhas por lauda) em cada edição de TRIBUNA DE DEBATE. Os artigos que excederem a este limite serão divididos e publicados em série.
- Os artigos e cartas serão publicados por ordem de recebimento na redação de NOVOS RUMOS. Em cada edição da TRIBUNA DE DEBATE figurará uma relação dos artigos recebidos, segundo a ordem em que serão publicados.

Uma de Debate

MAURICIO GRABOIS (Estado do Rio)

Quem Falsifica? Quem Deturpa?

O camarada Gorender honra-me com um artigo de crítica ao trabalho que apresentei a esta discussão. Lastimo, no entanto, que a argumentação nele exposta não fosse capaz de convencer-me. Penso, mesmo, que "Crítica ou Falsificação?", pela virulência da linguagem e inconsistência dos argumentos, não faz jus ao reconhecido talento de seu autor.

Sinto-me obrigado a refutar o articulista que tão denodadamente defende a orientação política exposta na Declaração. Ao contrário daquela personagem de Molière, que fazia prosa sem o saber, o ardoroso polemista não polemiza. Faz uma corajosa denúncia: o camarada Grabois é um falsificador do documento aprovado no pleno de março de 1958. Todo item que dediquei a Declaração não passa de grosseira deturpação. Não critiquéi, segundo o camarada Gorender, aquele documento, mas algum outro "não publicado ainda". A ironia é, no entanto, um escudo bastante vulnerável para a defesa do oportunismo.

Combato a orientação exposta na Declaração e não outra. Volto a insistir que esta orientação é, no fundamental, errônea. O camarada Gorender foge a discutir as inúmeras questões que enfrentei e convidá os leitores a confrontar o texto da Declaração com o item 8 do meu artigo. Faço meu este convite. Que julguem os militantes.

Mas, como o autor de "Crítica ou Falsificação?" aborda o problema do desenvolvimento do capitalismo — principal ponto de partida na elaboração da atual linha política — sou forçado a debater esta questão. As afirmações que a Declaração faz, em sua análise objetivista, sobre o desenvolvimento exagerado, ecológicas, como o que considera este desenvolvimento "o elemento progressista por excelência da economia brasileira", são verdadeiras. O erro não reside nelas, mas na ausência de uma crítica séria ao desenvolvimento capitalista, na pouca importância que atribui às contradições que tal desenvolvimento traz, na substituição do crescimento da exploração e da miséria das massas na falta de exame das difíceis condições de vida dos trabalhadores, em não revelar que a industrialização é, em boa parte, realizada em associação com o imperialismo, o que facilita sua penetração crescentemente no país. Não se destaca com a devida ênfase de que o atual desenvolvimento capitalista é, basicamente, realizado à custa da classe operária, da brutal exploração dos trabalhadores, de seu empobrecimento relativo e absoluto.

O partido do proletariado não pode ter uma posição unilateral de assinalar somente o aspecto progressista do capitalismo. A Declaração não tem uma atitude crítica correta para com o desenvolvimento capitalista nacional. Consta unicamente o fato de que este desenvolvimento "não conseguiu eliminar os fatores negativos, que determinaram as características do Brasil como país subdesenvolvido" e que se conservam "em vastas áreas as relações atrasadas e permanece a dependência diante do imperialismo". A isto agarrou-se o camarada Gorender, como tábuas de salvação, para esgrimir contra o que critica a atual orientação política. Reza um ditado popular que "mesmo parado, o relógio tem razão duas vezes por dia". Também a Declaração, mesmo errada, neste caso acertou. Mas silêncio que o atual desenvolvimento capitalista é um desenvolvimento deformado, que ocasiona a maior exploração das massas e que conduz ao fortalecimento da dominação imperialista. A conclusão a que chega é outra: "O desenvolvimento capitalista nacional exige cada vez mais, como seu instrumento, uma independência política completa, que se traduza numa política exterior independente e na proteção consequente do capital nacional contra o capital monopolista estrangeiro". Al já se evidencia que toda orientação traçada se subordina ao desenvolvimento capitalista. A independência política completa não é, assim, uma necessidade do progresso do país e do bem-estar do povo brasileiro, não é uma bandeira de luta da classe operária e das massas populares, mas, segundo se desprende da Declaração, a bandeira que a burguesia, sozinha, deturpada, uma vez que a total emancipação política do Brasil é exigida

"cada vez mais" pelo "desenvolvimento capitalista nacional".

Na defesa da Declaração, o camarada Gorender recomenda a leitura do final do capítulo II daquele documento para demonstrar seu caráter crítico e não laudatório do "capitalismo nacional". Vale à pena transcrever o trecho recomendado. Ele-lo: "A política do Governo do sr. Juscelino Kubitschek não atende, assim, aos interesses nacionais e às aspirações das massas populares em questões essenciais, contendo, entretanto, aspectos positivos de caráter nacionalista e democrático". Bela crítica. O governo do sr. Juscelino Kubitschek realiza, essencialmente, uma política antipopular e de capitulação ao imperialismo norte-americano. Seu comportamento nas relações internacionais é de total submissão ao Departamento de Estado. Na ONU vota com os imperialistas franceses contra a Argélia, coloca-se a favor do Dalai Lama e ataca ferozmente a China Popular. Participa dos manejos intervencionistas do imperialismo lanque contra Cuba e apóia a ditadura de Stroessner contra os revolucionários paraguaios. Internamente, abriu as portas à penetração imperialista, em tal escala, como nenhum outro governo que o país já teve. Pela primeira vez na história do Brasil, desde a independência, o governo do sr. Juscelino Kubitschek alienou parte do território nacional, entregando a ilha de Fernando de Noronha ao controle das forças armadas dos Estados Unidos. Este mesmo governo, que tanto alardeia seu nacionalismo desenvolvimentista, descarrega impiedosamente o peso do desenvolvimento capitalista nos ombros dos trabalhadores. E o responsável direto pela brutal elevação do custo de vida, cujo índice alcançou nível sem precedentes na vida do país.

A um governo desta natureza a Declaração faz uma crítica que se limita a assinalar que ele não atende "aos interesses nacionais e às aspirações das massas populares em questões essenciais (note-se bem a falta do artigo — M.G.)", donde se conclui que em outras questões essenciais o governo do sr. Juscelino Kubitschek vai ao encontro de tais interesses e aspirações. Como se isso não bastasse, procura contrabalançar sua tímida crítica, destacando pretensos aspectos positivos de caráter nacionalista e democrático na política governamental.

No final da defesa da Declaração, o camarada Gorender passa a acenar com a plataforma que é apresentada naquele documento. Nessa plataforma também se revela a subordinação da linha política ao desenvolvimento capitalista. Como são tratadas na plataforma as reivindicações dos trabalhadores, em particular da classe operária? Basta lê-la para se comprovar o quanto é falaz a afirmação do articulista de que ela concentra "nas questões essenciais de um desenvolvimento antilimpialista e democrático consequente". Nenhuma perspectiva pode dar ao povo e ao proletariado um programa que não apresenta qualquer medida de nacionalização das empresas e dos capitais pertencentes ao imperialismo norte-americano e que reduz as reivindicações econômicas das massas à vaga formulação de "salários e vencimentos que assegurem melhores condições de vida aos trabalhadores e ao funcionalismo". No que concerne ao camponeses, retira a palavra-de ordem de reforma agrária, preconizando, apenas, simples medidas de reforma agrária. Muito mais avançadas são as Diretrizes e Bases do PTB, aprovadas pela convenção nacional deste partido em 1959.

Mas se o camarada Gorender insiste em sua obrigatória de que continuo a falsificar e a deturpar a Declaração, posso recorrer a outras fontes que comprovam que aquele documento embelaza o capitalismo e exagera sua importância. Permite-me apelar para os exegetas da Declaração, seus mais fiéis e verazes intérpretes.

Na "Voz Operária" de 29 de março de 1958 foi publicado o artigo "A Função Positiva do Proletariado", no qual seu autor eufórico, afirmava: "A Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil", lançada há uma semana, é a afirmação da atitude positiva dos comunistas brasileiros diante do desenvolvimento progressista, que se verifica no Brasil. Não vemos o caminho para o socialismo, que é nosso objetivo final, na negação deste desen-

volvimento, na rutura com ele e na sua substituição, agora utópica, por outro tipo de desenvolvimento. Ao contrário: a sociedade brasileira ascenderá a uma etapa mais alta como resultado deste mesmo desenvolvimento progressista, que hoje objetivamente existe, à medida em que ele ganhar aceleração, profundidade e consequência" (grifo é meu — M.G.)

O autor do artigo, pelo visto, não é nenhum sectário ou dogmático que procura deturpar o sentido da Declaração. É pessoa insuspeita. Trata-se do presado camarada Jacó Gorender. A interpretação que o artigo faz é clara. Refere-se ao presente desenvolvimento capitalista, no curso do qual aumenta a penetração imperialista e se conserva o monopólio da terra. Aos comunistas incumbe dar-lhe "aceleração, profundidade e consequência".

Ainda segundo o autor do artigo, é necessário apoiar tal desenvolvimento, ter uma atitude construtiva "precisamente para levá-lo, no interesse geral do povo brasileiro, àquelas consequências que ele pode e deve atingir, eliminando os aspectos e processos negativos que o obstaculizam e determinam o atraso do país". Que diferença há entre esta opinião e a teoria da evolução gradual do capitalismo para o socialismo? Tudo se resume em apoiar o desenvolvimento capitalista, eliminar seus aspectos e processos negativos (que nem o artigo, nem a Declaração dizem quais são) e a revolução marchará às mil maravilhas. Empolgado pelo desenvolvimento capitalista, o articulista conclui: "Sejam quais forem as suas deficiências e contradições este desenvolvimento não é imaginário, não é o subjetivamente desejável, mas o objetivamente real e que, por sua tendência predominante, encaminhará a nação para a independência e o progresso" (o grifo é meu — M.G.) Esta é forte. Só um apologista do desenvolvimento jusceliniano teria a coragem de afirmar que o atual progresso de desenvolvimento capitalista "encaminhará a nação para a independência e o progresso". Esta é uma posição se-guidista em relação à burguesia e de prosterneção ao capitalismo. Diante disso pergunto: quem emprega "o método de deturpar ou falsificar"?

Após a defesa da Declaração, o autor de "Crítica ou Falsificação?" passa para um segundo ponto. O camarada Grabois — diz — é parcial na apreciação da linha política, uma vez que não leva em conta "dois outros documentos de significação primordial: o Informe de janeiro de 1959 e as Teses ora em discussão". Mais uma vez o ardoroso corifeu da Declaração se equivoca. Qual o primeiro equívoco de Gorender?

Após a defesa da Declaração, o autor de "Crítica ou Falsificação?" passa para um segundo ponto. O camarada Grabois — diz — é parcial na apreciação da linha política, uma vez que não leva em conta "dois outros documentos de significação primordial: o Informe de janeiro de 1959 e as Teses ora em discussão". Mais uma vez o ardoroso corifeu da Declaração se equivoca. Qual o primeiro equívoco de Gorender?

Quando às Teses, elas não constituem orientação para os comunistas. Não estão em debate? No CC, foram aprovadas como base para a discussão. A nova orientação a ser aprovada é que deve ser discutida partindo das Teses. Como quer, então, o camarada Gorender, que eu analise a linha e a atividade do Partido apoiado nas Teses? A não ser que me animasse o mesmo espírito "democrático" do articulista que conclui seu arrazoado com o seguinte fecho de ouro: "Desde logo, porém, não temos dúvida em declarar que as Teses podem constituir doravante o documento básico para a atuação dos comunistas brasileiros". Todos há de concordar que tal conclusão não assenta bem no furo do lutador contra o dogmatismo e o andonismo... No entanto não deixei de opinar sobre o Informe de janeiro e as Teses.

Qual o segundo equívoco de Gorender?

Após a defesa da Declaração, o autor de "Crítica ou Falsificação?" passa para um segundo ponto. O camarada Grabois — diz — é parcial na apreciação da linha política, uma vez que não leva em conta "dois outros documentos de significação primordial: o Informe de janeiro de 1959 e as Teses ora em discussão". Mais uma vez o ardoroso corifeu da Declaração se equivoca. Qual o primeiro equívoco de Gorender?

Agora, diante de fogo cerrado da crítica de militantes e dirigentes, o camarada Gorender bate em retirada e proclama: "Seria absurdo que fizéssemos da Declaração tabu semelhante ao Programa do IV Congresso...". Parece que o camarada está de coração aberto, pronto a aceitar as críticas. Triste ironia... A linha política da Declaração, apesar das modificações já feitas, é apresentada pelos seus principais elaboradores não só como tabu. Para eles é mais que um totem, um dogma da bíblia ou do "talmud". O camarada Gorender revela, no seu artigo, este espírito de intrinsecidade. "Da prática da nova orientação, — diz — da continuação dos estudos e pesquisas e do desenvolvimento dos processos objetivos, em particular das lutas das massas deviam ser extraídos novos elementos essenciais, que, incorporados à linha política, tornam-na mais profunda e multilateral, mais concreta e precisa". Não se trata, pois, de modificações e correções, mas da "incorpora-

Artigos Recebidos

- 1) A «democratização crescente» e a burguesia (Pedro Pomar)
- 2) O Partido, as teses e os jovens (Gilberto Olimpio)
- 3) O papel das camponesas na revolução (Nastor Vera)
- 4) Pequeno roteiro crítico do substitutivo (Audifax Amorim)
- 5) Carta de Guanabara (Benedito José)
- 6) Uma linha confusa e de direita (João Amazonas)
- 7) Compreensão autocrítica de nossa política (Diogenes Arruda)
- 8) A vida confirma plenamente a atual linha política no Estado do Rio (Miguel Batista dos Santos)
- 9) Maurício Grabois & Cia. — um grupo anti-Partido (Fragmon Carlos Borges)
- 10) Planificação de nossa economia — solução nacionalista (Elias Chaves Neto)
- 11) O Projeto de Estatutos (Fideli Macêdo)
- 12) Sobre o Projeto de Estatutos (Carlos Fico)

Tribuna de Debate

WASHINGTON RODRIGUES PINTO DE ALMEIDA

Sobre as Teses e o Projeto de Estatutos

A nossa participação nos debates a respeito das Teses será feita, unicamente, com o escopo de contribuir, como elemento de base, para submetê-las a uma apreciação de caráter construtivo, compreendendo, antes de tudo, a extensão dos danos causados ao Partido pelos revisionistas tomados de pânico quando da ofensiva geral levada a efeito pelo imperialismo, visando, inutilmente, aniquilar o movimento operário em diversos países.

Consideramos muito grande o esforço que o Partido vem despendendo para se colocar à frente dos acontecimentos e desempenhar com acerto as tarefas que a história acumulada diante do movimento operário e da nação brasileira, na luta contra o imperialismo norte-americano.

As Teses nos trazem muitos esclarecimentos, pois estavam ávidos de definições, queríamos afirmações positivas que nos ajudassem a vencer o estágio de relativo marasmo e estagnação em que nos encontramos, nas bases do Partido, desde quando a Declaração de Março colocava o Partido numa posição unilateral em relação ao desenvolvimento capitalista, levando-nos, na prática, a fazer uma política direitista e ao abandono da questão, por nós considerada fundamental, que é a da existência, da organização e do crescimento do Partido.

Em contra-posição à ofensiva do revisionismo capitulacionista e liquidacionista, achávamos que a defesa da existência do Partido era a razão de ser: o fundamento de toda nossa atividade como comunistas.

Jamais duvidamos da capacidade do Partido reagir, sair vitorioso e se fortalecer após as duras provações impostas pela ofensiva desencadeada pelo inimigo interno e externo, porque a existência do Partido Comunista independe da vontade de uns e outros, pois é uma imposição da história, uma necessidade do povo trabalhador brasileiro e somente deixará de existir, após a consumação dos fins específicos a que se propõe: o fim da exploração do homem pelo homem e a construção da sociedade sem classes.

As teses relacionadas com a Análise Crítica da Atuação do Partido impedem o desequilíbrio que ocasionava a queda na atividade dos comunistas e não seu capítulo mais positivo porque definem uma situação que levará o Partido a readquirir o auge das suas forças, intensificando a atuação junto às massas, onde se apóia para executar as tarefas da sua própria construção.

A Tese 68, ao tratar da questão dos revolucionários profissionais, ressalta a importância, para um partido revolucionário, da formação de quadros desligados da produção e dedicados à sua organização, de acordo com os princípios leninistas.

O desenvolvimento na prática daquela Tese dará, ao Partido, a necessária flexibilidade, possibilitando a flexibilidade tática para a obtenção de vitórias, na aplicação da sua justa linha política.

As Teses restabelecem, assim, uma situação de equilíbrio, tratando não só dos problemas atinentes de um modo geral, à nação brasileira, uma vez que volta suas análises à questão fundamental da estruturação do Partido, colocando-o na sua justa posição de centro dinâmico, de vanguarda dirigente da classe operária, captador e irradiador da força criadora do povo trabalhador. O Partido não tem direita nem esquerda. Não admite dualismo de grupos. E, por si só, um bloco único, criador, relacionador, construtor e impulsor; armado com a verdade universal do marxismo-leninismo, está apto a enveredar por todos os caminhos que levam ao socialismo, ao comunismo, a aceitar a luta em qualquer terreno e a impor a derrota ao inimigo no momento oportuno.

Os desvios direitistas, as deformações revisionistas do marxismo-leninismo, expressas nas fórmulas de conteúdo anticientífico de que o capitalismo se integrará, suavemente, no socialismo, esbarrarão ante a vigilância dos comunistas que saberão impedir sua difusão no seio do Partido.

As exacerbações de caráter esquerdista, o dogmatismo e o sectarismo, que sonham com a transformação do proletariado num exército de obediência, serão extirpados do movimento operário como antagonistas ao espírito do marxismo-leninismo.

As Teses vêm comprovando que o Partido está se recuperando, está saindo do charco revisionista, ao mesmo tempo em que, condenando o dogmatismo e o sectarismo, abre o caminho para o desenvolvimento do espírito do Partido, propagando pela prática de um máximo de partidarismo.

As Teses se projetam na atual etapa da revolução brasileira, como sendo um documento que vem infundir uma luz mais difusa sobre as posições já conquistadas pelo movimento operário, apontando os novos caminhos a serem percorridos pelo Partido Comunista, na aliança com as forças que, hoje em dia, procuram se aglutinar sob a bandeira da democracia e do nacionalismo e que, embora marchando ainda à esquerda, procuram tomar melhores posições, no campo da batalha, pela conquista, da tão almejada emancipação econômica e política do povo brasileiro.

As Teses constatarem a existência da possibilidade real do desenvolvimento pacífico da atual etapa da revolução brasileira e os comunistas, no desempenho das tarefas apontadas, não pouparão esforços para que se efetive a organização da ampla frente única, democrática e nacionalista, destinada a garantir à nossa pátria um governo democrático e nacionalista que transformará o Brasil na pátria de uma nova civilização, onde a paz, a liberdade, o progresso e a justiça reinarão.

mas que lutam a todos os estágios dedicados ao trabalho e ao engrandecimento de nossa pátria, a certeza de que

o fruto do labor do povo brasileiro, não mais será arrebatado pelo imperialismo norte-americano.

As Teses são um corolário das condições surgidas no mundo após o XX Congresso do PCUS e, são, também, o produto do ardente desejo de paz que ganha dia a dia, camadas cada vez mais amplas no seio dos povos, obrigando os dirigentes dos países imperialistas a ponderar seriamente sobre a teoria da coexistência pacífica. Insistentemente proposta pela União Soviética, desde 1918, visando na atualidade, como ponto de capital importância, o entendimento direto entre os dirigentes das grandes potências para a assinatura de um tratado de paz, estribado no desarmamento geral e total, a fim de prosseguir, para sempre, a guerra na solução dos problemas pendentes entre os povos.

A aceitação pelos imperialistas para tratar, na Conferência de Cúpula, a realizar-se em Paris, da coexistência pacífica, só foi possível porque a correlação de forças pendeu para o lado do campo da paz e do socialismo, com a posse pelos soviéticos, dos poderosos engenhos balísticos, de precisão matemática, capazes de atingir e de fotografar de perto até a própria Lua e, capazes, também, de levar uma ogiva atômica a qualquer ponto do globo terrestre, com a mesma precisão, tornando, assim, vulneráveis as principais cidades do campo imperialista.

O princípio básico da coexistência pacífica é a admissão da auto-determinação dos povos; a emulação, a competição pacífica será a tática a ser utilizada nesta luta de caráter diferente, tendo os povos por árbitro para julgar qual dos dois regimes é de fato o superior e qual deles corresponde aos seus anseios de paz, liberdade e progresso, oferecendo o pleno florescimento da cultura.

A humanidade poderá assim ingressar numa era de evolução pacífica.

A possibilidade real, não a certeza, de países de regime social diferentes, coexistirem pacificamente, abre uma ampla perspectiva, permitindo que as forças democráticas e ant imperialistas possam imprimir, baseadas naquelas condições, um curso pacífico no atual estágio do desenvolvimento da evolução brasileira.

O Partido precisa encontrar-se, organicamente e ideologicamente, preparado para não se deixar envolver pelo surto de oportunismo que caracteriza, como em épocas passadas, os períodos pré-revolucionários ou de evolução pacífica que fazem pairar sobre os interesses da classe operária o perigo de seu Partido de vanguarda ser levado a praticar uma política oportunista, de contínua adaptação às condições do momento, descambiando no nacional-reformismo, propiciando tranquilidade às classes exploradoras na espoliação do povo, marchando à reboque da burguesia, embora tendo um programa justo, mas, despojado do indispensável espírito de luta.

Os comunistas alcançaram alguns resultados positivos na aplicação da linha política da Declaração de Março.

Como exemplos frizantes podemos citar a legalização da atuação dos dirigentes comunistas; a participação ativa dos comunistas nos movimentos da frente única democrática e nacionalista; o estabelecimento de conversações para a unidade de ação com outros partidos e grupos nacionalistas e populares, promovendo a integração dos comunistas na vida política brasileira, contribuindo, assim, com a sua atuação para a imposição de novos rumos no sentido da ampliação das liberdades democráticas e o fortalecimento do movimento nacionalista.

As Teses apontam, acertadamente, a luta da nação brasileira contra o imperialismo norte-americano, como a contradição principal na etapa atual, e, ao mesmo tempo, exortam os comunistas a participar, decisivamente, na execução das tarefas da frente única, identificando no movimento nacionalista, em franco desenvolvimento, o futuro instrumento capaz de levar a nação a cumprir com êxito as tarefas da luta ant imperialista, instaurando no país o governo democrático e nacionalista.

Devemos apoiar e participar ativamente do movimento nacionalista, mas, conscientes de que o movimento nacionalista somente estará capacitado a desempenhar integralmente seu papel histórico, na medida em que for sendo estruturado e o Partido for conquistando a hegemonia dentro da frente única, tornando-se em sua força dirigente e propulsora.

Não devemos subestimar, nem menosprezar, os objetivos e o liberalismo exarçados nas Teses que são um instrumento da luta do povo brasileiro pela causa da paz e uma poderosa contribuição do Partido Comunista, para maior facilidade, no processo de unificação das forças democráticas e nacionalistas.

As Teses são leis da vida para o período presente da história brasileira, portanto, no fundamental, são leis justas, não são formulações que se procura impingir, mas descobertas científicas que auxiliarão o desempenho das tarefas da etapa atual da revolução brasileira.

1960 — Teses para Discussão — Projeto de Estatutos — Síntese.

As Teses aludem ao estágio do comunismo primitivo.

O período anterior ao ciclo histórico focalizado caracteriza-se, na história do Partido como sendo um período de incubação, embrionário, em germinação.

Foi a era primitiva do movimento comunista no Brasil que se projetou para sempre na história de nossa pátria, com a insurreição de Novembro de 1935, como sendo o primeiro grande choque armado do povo brasileiro contra as forças do nazifascismo em ascensão no mundo inteiro.

O segundo, em condições completamente alheias viria a ser travado pelo imortal feto da gloriosa Força Expedicionária Brasileira, nas terras da Itália.

Os grandiosos movimentos de massas de 1945, na vida legal, assinalam, de maneira positiva a atuação do Partido, na fase final do seu desenvolvimento primitivo.

O Partido só viria a amadurecer, ideologicamente e organicamente, na fase mais dura da sua existência quando as feras de Truman Ironploom no cenário da guerra fria, piores que as de Hitler.

O Projeto de Estatutos, uma vez tomada a sua redação final, será a lei que regerá as relações dos comunistas, nos diversos estágios do Partido.

Será a constituição do partido de novo tipo, capaz de executar com acerto as tarefas levantadas nas Teses.

Entretanto, o problema da transferência do membro do Partido não é focalizado com a objetividade necessária, motivo que nos leva a submeter à apreciação dos camaradas encarregados da redação definitiva dos Estatutos o acréscimo de mais um que trate da questão da transferência do membro do Partido.

Propomos, para ser inserido onde couber, se não a letra, pelo menos o espírito do seguinte projeto de artigo.

Artigo — O membro do Partido não pode ser transferido à sua revelia.

Parágrafos — a) a transferência do membro do Partido, somente será feita quando for:

- 1) a pedido
2) em atendimento às tarefas do Partido.

Parágrafo — b) O Organismo que transferir o membro do Partido, para garantir a ligação, primeiramente, ajustará com o Organismo para onde for transferido o membro do Partido a data em que será feita a transferência.

Como justificativa, aduzimos o fato de que uma transferência, feita à revelia do membro do Partido, por mais cercada de bons argumentos posteriores, pode, na verdade, significar uma expulsão branca.

Sem a inserção de mais este artigo, o membro do Partido está sem garantias para expressar no Organismo, livre de represálias, a sua opinião, momento agora quando se procura assegurar ao membro do Partido a plena liberdade para a manifestação do seu pensamento, nos entrecorridos das lutas internas.

SILVESTRE PEREIRA ROSA (Volta Redonda)

Observações Sobre o Projeto de Estatutos

O projeto, em sua introdução, fala em Partido Comunista do Brasil. E' sabido que a reação sempre explorou esta formulação — «do Brasil». Considerando que o conteúdo internacionalista não está na redação do nome, mas no conteúdo doutrinário, há Partidos que se orientam pelo marxismo-leninismo e têm outros nomes, a exemplo de partidos operários como o da Alemanha, o de Cuba e tantos outros. Não vejo a inconveniência de darmos a denominação de Partido Comunista Brasileiro.

Proponho que se diga na introdução: «O Partido Comunista Brasileiro é a vanguarda política da classe operária, a forma superior de sua organização de classe, em cujas fileiras se congregam os comunistas — operários, camponeses, intelectuais, trabalhadores em geral e pessoas de outras classes e camadas».

O Partido Comunista Brasileiro orienta-se pelo marxismo-leninismo, pelos princípios do internacionalismo proletário. Tendo como objetivo programático final o estabelecimento do socialismo e do comunismo, luta a fim de assegurar a plena vigência da legalidade democrática, a ampliação e consolidação dos direitos e conquistas do povo, a formação de um governo democrático, e alcançar um regime que promova a

D. L. SILVA (Estado da Guanabara)

SÔBRE O TRABALHO ENTRE OS JOVENS

Com a publicação das TESES, pela direção de nosso Partido, inicia-se mais um capítulo na história do movimento revolucionário em nosso País. As discussões se realizam numa época de grandes transformações na vida e na história da humanidade, época em que as conversações substituem a força, época em que se quebram as correntes que separavam os dois sistemas — SOCIALISTA e CAPITALISTA, época em que, em nosso País, se fortalece a unidade das forças nacionalistas e democráticas.

Não tenho dúvidas de que a luta ideológica, iniciada após o XX Congresso do P.C.U.S. nas fileiras de nosso Partido, muito contribuirá para que, ao terminar o debate, ele esteja com a sua unidade garantida dentro dos princípios do marxismo-leninismo.

Após uma leitura minuciosa das TESES ora em discussão, estranhei a falta de uma análise mais profunda dos problemas da Juventude. Daí a minha conclusão de que ainda persiste em nosso Partido a subestimação pelo trabalho entre os jovens. Subestimação esta que levou ao aniquilamento da U.J.C. Esta, apesar de seus grandes defeitos, muito contribuiu para as vitórias conquistadas pelo nosso Partido e pela classe operária no Brasil. Se seus métodos de trabalho eram errados, se seus objetivos não estavam sendo cumpridos, cabia ao Partido encontrar meios para a continuação do trabalho juvenil e não abandoná-lo da maneira como fez, liquidando assim um trabalho realizado com sacrifício durante seis anos.

Quase três anos nos separaram da última reunião de que participei no Conselho de Presidentes da U.J.C. (D. F.). Dizia o camarada assistente que estava dissolvido o Conselho. Aqueles que estivessem em condições de ingressar no Partido, ficariam ligados em suas respectivas ZONAS, realizando o trabalho juvenil, e aqueles que não tivessem a idade exigida ficariam como simples «simpatizantes». Se aquela resolução tivesse sido cumprida, ainda bem. Mas a coisa foi outra. O abandono pelo trabalho juvenil foi completo. Só permaneceram na luta aqueles que já eram membros do Partido e que já tinham uma consciência revolucionária. Isso porque, daquela época para cá, tomou conta de alguns membros da direção de nosso Partido uma tendência oportunista de direita. O sistema leninista de controle desapareceu. Nossos camaradas dirigentes ficaram vendo a coisa somente pelo lado fácil, realizando um trabalho de cúpula, deixando ao abandono as bases do Partido, em nome da iniciativa própria, concretizando assim o aniquilamento do trabalho do Partido junto à juventude trabalhadora e popular. Como exemplo: criou-se uma comissão para estudar o trabalho juvenil, e esta comissão com mais de 2 anos de existência ainda hoje não nos apresentou nenhum trabalho concreto.

Enquanto isso, desenvolve-se com rapidez a propaganda burguesa no seio da juventude, através de suas organizações, que são controladas pela igreja e pelos patrões mais reacionários. A Juventude Operária Católica (JOC) e os círculos operários ingressam no movimento sindical e procuram obter posições. Realizam encontros e conferências, com o fito de ganhar para suas posições a parte mais combativa do proletariado, que são os jovens. Os clubes de empresas, em sua maioria sob a orientação dos patrões mais reacionários, procuram e obtêm êxitos, afastando do movimento sindical os jovens. Realizam jogos, promovem festas e excursões, além da publicação de jornais internos propagando sua ideologia. O SESI penetra nas fábricas e nos sindi-

catos, tendo sempre à frente, como meio de ganhar a juventude, o esporte e a recreação. Dos cinco mil clubes de várzea que existem no Estado da Guanabara os mais importantes estão sob a influência de políticos eleitores, que tem nesses clubes sua base eleitoral. As revistas, o cinema e o rádio estão nas mãos das forças retrógradas. E' através destes e de outros processos que a burguesia procura tornar vitoriosa a sua ideologia no seio da juventude.

Não quero, nem é minha intenção, fazer um estudo acurado das experiências da U.J.C. para chegar à conclusão, da necessidade da realização de um trabalho dos comunistas entre os jovens. Afirmam as TESES «que o papel destacado que desempenham as massas juvenis na vida política e econômica do País exige um exame acurado das experiências da U.J.C. e a adoção de medidas para a reorganização do trabalho juvenil dos comunistas. (Teses 66)». Ora, se em dois anos uma comissão criada para estudar esse assunto não apresentou ainda o seu trabalho, como iremos, em tão pouco tempo que nos separa do término do debate, realizar tal «proeza»? As experiências da U.J.C. são as mesmas do Partido, pois que pouco se diferenciavam as duas organizações. Seus métodos de trabalho eram iguais. Sua forma de organização era igual. Portanto, se os erros do Partido não superam os seus acertos, o mesmo se dá com a U.J.C. Criada em agosto de 1950, época em que predominavam as idéias dos manifestos de 48 e 50, não podia estar sair fora da linha traçada naqueles documentos, trilhando assim por um caminho sectário e dogmático. Dizia seu estatuto que a U.J.C. era uma organização de massas, mas o que existia na prática era um grupo de jovens isolados completamente das massas, realizando um trabalho de agitação e propaganda, só procurando as organizações de massas quando delas necessitavam para o cumprimento de alguma tarefa momentânea, abandonando as mesmas quando terminado o trabalho. Portanto, a U.J.C. era na realidade um partido de «calças curtas». Mas mesmo assim, com todos seus erros e deficiências, contribuiu para a conquista de grandes vitórias do Partido e do povo. 600 mil assinaturas foram colhidas pelos jovens para o apelo de Estocolmo, seguindo-se um milhão de assinaturas pelo pacto de Paz, as manifestações contra o envio de tropas para a Coreia, as lutas contra o acordo Brasil-Estados Unidos, a defesa do petróleo, a participação nos Festivais Mundiais da Juventude, nos movimentos grevistas estudantis e operários, nas campanhas eleitorais e na formação de quadros dirigentes para o nosso Partido. E' certo que estas vitórias eram passageiras, na base de campanhas. Não tinha a U.J.C. um trabalho diário junto às organizações de massas. Na realidade, as massas juvenis em nosso País não eram mobilizadas para atividades e lutas à base de seus interesses específicos. Não havia um trabalho paciente de educação das massas juvenis. A experiência nos mostra que, quando realizamos um trabalho, quando se levanta uma reivindicação justa e sentida pelas massas, elas nos acompanham. Exemplo disso foi a campanha pela autonomia do D. F., da qual participou a U.J.C. Além de reivindicar a autonomia, ela pedia também o cumprimento de uma Lei aprovada na Câmara de Vereadores, que criava cinco estádios para a prática do esporte menor nos subúrbios. No encerramento do Congresso pela autonomia, dezenas de clubes fizeram-se representar. Só do subúrbio da Leopoldina, nada menos de 12 clubes foram mobilizados para aquela luta. A criação de departamentos juvenis e recreativos nos sindicatos teve também seu lado positivo, com a aflu-

ência de jovens para o movimento sindical.

Dizia a declaração da comissão nacional da U.J.C. no período que tratou de sua liquidação: «Do estudo da realidade da Juventude Brasileira e das experiências de nossas atividades ressaltam, que, das parcelas que a compõem, somente a dos estudantes apresenta características de um movimento de opinião organizado, o que nos chama a atenção para sua importância. Quanto às demais parcelas, sua consciência coletiva não se desenvolveu ainda de forma a se poder falar da existência de um movimento juvenil brasileiro». Esqueceu-se a Comissão Nacional de finalizar dizendo que esta consciência coletiva poderá se desenvolver se houver um trabalho junto às massas juvenis no sentido de despertar tal consciência.

Partido destas considerações concluiu que o trabalho dos comunistas entre os jovens deve ser feito nos seguintes moldes:

- 1.) Que cada base do Partido tenha um responsável pelo trabalho juvenil.
2.) Que nas fábricas e oficinas, o responsável juvenil deve trabalhar no sentido de sua participação no clube da empresa, devendo o mesmo ser assistido pelo responsável da Zona correspondente a mesma.
3.) Que cada ZONA ou DISTRITO tenham seus respectivos Departamentos Juvenis, formados pelos responsáveis do trabalho nas bases.
4.) O Departamento Juvenil da Região seria formado pelos responsáveis do trabalho nas ZONAS.
5.) O Departamento Juvenil do Partido seria formado pelos responsáveis do trabalho nas Regiões.
6.) Que esta forma de organização seja mantida até que haja condições concretas para a criação de uma organização independente específica de massas da juventude.

Como trabalharíamos tais departamentos? Estes departamentos realizariam um trabalho nos bairros, junto às organizações de massas já existentes, procurando unilas com a criação de ligas esportivas, ou participando das já existentes. Estas ligas, além de promoverem campeonatos, festas, palestras e excursões, lutariam também pelos interesses dos seus filiados. Nos sindicatos, os departamentos trabalhariam com o objetivo de despertar na consciência dos jovens trabalhadores a luta por seus interesses, procurando unilos pelos meios já conhecidos, ou seja, através do esporte e da recreação, baseados na experiência vitoriosa com a realização do I ENCONTRO INTER-MUNICIPAL DE JOVENS TRABALHADORES METALURGICOS DO D. F., onde cerca de 700 jovens participaram dos jogos, festas e palestras e onde debateram seus problemas, aprovando nesse conclave importantes resoluções.

Mas, para que os objetivos aqui expostos tenham ressonância, torna-se necessário que o parágrafo único do artigo 19 do projeto de Estatutos, ora em discussão, sofra uma emenda, pois que o mesmo entra em contradição com a Tese 66, quando diz: «E' admitida também a criação de organizações de base juvenis». Ora, se as TESES dizem que é preciso um estudo acurado das experiências da U.J.C. e a reorganização desse trabalho, o projeto de Estatuto deve prever não um só tipo de organização. Por isso, a redação do parágrafo único do art. 19 deve ser a seguinte: «E' admitida também a criação de organizações juvenis do Partido».

O que não podemos deixar de reconhecer é que cerca de 12 milhões de jovens de 10 a 19 anos, cerca de 20% dos trabalhadores no setor industrial, vivem entorpecidos pela ideologia burguesa, tornando necessária uma melhor atenção dos comunistas.

D.L. SILVA

to das organizações de base de empresas que usam regimes de turnos.

Parágrafo único do artigo 27 — Deve estabelecer o número de membros e organizações de base. Para ter a categoria de Comitê Municipal é preciso que, no mínimo, tenha 50 membros e 5 organizações de base. Com menos será considerado Distrital e se submeterá à orientação do Comitê Municipal mais próximo.

Artigo 30 letra (d) — Quando diz — no menor prazo possível — deve estabelecer para os Distritais dentro de 15 dias, para os Municipais 30 dias, para os Estaduais ou de Zonas 60 dias e para o CC dentro de 12 meses.

Letra (l) do artigo 34 — Que seja permutada com a letra (d) e tenha a seguinte redação: «eleger a Comissão Executiva, esta o seu Secretário, este o seu Presidente».

Artigo 39 — Ter a seguinte redação: «O Secretariado do CC é o órgão operativo diário deste, que atende às questões de ordem prática do trabalho de direção e atua subordinado à Comissão Executiva. O Presidente coordena a atividade do Secretariado e responde por ele junto à Comissão Executiva».

Artigos 27 e 19 — Vêm solucionar dificuldades existentes no funcionamen-

Tribuna de Debate

JACOB GORENDER (E. da Guanabara)

A Oposição "Esquerdista" e a Contradição Principal

Quem examinar os artigos publicados pela oposição "esquerdista" perceberá, sem dificuldade, que constitui sua linha geral a de impressionar e assustar o Partido com o perigo de suposta abdicação do capitalismo e de suposta subordinação da política do proletariado aos interesses da burguesia. O que preocupa à oposição não é a correção construtiva de erros, que certamente existem nas relações com a burguesia, no trabalho de frente única. O seu objetivo é demagogico, motivo por que não recua sequer diante da deturpação e falsificação de documentos.

Se, entretanto, buscarmos as bases teóricas de que partem os "esquerdistas", verificaremos que uma dessas bases é o tratamento da questão da burguesia brasileira sem tomar como premissa a correta compreensão do papel da contradição principal, que hoje atua em nosso país, ou seja, como formulam a Declaração de março de 1958 e as Teses: a contradição entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos. Qualquer tentativa de análise da questão da burguesia brasileira será forçosamente unilateral e viciada se a desvincular dessa contradição principal ou se estabelecer uma vinculação de superfície, meramente acidental.

Para o camarada Pedro Pomar, por exemplo, no seu artigo de 6 de maio, o Brasil é uma nação dependente. Ninguém discordará, até aí. Logo depois, entretanto, afirma Pomar: «Por conseguinte, o apoio às medidas progressistas e à luta contra a deformação e a subordinação da economia brasileira e contra os privilégios de que goza o imperialismo, são (sic) um imperativo para os comunistas. Isto é pacífico.» Aqui, precisamente, é que a coisa deixa de ser «pacífica». Afirma um erro de sintaxe (o verbo ser no plural), Pomar comete um erro político muito mais grave. Se, para o proletariado, se tratasse apenas de apoiar a luta antiimperialista, então, logicamente, a iniciativa desta luta deveria caber, de modo exclusivo, à burguesia. Que é isto senão consentir em subordinar-se à burguesia naquilo que é decisivo, o principal, nas condições atuais da vida brasileira?

Tão grave erro político não constitui, no caso de Pomar, simples lapso de formulação. Todo o seu raciocínio conduz a focalizar a contradição entre o proletariado e a burguesia no plano da mais abstrata generalidade, isolando-a arbitrariamente da contradição, que tem hoje o caráter de principal na sociedade brasileira. A luta antiimperialista aparece, assim, como problema da burguesia, e inerte secundário para o proletariado, ao qual bastaria «apoiá-la». Partindo de uma posição de «esquerda», Pomar caminhou, impellido pela lógica dos desvios do marxismo, para a mais supina posição de «direita».

Já nas Teses, a questão foi apresentada, de ponta a ponta, sob um ponto-de-vista inteiramente oposto. Excetuando o setor de agentes entreguistas, a burguesia brasileira tem efetivo interesse na luta antiimperialista. Já cometeu bem nocivos erros, ao ignorá-lo.

Mas este interesse da burguesia brasileira será sempre limitado pela sua tendência à conciliação e à capitulação, tendência que se manifestará, conforme complexas condições, em maior ou menor medida, através de um ou outro setor da burguesia ou, numa situação extremamente desfavorável, mesmo de toda ela. No caso do proletariado, pelo contrário, o interesse de classe coincide plenamente com o interesse nacional, motivo por que pode — como nenhuma outra força social — imprimir à luta antiimperialista direção firme e até o fim consequente. A luta antiimperialista não constitui para o proletariado, por isso, questão secundária, mas a questão principal, a sua questão decisiva neste momento, aquela em que melhor precisa demonstrar independência de classe e capacidade para uma função revolucionária hegemônica. Obnubilado pelo dogmatismo, Pomar não consegue perceber que a contradição entre o proletariado e a burguesia, nas condições atuais do nosso país, se decide, como questão política, antes de tudo (embora não exclusivamente), no terreno da disputa em torno do curso e da direção do movimento de emancipação nacional. Aliando-se à burguesia, em ampla frente única, para combater o imperialismo norte-americano, o proletariado também se opõe à burguesia, porque não pode deixar de combater a sua tendência conciliadora e empenhar-se para imprimir ao movimento emancipador e democrático um curso firme e consequente. Ao invés de força de apoio, o proletariado deve aspirar à função de força dirigente da frente única antiimperialista e democrática. Se à vanguarda do proletariado faltar clareza a este respeito, não restará ao proletariado, nas condições de nosso país, em que a luta pela emancipação nacional e pelas transformações agrárias ainda deve conduzir à luta direta pelo socialismo, senão conformar-se, como já dissemos em artigo anterior, com uma resistência elementar no terreno das reivindicações econômicas e com uma propaganda socialista desvinculada da ação política.

Este é apenas um trecho, todavia tão claro, que dispensa comentários.

O camarada Danielli consegue, porém, a certa altura abrir os olhos, chegando a reconhecer: «Admito que assumiu o primeiro plano a luta antiimperialista». Depois de tão penosa confissão, põe de novo tudo a perder, declarando profeticamente: «Esta é uma realidade, mas não como uma contradição que assume o papel principal em toda a etapa atual da revolução brasileira. Tal se dá apenas durante certo período (sic), devido em boa parte a fatores subjetivos.» Ou seja, porque «o nosso Partido... subestimou o movimento camponês».

Assim, depois de sofismar com aquele «na prática» a que aludimos acima, o camarada Danielli se considera em condições de anunciar que a contradição antiimperialista será a principal «apenas durante certo período». O único argumento em que se fundamenta para não brilhante profecia é que o caráter das contradições derivaria — «em boa parte» — de fatores subjetivos. Logo, se conseguirmos vencer o atraso do movimento camponês, raciocina Danielli, conseguiremos também elevar a contradição antiimperialista ao nível de principal, subordinando-lhe, ipso facto, a contradição antiimperialista.

Impossível deixar de indagar: isto é, ao menos, tentativa de análise marxista ou apenas subjetivismo?

Para um adepto do marxismo, é elementar que as contradições subjetivas refletem, na consciência dos homens, de modo direto ou indireto, as contradições objetivas. O capítulo IV das Teses não aborda, entretanto, senão contradições objetivas, resultantes do desenvolvimento objetivo da sociedade brasileira e de uma configurada situação internacional, também objetiva. Os fatores subjetivos podem aguar ou atenuar tais contradições, acelerando ou retardando sua superação, porém não podem tornar principal o que, por necessidade objetiva, em cada momento, é subordinado, ou vice-versa. Se uma contradição que, em dado momento, tem o caráter de principal, deixa de sê-lo e se converte em secundária (ocorrência que não cumpre excluir), isto acontecerá, no essencial, em virtude também de fatores objetivos, independentemente dos desejos ou dos esforços de homens e partidos políticos. Ao Partido marxista não cabe entregar-se ao jogo da preferência por certas contradições. O que lhe cabe se não quer desorientar-se, é identificar, na realidade objetiva, a contradição principal, estudar o seu relacionamento com todas as demais contradições, definir

Em primeiro lugar, em parte alguma das Teses — como também da Declaração — foi afirmado que a contradição antiimperialista possui o caráter de principal para toda a etapa da revolução. Houve sempre o cuidado de formular a questão atualmente, na situação atual, nas condições atuais (V. Declaração, cap. IV, e Teses 22, 23 e 55). Não podendo basear-se numa citação textual, o camarada Danielli escreve que «na prática» é diferente. Mas este «na prática», sem a mínima fundamentação, não passa de sofisma intolerável numa discussão séria. O que cabe notar, se quisermos argumentar de modo construtivo, é que, ao formular a questão nas condições atuais, as Teses, procedendo corretamente, não têm em vista um simples fato de conjuntura, mas uma situação de longo prazo, que preencherá ou não preencherá — impossível prever agora — toda a etapa presente. E ainda que a contradição antiimperialista fosse considerada a principal para toda a etapa, haveria nisto, no máximo, previsão excessiva, o que seria menos grave do que a incapacidade para identificar a contradição principal ou a tergiversação a seu respeito.

Em segundo lugar, a acusação de Danielli sobre a separação mecânica entre as contradições é fruto da sua audaciosa imaginação. Em numerosos trechos, particularmente nos capítulos IV e V, as Teses se esforçam para definir, sem cair em esquemas subjetivos, o relacionamento e a influência mútua das diferentes contradições, tanto do ponto-de-vista objetivo como no que se refere à linha tática do Partido. Basta-nos citar um trecho, da tese 23: «As diferentes contradições, que a sociedade brasileira encerra, não atuam em compartimentos estanques, mas se relacionam e influenciam de múltiplas maneiras, unidas todas por um mesmo fator, isto é, pelo desenvolvimento econômico em processo no país. Dentro do complexo atual de condições nacionais e internacionais, o desenvolvimento econômico dá à contradição antiimperialista o caráter principal, dela fazendo depender a solução de todas as demais contradições, que, assim, adquirem o caráter de subordinadas. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico aprofunda também a contradição agrária, pondo em relevo a necessidade de urgentes transformações na estrutura da propriedade da terra (o grifo é nosso — J.G.). Em determinadas circunstâncias, aprofundam-se outras contradições, em especial a contradição entre o proletariado e a burguesia, sem que se coloque, porém, a questão da sua solução final na etapa em curso. O condicionamento recíproco das diferentes contradições permite incrementar o potencial das forças revolucionárias e conquistar novas posições na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos.»

Este é apenas um trecho, todavia tão claro, que dispensa comentários.

O camarada Danielli consegue, porém, a certa altura abrir os olhos, chegando a reconhecer: «Admito que assumiu o primeiro plano a luta antiimperialista». Depois de tão penosa confissão, põe de novo tudo a perder, declarando profeticamente: «Esta é uma realidade, mas não como uma contradição que assume o papel principal em toda a etapa atual da revolução brasileira. Tal se dá apenas durante certo período (sic), devido em boa parte a fatores subjetivos.» Ou seja, porque «o nosso Partido... subestimou o movimento camponês».

Assim, depois de sofismar com aquele «na prática» a que aludimos acima, o camarada Danielli se considera em condições de anunciar que a contradição antiimperialista será a principal «apenas durante certo período». O único argumento em que se fundamenta para não brilhante profecia é que o caráter das contradições derivaria — «em boa parte» — de fatores subjetivos. Logo, se conseguirmos vencer o atraso do movimento camponês, raciocina Danielli, conseguiremos também elevar a contradição antiimperialista ao nível de principal, subordinando-lhe, ipso facto, a contradição antiimperialista.

Impossível deixar de indagar: isto é, ao menos, tentativa de análise marxista ou apenas subjetivismo?

Para um adepto do marxismo, é elementar que as contradições subjetivas refletem, na consciência dos homens, de modo direto ou indireto, as contradições objetivas. O capítulo IV das Teses não aborda, entretanto, senão contradições objetivas, resultantes do desenvolvimento objetivo da sociedade brasileira e de uma configurada situação internacional, também objetiva. Os fatores subjetivos podem aguar ou atenuar tais contradições, acelerando ou retardando sua superação, porém não podem tornar principal o que, por necessidade objetiva, em cada momento, é subordinado, ou vice-versa. Se uma contradição que, em dado momento, tem o caráter de principal, deixa de sê-lo e se converte em secundária (ocorrência que não cumpre excluir), isto acontecerá, no essencial, em virtude também de fatores objetivos, independentemente dos desejos ou dos esforços de homens e partidos políticos. Ao Partido marxista não cabe entregar-se ao jogo da preferência por certas contradições. O que lhe cabe se não quer desorientar-se, é identificar, na realidade objetiva, a contradição principal, estudar o seu relacionamento com todas as demais contradições, definir

com clareza as contradições que a vida social tem necessariamente de superar na etapa revolucionária em curso e reunir, sob a direção do proletariado, as forças sociais que possuem interesse de classe em alcançar essa superação. Dentro desta linha geral, compreende-se todo um sistema tático, o mais flexível, de alianças de natureza permanente ou temporária, de acordo com a necessidade de atingir, no mais breve prazo, os objetivos essenciais da etapa atual e assegurar a transição para a etapa posterior, já socialista, em que mudará a situação de determinadas contradições e outras desaparecerão, cedendo o lugar a novas contradições.

Em suma, a preocupação do camarada Danielli com a contradição antiimperialista, dada os termos em que se coloca, não traz qualquer proveito teórico ou prático. Mas, pelo contrário, prestará ótimo serviço ao Partido quem apontar concretamente as nossas grandes deficiências no trabalho entre os camponeses, uma vez que estes — afirmamos corretamente a tese 17 — «constituem o aliado fundamental do proletariado no movimento nacional e democrático».

Seria injusto falar do discípulo e silenciador sobre o mestre. Chegamos, pois, ao camarada Maurício Graboís (deixamos de lado o camarada Cahil Chada porque, em matéria de argumentos, se atém, com demasiado rigor, aos preceitos de São Francisco de Assis).

Depois de deturpar o que afirma a Declaração a respeito do caráter da revolução e da contradição principal, o camarada Graboís vem a admitir, muito de passagem (tão pouco importante lhe parece o assunto), que, na situação presente, o sentido principal da revolução é antiimperialista. Em três páginas de jornal, apenas quatro linhas de referência à questão da contradição principal, sem tirar daí qualquer consequência explícita ou implícita. A questão do golpe principal da revolução ficou, assim, inteiramente omissa. Como, entretanto, traçar uma tática marxista, sem dar a devida importância a questões como a da contradição principal e do golpe principal?

Seria útil ao camarada Graboís atentar no que ensina Mao-Tse-Tung, que reproduzimos a seguir:

«Em todos os casos, é inteiramente indubitável que, em cada uma das diferentes etapas do desenvolvimento do processo, existe somente uma contradição principal, que desempenha o papel dirigente.»

Daí decorre que, em qualquer processo, se nele existem muitas contradições, sempre existe uma principal, que desem-

penhe o papel dirigente, decisivo, enquanto as demais ocupam posição secundária e subordinada. Conseqüentemente, no estudo de qualquer processo, se se trata de um processo complexo, que contenha mais de duas contradições, é necessário procurar encontrar a contradição principal. Definida a contradição principal, é fácil resolver todos os problemas». (Mao-Tse-Tung, «Obras Escollidas», edição russa, Moscou, 1953. Tomo II, pag. 44).

Porque desprezou o camarada Graboís a preciosa lição de Mao-Tse-Tung? Porque, ao contrário das Teses, não fez da questão da contradição principal a linha central da sua concepção tática?

Se tivesse indispensável clareza sobre o papel da contradição principal atualmente no Brasil, se ao menos quisesse tirar as devidas conclusões do seu próprio reconhecimento do «sentido principal da revolução», ao invés de tratar disso como o assunto mais passageiro, ao camarada Graboís não restaria outro recurso senão mudar radicalmente a orientação crítica do seu artigo e, ainda que sômente no fundamental, manifestar o seu apoio às Teses.

O camarada Graboís prefere a oposição às Teses. Não teme chocar-se com a realidade. A clareza, que lhe falta, na questão da contradição principal, se associa, muito naturalmente, a uma espartosa confusão no que se refere à atuação do imperialismo em nosso país. Depois de mencionar o impulso do processo de industrialização durante a Segunda Guerra Mundial, eis o que escreve, no item 9 do seu artigo: «Este processo intensificou-se após o término do conflito mundial com a grande afluência de capital estrangeiro, resultante da redução do campo de investimento dos países imperialistas». E conclui aquele item com o seguinte: «Verifica-se, assim, um acentuado desenvolvimento econômico no país, o qual resulta, de uma parte, do crescimento do capital nacional e, da outra parte, do incremento, sem precedentes, das inversões de capital estrangeiro, principalmente norte-americano.»

Quais os fatos que permitem comprovar esse papel supostamente progressista do imperialismo norte-americano no desenvolvimento da economia nacional? O autor de «Duas concepções, duas orientações políticas» não apresenta um fato sequer. Repete, porém, sem menor espírito crítico, o que propalam, com tanta insistência, autorizados porta-vozes do imperialismo norte-americano, como os srs. Eugênio Gudin e Roberto Campos. Depois de deturpar a Declaração para acusá-la de «embelezar» o capitalismo no Brasil, pratica algo que, pelo menos, não é melhor, ou seja, embeleza o imperialismo norte-americano. O camarada Graboís teria sido mais prudente se se limitasse, como fez no item 11 do seu artigo, a reproduzir, embora com dife-

renças de formulações e de dados, a análise das Teses sobre a ação do imperialismo norte-americano na economia brasileira, quando afirma, em contradição formal com o que disse antes, que «a exploração do imperialismo norte-americano freia consideravelmente o progresso do país.»

Não temos, aqui, a possibilidade de tratar, em detalhe, do assunto. Julgamos, porém, que é importante não deixar passar em branco o seguinte: o estudo da ação econômica do imperialismo será sempre unilateral e essencialmente falso se partir de efeitos limitados, em setores isolados e a curto prazo. Para ser fiel à lição genial de Lenin, esse estudo deve considerar o imperialismo, primordialmente, no seu movimento global de sistema de espoliação, cujos efeitos a longo prazo têm muito mais significação do que aqueles imediatos e de caráter transitório. A este princípio se ateu, com grande proveito científico, o economista Aristóteles Moura, na sua obra «Capitais Estrangeiros no Brasil», cuja leitura refletida teria poupado ao camarada Graboís o grave erro de considerar o capital imperialista — e no mesmo nível do capital nacional! — como fator do «acentuado desenvolvimento econômico no país».

O camarada Graboís se impressionou com as entradas de capital estrangeiro, mas olvidou as saídas. Do movimento global de entradas e saídas, incluindo os itens de inversões diretas, empréstimos e financiamentos de capitais particulares e oficiais e serviços diversos, o que ficou para o Brasil, num período de doze anos, de 1947 a 1958, foi um déficit de 1.210 milhões de dólares (cálculo à base dos dados do balanço de pagamentos publicados pelos boletins da SUMOC). O desenvolvimento econômico em nosso país não «resultou» desta sangria, mas teve nela uma das causas principais de suas dificuldades e de suas deformações.

O camarada Graboís por ignorância dos fatos econômicos — vai além dos mais ardorosos apologistas do capital imperialista, quando proclama que o processo de industrialização se intensificou, após o término da Segunda Guerra Mundial, com «a grande afluência de capital estrangeiro». Mesmo uma revista como «Conjuntura Econômica» (V. edição de junho de 1959), tão hábil em forjar conclusões favoráveis ao imperialismo, não consegue esconder o fato de que as entradas de capital estrangeiro só adquiriram vulto considerável a partir de 1953. O que nos obriga, logicamente, a concluir que as entradas de capital estrangeiro só se avolumaram, não antes, mas depois, muito depois do desenvolvimento econômico ter iniciado — o que se deu em 1948 — a sua excepcional aceleração de pós-guerra. E se é verdade que, a partir de 1956, as entradas de capital estrangeiro, sobretudo norte-americano,

mas também de algumas outras potências imperialistas, assumiram proporções realmente grandes, bem superiores às dos períodos precedentes (o que se deu também com as saídas), isto nos obriga à conclusão de que se aprofundou a contradição principal em nosso país. Atestam este aprofundamento, a sociedade, fatos políticos como a resistência nacional vitoriosa às imposições do Fundo Monetário Internacional, Da atuação destacada dos comunistas nesse episódio não se leu uma linha sequer nos numerosos artigos da oposição «esquerdista». A sua «objetividade» não vai ao ponto de reconhecer tão brilhante confirmação da atual linha política... Quanto a nós, o que nos importa é compreender que se tornou mais premente ainda a necessidade da luta para substituir o atual curso do desenvolvimento econômico e político, conciliador com a espoliação imperialista e com o monopólio da terra, por um curso de sentido oposto, independente e progressista, ao qual unicamente a direção do proletariado, na vanguarda de amplo conjunto de forças sociais, poderá dar consequência até o fim.

Pensamos, para concluir, que é preciso, no presente debate, algo mais do que apreciar os resultados atingidos neste ou naquele documento do Partido. Não é menos importante valorizar a marcha ascendencial do conhecimento, que se processa de um documento para outro. Isto se faz indispensável para uma verdadeira crítica construtiva.

O Programa de 1954, ao lado dos seus erros essenciais, teve o mérito de identificar no imperialismo norte-americano o inimigo principal da nação. A Declaração de 1958 foi adiante, ao formular de modo acertado as duas contradições fundamentais da etapa em curso — a antiimperialista e a anti feudal —, caracterizando a primeira, na situação atual, como a principal. Já havia nisto, em si mesmo, grande contribuição à análise marxista da realidade brasileira. Mas a Declaração se limitou a apresentar o quadro das contradições em grosso e poucos traços, o que, embora constituindo valioso ponto-de-partida para o prosseguimento da análise, era demasiado insuficiente, como a prática demonstrou, para armar os militantes em tão complexa questão.

A Declaração não se inspirou — o que só um caluniador poderia afirmar — no artigo-plataforma de Agildo Barata, publicado durante o debate de 1957. Naquele artigo, a contradição antiimperialista foi separada mecanicamente da contradição anti feudal, o que servia de base para a elaboração do abstruso esquema revisionista de duas fases distintas na atual etapa da revolução. Esse esquema oportunista, aceitável para o nacionalismo burguês, foi inteiramente rejeitado pela Declaração, que considerou a etapa atual da revolução como processo único, definido, como um todo, pela necessidade de solução das duas contradições fundamentais.

A Declaração é merecedora de crítica, isto sim, em virtude da escassez das suas indicações a respeito da influência das diversas contradições, em particular da contradição agrária e da contradição entre o proletariado e a burguesia, sobre a contradição principal. O informe de janeiro de 1959 iniciou o estudo aprofundado da contradição principal em suas relações de mútua influência, de recíproco condicionamento com as demais contradições. Podemos dizer que as Teses progrediram sensivelmente nesse estudo, oferecendo ao Partido instrumento mais preciso para a sua ação política. O que não significa ter sido atingido o ponto final do conhecimento, assim se leve em conta — como ensina o marxismo — que o tema das contradições é a essência da dialética.

J. R. VASQUEZ (Est. de São Paulo)

Uma Carta de São Vicente

Camaradas:

1.) Ao iniciar-se os primeiros Debates, saúdo todos os Comunistas. Isto é, o Partido Comunista do Brasil.

Esta iniciativa, que não podia demorar-se por mais tempo, vem ao encontro do desejo geral das grandes massas, pois assim ficariam sabendo que o Glorioso Partido dos trabalhadores não morreu, e hoje como ontem os comunistas estão na sua trincheira de luta. Que os Debates que ora se iniciam sejam os mais objetivos possíveis na atual conjuntura política nacional e internacional.

O Socialismo sob a direção dos Partidos Comunistas, está em franca superioridade em todo o mundo pela sua objetividade Marxista-Leninista. Nós comunistas brasileiros não podemos ficar imóveis, como simples observadores dos acontecimentos.

1.) Ser comunista, significa ser basicamente proletário ou proletariado, observar e praticar objetivamente o marxismo-leninismo, e quem assim não pensar ou agir, estará sempre fora da realidade histórica. Os comunistas não podem e não devem tomar posição de esquerda ou de direita, pois assim estarão fazendo trabalho antipartido servindo o inimigo comum. A crítica democrática partidária é justa bem como a autocritica, pois é dever de todos os comunistas.

2.) Deixa de ser comunista sincero todo o membro que praticar por conta própria e coletivamente, o revisionismo-liquidacionismo e bem como criticar e não aceitar ser criticado. Isto é; (Maudonismo) pois o Partido não tem chefes e muito menos chefetes, mas sim dirigentes, que obedecem as bases do partido.

Os erros são possíveis, mas não desvios.

3.) Os membros do Partido, por muito que eles façam nunca fazem demais, pois é um dever de trabalho e lutar na trincheira de vanguarda sem nunca recuar.

O Partido nunca deverá ser ocultado na luta. Ele deverá ser apresentado às massas em qualquer hipótese que seja, pois se ocultado será caminhar no escuro ou a rebouque de alguém. As massas sabem que os comunistas são consequentes e apóiam sinceramente a liderança dos camaradas em luta objetiva.

O Partido desde 1954, isto é, até 1956 sua luta era subjetiva, isto porque incluía quase que criminosamente, desviando-se das massas, expulsando muitas vezes camaradas lutadores sinceros e com passado honesto. Estes erros foram reconhecidos em parte durante os debates, mas a responsabilidade não foi autorreconhecida, mas sim, atribuída aos debates, pareceu chegar-se ao

fim de erros, mas constatei que outros erros apareceram; liquidou-se a imprensa diária, a literatura marxista-leninista foi desaparecendo em troca de outra literatura que não corresponde a educação do partido e seus simpatizantes.

4.) Apesar de todos os erros o Partido esteve sempre presente e não se pode negar o valor de seu passado, os camaradas que sinceramente trabalharam pelo partido certos ou errados, são sempre sinceros porque estiveram e estão presentes no posto de luta. Toda a Tese que condene o passado do Partido, apoiando-se em erros, esta Tese deve ser condenada. Os erros devem ser corrigidos e condenar a insistência dos que julgarem que estão certos em seus erros pois a continuação é ser contra o Partido.

No momento é necessário lutar pela legalidade do Partido, pois isto não se fazer será continuar em erro grave e caminhar a rebouque da própria luta das massas trabalhadoras. Os oportunistas e aventureiros políticos passarão a controlar as massas menos esclarecidas.

5.) O Partido deve caminhar independentemente com sua linha política marxista-leninista, nem direita, nem esquerda, mas a sua centralização. Combater decisivamente o revisionismo, carteristas e oportunismo. O Partido deve e pode apoiar programas polí-

ticos que se enquadrem dentro dos princípios reivindicatórios das mais vastas massas populares e nacionalistas.

Combater decisivamente os atos governamentais de caráter antinacional e antidemocrático, apontando os responsáveis por tais atos.

6.) A luta do Partido dos trabalhadores (Partido Comunista) não tem estacionamento, ela é continua mesmo que esteja no poder.

O Partido caminha e os homens ficam, não se pode pensar em que homens de real valor traem ou podem trair, causar ou estacionar; mas outros ingressaram nos setores da luta, culto a personalidade e destruir o Partido culto só se deve fazer ao partido porque é infalível, o homem tem seu valor conforme o seu trabalho na elevação do próprio Partido

Camaradas:

7.) Dever de todos os comunistas unificar todas as forças, que lutam pela emancipação nacional, lutar pelas mais justas reivindicações imediatas dos trabalhadores e populares.

Legalidade do Partido
A luta Nacionalista e democrática é objetiva atualmente.

Tudo pelo Partido Comunista do Brasil.
São Vicente, E. S. P.

J. R. VASQUES

Você Pode Estudar em Moscou

«A Universidade da Amizade poderá preparar os especialistas altamente qualificados de que os países necessitam nos diversos ramos do saber e que, depois de formados pela Universidade, poderão aplicar em proveito de seu povo os conhecimentos adquiridos e servir dignamente sua pátria.» Estas palavras foram pronunciadas por Kruschiov, em fevereiro último, na Universidade Nacional da Indonésia, ao anunciar a decisão do governo soviético de fundar a Universidade da Amizade dos Povos.

Disse mais o dirigente soviético: «Deixando ajudar os países na capacitação de seus quadros nacionais — engenheiros, especialistas e agricultura, médicos, professores, economistas, etc. — o governo soviético resolveu fundar em Moscou a Universidade da Amizade dos Povos. Tomou essa decisão em vista de que esferas sociais progressistas e cidadãos de muitos países da Ásia, África e América Latina solicitaram reiteradamente que fosse ampliada a capacitação de seus quadros nacionais nos centros docentes da União Soviética. Muitos estudantes de todos os países do mundo estudam agora em nosso país. Mas na sua maioria esses estudantes são enviados pelos órgãos governamentais e esses órgãos não podem, é claro, satisfazer todos os pedidos. Por isso, numerosos jovens de talento, pertencentes a famílias pouco abastadas, ficam impossibilitados de realizar seu desejo de estudar na União Soviética. Na nova universidade podem estudar os enviados pelos órgãos go-

vernamentais e também aqueles que o solicitem pessoalmente. Projeta-se criar nela uma seção preparatória, na qual os jovens que careçam da necessária preparação possam adquirir os conhecimentos exigidos para ingressar na Universidade.»

Julgamos oportuno transcrever esse trecho do discurso de Kruschiov porque nele estão bem claros os objetivos da Universidade e as razões da iniciativa do governo soviético.

Esclarecimentos

Além da visita de centenas de jovens interessados, temos recebido grande número de cartas com pedidos de informações. Procuraremos, em seguida, atender a esses pedidos.

- 1 — Os exames, para os candidatos brasileiros, deverão ser realizados em Moscou, na Universidade.
- 2 — Os dados devem ser enviados diretamente à Universidade, pois nesse país não mantêm relações diplomáticas com a URSS e não sabemos de nenhuma instituição ou pessoa autorizada a receber inscrições.
- 3 — Não sabemos de pessoa no Brasil encarregada de fornecer maiores informações.
- 4 — Os cursos são ministrados independentemente de raça, nacionalidade, credo político ou crença religiosa.

5 — Concluído o curso, é assegurada a volta ao país de origem.

6 — Aconselhamos o envio dos documentos de inscrição pelo Correio, por via aérea expressa. Julgamos conveniente pagar o «aviso de recebimento». Naturalmente, o interessado deve mandar, bem legível, seu endereço, para a resposta.

7 — As pessoas que não concluíram o curso secundário deverão escrever à Universidade e expor sua situação. Para não haver perda de tempo, é aconselhável enviar logo os documentos.

8 — A biografia deve ser escrita pelo próprio interessado.

9 — O tempo lá será empregado para os estudos na Universidade, sem outra ocupação.

10 — Não é necessário falar russo para se inscrever.

11 — Cremos que não haverá embaraços quanto ao embarque aqui no Brasil. E dizemos isso porque, como se sabe, grande é o número de brasileiros que ultimamente têm visitado a URSS.

12 — Mesmo não havendo relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS, o passaporte pode ser tirado para um país da Europa, obtendo-se nesse país o visto para a União Soviética.

13 — Como não há exigência de tamanho, acreditamos que as fotografias poderão ser 3x4.

14 — Em vez de fotocópia, será preferível enviar o original do certificado de conclusão do curso.

15 — O atestado de sanidade física e mental pode ser passado por um médico.

16 — A bolsa inclui ajuda financeira para as despesas, normais do aluno.

17 — Naturalmente haverá períodos de férias, mas as informações divulgadas pela Universidade na imprensa de Moscou nada falam sobre a passagem dessas férias nos países de origem.

18 — Nenhum aluno será obrigado a se nacionalizar cidadão soviético. Mesmo porque, de acordo com as palavras de Kruschiov, no início transcritas, os alunos, depois de formados pela Universidade, irão «aplicar em proveito de seu povo os conhecimentos adquiridos e servir dignamente sua pátria».



Vida nova

A liberdade conquistada com o fim do regime colonial, marcou o início de uma nova vida para o povo da Guiné. A mulher ganhou o direito de igualdade que as cadeias do colonialismo, o feudalismo cercavam. Hoje, elas trabalham com entusiasmo e voluntariamente para fazer da Guiné uma nação próspera e feliz.

Franceses Queriam Voltar: Povo da Guiné Disse "Não"

Reportagem de MARCO ANTONIO COELHO

O povo da Guiné para alcançar a sua independência teve de percorrer um longo caminho de combates sangrentos contra os colonialistas franceses. No período de 1900 a 1908 todo o país foi sacudido por grandes sublevações, pois a sua população levantou-se contra os impostos escorchantes e os trabalhos obrigatórios que significavam, na prática, uma escravidão mascarada.

Com o ascenso democrático verificado no mundo com a derrota do nazifascismo, cresceu o movimento de libertação dos povos da África. Fundada-se, em 1946, a «Reunião Democrática Africana» (R.D.A.), em vários países do Continente Negro. Na Guiné estruturou-se uma seção, com o nome de Partido Democrático da Guiné (P. D. G.). Este rapidamente unifica o seu povo até então dividido em várias organizações étnicas e religiosas, que faziam o jogo dos senhores feudais, cuja aliança com os colonialistas era visível.

«Não» a De Gaulle

Desencadeando-se a «guerra-fria», em 1947, o movimento de libertação africano através uma séria crise, assumindo, a maioria das seções da R.D.A. uma atitude de conciliação com os metrópoles coloniais. Entretanto, isto não se deu com o P. D. G. Com raízes profundas no seio de seu povo, (em todos os bairros das cidades e mesmo nas aldeias encravadas nas selvas, possui uma organização), o partido de Sekou Touré não cessou de exigir a liquidação do colonialismo.

Com a aprovação da «Loi Cadre» pelo governo francês em 1956, (por ela os doze estados da África Equatorial e Ocidental Francesa obtiveram a autonomia local, podendo eleger assembleias e conselhos governamentais ficando com os franceses a direção das forças armadas, das relações exteriores, da segurança, das finanças), o P. D. G. reforçou a sua luta, conseguindo dominar o aparelho estatal e afastar os testas-de-ferro dos colonialistas. O debilitamento do domínio francês levou De Gaulle, em 1958, a concordar com a proposta da realização do plebiscito nas colônias, para que cada país decidisse se continuaria ou não como membro da «Comunidade Francesa».

Para impressionar, De Gaulle via até Conakry, fazendo uma advertência solene e enfática de que um «Não» à França significaria a desintegração econômica e o caos político na Guiné. Na presença do presidente francês, Sekou Touré em nome do P. D. G. conclamou a sua gente a votar pela libertação total e contra o colonialismo. No dia 26 de setembro realizou-se o plebiscito, surgindo o seguinte resultado: «Não» — 1.136.324 votos; «Sim» 56.941, portanto, noventa e cinco por cento de população seguiu o apelo de seu líder.

Triste Represália

Cheios de furor com o pronunciamento, resolveram os colonialistas deixar o país, levando precipitadamente tudo o que fosse possível. Logo em seguida, a 12 de novembro, a Assembleia Nacional aprova por unanimidade a Constituição do novo Estado. Determinam de Paris a partida de todos os funcionários e empregados franceses. Estes levaram consigo: móveis, materiais de escritório, os livros de contabilidade, as janelas dos edifícios, todos os uniformes policiais, as instalações sanitárias, os automóveis e viaturas, etc. O desejo evidente era criar uma difícil situação, capaz de justificar a volta das tropas e das autoridades coloniais.

Tudo isto foi inútil e só provocou um maior ódio aos imperialistas. O P. D. G. apelou para o seu povo e para os países irmãos e amigos. A população da Guiné lançou-se com entusiasmo na edificação de sua nova vida. Dezenas de milhares de trabalhadores realizaram obras públicas sem remuneração e os funcionários decidiram trabalhar gratuitamente em horas extraordinárias. Da iniciativa das massas nasceu o que eles denominam de «investimento humano», ou seja, a mobilização voluntária de milhares de pessoas que constroem casas, fábricas, estradas, etc., o que é considerado por Sekou Touré como um dos elementos importantes para a obtenção de fundos para industrialização.

A ajuda dos países irmãos e amigos

Logo após a proclamação da independência, o presidente da Guiné empreendeu uma grande viagem. Foi aos Estados Unidos, para falar na Assembleia das Nações Unidas, que acabava de aceitar a sua pátria como novo participante da organização mundial, e para solicitar auxílio financeiro do governo norte-americano. Marcha, em seguida, para Londres e Moscou com o mesmo objetivo. Pouco a pouco, foram se sucedendo as manifestações de vários países em relação ao jovem Estado. Decide o governo de Ghana emprestar dez milhões de libras para serem investidos na recuperação econômica. Seguem professores, engenheiros, médicos, advogados, especialmente da Senegal, do Sudão, da Costa do Marfim, e do Dahomei. Lembremos aqui o fato de que na Guiné, até a saída dos franceses, apenas quarenta nativos haviam cursado escolas superiores. Igualmente, da França acorrem técnicos, médicos e professores universitários, todos homens progressistas, que repudiaram a política colonialista de De Gaulle. E vale a pena lembrar que nem todos os franceses que viviam na Guiné obtiveram a ordem de saírem para a metrópole. Hoje, nesta época, o caso famoso do agrônomo

Jean-Eugène Mignard, que foi ministro no governo de Sekou Touré.

O grande auxílio à Guiné foi dado porém, pelos Estados socialistas. A União Soviética assinou um acordo com Sekou Touré, dando ao seu governo vultoso empréstimo, estabelecendo várias formas de colaboração técnica, cultural, etc. Os demais países socialistas acompanharam essa política. Da Hungria embarcaram imediatamente, dezenas de ônibus para normalizarem os transportes urbanos em Conakry. Quando chegou a esta Capital pôde ver o grande pavilhão da exposição industrial da Tchecoslováquia. Visitei, também, uma exposição de artigos da indústria química da República Democrática da Alemanha. Aliás, a Guiné foi o primeiro país, fora do mundo socialista, que estabeleceu relações diplomáticas com o governo de Berlim, não obstante os protestos violentos de Adenauer.

A França perdeu duas vezes

Em consequência da depredação estúpida e da expropriação realizada, quando da evacuação de seus funcionários, a França liquidou o respeito que poderia merecer do povo da Guiné, ademais de haver perdido a colônia e a amizade dos africanos.

Em Conakry o que se respira é o ódio vivo ao imperialismo francês. Os gauleses que ainda lá estão, como donos de hotéis, negociantes, etc., são vigiados de perto. Qualquer fato serve para demonstrar o quanto são eles indesejáveis. Por exemplo, estava conosco um chileno que necessitava partir com urgência para Dakar. A «Air France» negava-se a transportá-lo, alegando falta de lugar no avião da carreira. Sabedores disso, as autoridades da Guiné advertiram à empresa, de que se ela não levasse o nosso companheiro, não levantaria voo, e poderia ter sua concessão cancelada. Resultado, o avião saiu atrasado mas com o chileno a bordo.

Estudos Sociais

Nº 7

Já se encontra à venda em todas as bancas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Cr\$ 30,00

Já saiu em português

Sob o patrocínio da Academia de Ciências da URSS. 1 volume, 830 páginas, em brochuras.

Cr\$ 650,00

Temos em nosso Departamento de «Atualidades Soviéticas», edições recentes sobre filosofia, economia, história, medicina, educação, ciência técnica, agrobiologia, ballet, novelas e clássicos da literatura.

Livraria das Bandeiras Ltda.

Rua Riachuelo, 342 — Loja 2
Fone: 36-4871 — São Paulo.

Atendemos pelo Reembolso Postal.

Golpe Baixo de Lacerda Liquidada Menezes Côrtes

A renúncia do deputado Menezes Côrtes ao cargo de secretário geral da UDN carioca como revide pelo lançamento da candidatura do sr. Carlos Lacerda veio tornar claro para toda a opinião pública que a indicação do nome do delator de Aragões foi resultado de um verdadeiro golpe baixo. E como tivesse sido a vítima desse golpe, o antigo diretor do Trânsito não se conformou, protestando contra o procedimento dos «eternos vigilantes» da Guanabara e rompendo ostensivamente com o sr. Carlos Lacerda.

Éis o que consistiu a manobra do Corvo:

- 1) percebendo que o sr. Menezes Côrtes preparava ativamente a UDN carioca para lançar a sua própria candidatura, Lacerda conseguiu através de seus espiões que fosse transferida para junho qualquer decisão definitiva quanto à escolha do candidato. Alegava para isso que convinha à UDN esperar o lançamento do candidato ou dos candidatos «do lado de lá»;
 - 2) enquanto isso, passou Lacerda a realizar um trabalho incessante de eliciamento em torno de sua pessoa, voltando a frequentar a sede do Diretório, comparecendo a comícios e alimentando uma campanha interna de descrédito em relação a Côrtes;
 - 3) pouco mais tarde, considerando já maduras as condições, decidiu com os seus comparsas mais íntimos que chegara o momento de eliminar o tréfigo ex-chefe de polícia. Aproveitou-se para isso da ausência de Côrtes, que se achava em Brasília;
 - 4) para não dar na vista, resolveu como penúltimo ato da farsa hospitalizar-se por uma semana para submeter-se a uma operação, cuja gravidade propositadamente aumentou para dar a impressão de se achar alheio ao que mais tarde iria acontecer;
 - 5) por fim, «deixou-se surpreender» pela decisão do diretório udenista, que ele próprio preparara cuidadosamente, alegando em seguida que se «curvava» à vontade dos lanternairos e não renunciava por não ser do seu feitio «fugir à luta».
- O resultado é conhecido: indigna-

do, Côrtes renunciou ao cargo de secretário geral. Resta-lhe contudo um consólio, fruto da generosidade (ou do delírio) de Lacerda: voltar algum dia ao posto de diretor do Trânsito...

Unidade contra a Lanterna

Enquanto surge na UDN mais esse elemento de crise, dessa vez em seu reduto considerado mais importante, mostrando que o declínio udenista atinge também o núcleo central da Lanterna, cresce entre as forças que apoiam a candidatura Lott na Guanabara a convicção da necessidade de ser preservada a sua unidade neste Estado a fim de derrotar, com uma grande margem de votos, o candidato de Jânio. Há ainda, sem dúvida, dificuldades nesse caminho, dado o número de can-

didatos a candidatas, cada qual disputando a indicação do próprio nome. O lançamento da candidatura de Lacerda, aliás, vem contribuir para tornar mais evidente essa necessidade, uma vez que a todos preocupa a possibilidade de cair sob o domínio da reação udenista um Estado tão importante como a Guanabara.

É provável, segundo tudo indica, que os entendimentos que vêm se processando para a fixação em torno de um nome de penetração popular, da confiança do eleitorado carioca, cheguem a bom termo nos próximos dias. E assim se realizem num perfeito entrosamento as campanhas para a sucessão presidencial (chapa Lott-Jango) e para a eleição do primeiro governador da Guanabara.





**A esperança
não morre**

Do lado de lá da fronteira eles olham a terra querida, hoje dominada pelos exploradores a solda do tirano. A esperança os anima a viver; sabem que um dia, que não está muito longe, o povo derrubará o opressor e começará uma nova vida, feliz e livre, sem miséria e de fartura.

NOVOS RUMOS

**Caminhos da
liberdade**

Fustigados pela fome e pela opressão, milhares de paraguaios refugiam-se nos países vizinhos. Procuram a liberdade, pensando na volta, um dia, à pátria.

Fome e Miséria no Paraguai de Stroessner



**Barreira contra
a liberdade**

O fim do tirano se aproxima; ele o sabe. Fechou as fronteiras para impedir que os ventos da liberdade soprem com mais violência na terra sacrificada. Isso não impedirá a sua queda, o fim da tirania e de todos os que dela tiram proveito hoje. As barreiras cairão e esse dia não está longe.



**Os bárbaros
passaram**

E da tapera do lavrador só ficaram pedaços de madeira fumegando. No Paraguai de Stroessner qualquer tentativa de protesto é reprimida com a mais selvagem violência pela polícia e pelos capangas do ditador. Milhares de patriotas são presos e torturados; muitos são assassinados nos cárceres da ditadura.

**Este é o Paraguai
de Stroessner**

A fome e a miséria campeiam na terra martirizada. Milhares e milhares morrem à mingua de recursos, abandonados à própria sorte pelo governo do tirano. Stroessner é uma chaga na América, repudiado pela consciência de todos os povos do continente solidários com a luta libertadora dos paraguaios.